

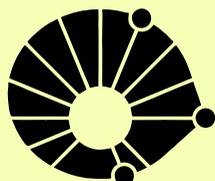
**Publicação do CESOP**

# **OPINIÃO PÚBLICA**

**Dezembro/93**

**V. 1 N°2**

**ISSN 0104-6276**



**CESOP**  
CENTRO  
DE ESTUDOS  
DE OPINIAO PUBLICA

# Universidade Estadual de Campinas

## UNICAMP

Reitor: Carlos Vogt  
Coordenador Geral da Universidade: José Martins Filho  
Pró- Reitor de Desenvolvimento Universitário: Carlos Eduardo do Nascimento Gonçalves

### CENTRO DE ESTUDOS DE OPINIÃO PÚBLICA

#### CESOP

##### Conselho Orientador

**Presidente:** Bolívar Lamounier (IDESP/ PUC-SP)  
**Vice- presidente:** Plínio Dentzien (IFCH- UNICAMP)  
**Conselheiros:** Antônio Flávio Pierucci (FFLCH- USP), Carlos Eduardo Meirelles Matheus (Gallup), Gustavo Venturi (Datafolha), José Álvaro Moisés (FFLCH- USP/CEDEC), José Ferreira de Carvalho (IMECC- UNICAMP), Leandro Piquet Carneiro (ISER), Márcia Cavallari Nunes (IBOPE), Marcus Figueiredo (IUPERJ), Ney Lima Figueiredo (CEPAC), Örjan Olsén (CBPA), Rachel Meneguello (IFCH- UNICAMP), Salvador Sandoval (FE- UNICAMP), Vilmar E. Faria (IFCH- UNICAMP).

##### Comitê Técnico-Científico

Fernando Antonio Lourenço  
José Ferreira de Carvalho  
Plínio Dentzien  
Vilmar E. Faria

##### Equipe Técnica

**Coordenação:** Rachel Meneguello  
**Pesquisadores:** Maria Teresa Gonzaga Alves, Olavo Henrique Furtado, Paula Vanina Cencig, Maria Cristina Ambar  
**Estagiário:** Edilson da Silva Pedro  
**Secretária Geral:** Maria das Graças Plá Sanches

#### OPINIÃO PÚBLICA

**Conselho Editorial:** Amaury de Souza, Antônio Lavareda, Carlos Vogt, Charles Pessanha, Fábio Wanderley Reis, Hélgio Trindade, Juarez Rubens Brandão Lopes, Leôncio Martins Rodrigues, Lúcia Avelar, Nelly de Camargo, Nelson do Valle e Silva, Ruy Martins Altenfelder Silva.

**Produção:** Equipe Técnica do CESOP

**Impressão e acabamento:** Gráfica Central da UNICAMP

#### Centro de Estudos de Opinião Pública

Universidade Estadual de Campinas  
Cidade Universitária "Zeferino Vaz"

Caixa Postal: 6110

Campinas - São Paulo

13081-970

Tel: (55-192)39-7093

Fax: (55-192)394309

Internet: CESOP@CCVAX.UNICAMP.BR

Bitnet: CESOP@BRUC.BITNET

**Opinião Pública** é uma publicação do Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP), da Universidade Estadual de Campinas.

Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores, não expressando a opinião dos membros do Conselho Editorial ou dos órgãos que compõem o CESOP.

**Dezembro de 1993**

Publicação do CESOP

# OPINIÃO PÚBLICA

ANO I      Dezembro 93      Vol. 1, nº 2

## SUMÁRIO

	Pág.
Pesquisa Eleitoral e Clima de Opinião Elisabeth Noelle-Neumann	47
O Uso de Pesquisas Eleitorais em Decisões de Voto As Eleições Brasileiras de 1989 Márcia Cavallari Nunes, Örjan Olsén, Joseph Straubhaar	63
<i>TENDÊNCIAS</i> Encarte de Dados de Opinião Pública, ANO I, nº 2	<i>centro</i>
O Brasil na Era Verde: A Consciência Ecológica no País Segundo Pesquisas de Opinião Samyra Crespo	76
Desenvolvimento, Meio Ambiente e Políticas Públicas Leila da Costa Ferreira	92



**CESOP**  
CENTRO  
DE ESTUDOS  
DE OPINIÃO PÚBLICA

## *Pesquisa eleitoral e clima de opinião*

---

---

**Elisabeth Noelle-Neumann**

Institut für Demoskopie Allensbach

Fed. Rep. of Germany

---

---

### **Resumo**

O artigo apresenta bases da teoria da espiral do silêncio para mostrar como fatores de influência do clima de opinião ajudam a compreender o processo eleitoral. A análise feita é sobre as eleições de 1983 na Alemanha.

**Palavras-chave:** clima de opinião, espiral do silêncio, eleições

### **Abstract**

The article is based on the theory of the spiral of silence and it shows how the elements that influence the climate of opinion contribute to understand the electoral process. It explains the case of the 1983 German elections.

**Keywords:** climate of opinion, spiral of silence, elections

Segundo a teoria clássica da democracia, o resultado de uma eleição depende do padrão pelo qual o indivíduo racional, bem informado e cidadão responsável chega à sua decisão: os sucessos e fracassos dos partidos políticos envolvidos são ponderados, assim como os argumentos favoráveis e contrários aos objetivos e soluções políticas para o futuro, e as vantagens e defeitos dos candidatos. Na troca de argumentos e avaliações discutidos entre cidadãos – pensava-se – a melhor decisão seria finalmente encontrada.

O estudo realizado em 1940 no Condado de Erie, Ohio, The people's choice: how the voter makes up his mind, investigou empiricamente pela primeira vez o que de fato acontece no período anterior a uma eleição. Apenas quatro anos após o sucesso do *survey* representativo durante as eleições presidenciais de 1936, este novo instrumento foi usado para observar a formação dos votos.

Ao mesmo tempo um segundo passo decisivo foi tomado: a técnica de pesquisa tipo painel foi introduzida, na qual as mesmas pessoas foram entrevistadas repetidamente no curto período de tempo entre maio e novembro de 1940, com objetivo de acompanhar a formação da decisão individual do eleitor conforme o dia das eleições se aproximava. Atenção especial foi conferida às mudanças de atitudes com relação aos partidos e candidatos, e às intenções de voto. A aplicação de repetidas entrevistas aos eleitores utilizando a técnica de painel tornou possível pela primeira vez verificar tais mudanças mesmo quando o indivíduo não estava consciente delas ou quando as havia esquecido.

Na análise dos dados, a “tabela de 16 células” foi concebida para estudar estabilidade e mudança em conjunção com vários possíveis fatores de influência.

Um possível desvio da pesquisa tipo painel – mudanças nos eleitores ou respostas atípicas a entrevistas repetidas – foi descartado através da inclusão do controle de grupos no estudo; os procedimentos para teste e as conclusões estão descritas em detalhes na introdução de Lazarsfeld à terceira edição do The people's choice.

O estudo realizado em 1940 no Condado de Erie mudou nossa imagem ideal racional de uma eleição democrática e introduziu novos conceitos-chaves que incrementaram nosso conhecimento sobre eleições.

Oito novos conceitos foram adicionados no prefácio à segunda edição do estudo publicada em 1948:<sup>1</sup>

1. Percepção seletiva da propaganda eleitoral, percepção preferencial da propaganda para seu próprio lado para proteger os próprios pontos de vista e evitar dissonância cognitiva.
2. A importância da estabilidade de atitudes para a manutenção das relações de grupo.

---

<sup>1</sup> LAZARSELD; SERELSON; GAUDET, 1968, prefácio à 2ª ed., p. xxxii-xxxvi.

3. A interação entre membros de um grupo reforça convicções políticas, amplia suas perspectivas e dá às pessoas mais argumentos para sustentar sua posição.
4. As mudanças nas intenções de voto como um resultado da ativação de experiências e observações prévias.
5. O significado de “pressões cruzadas”, ou seja, o pertencimento a diferentes grupos com orientações políticas conflitantes. Conflitos de lealdade de grupo emergem disto resultando na instabilidade da intenção de voto e na demorada decisão sobre em quem votar.
6. O papel dos líderes de opinião no processo de formação do voto, o fluxo de comunicação em duas etapas.
7. A cristalização de opinião através da interação com membros de grupos sociais quando chega o momento de tomar uma decisão.
8. Uma hierarquia de estabilidade em atitudes políticas. No caso de pontos de vista conflitantes, conforme as eleições se aproximam, pessoas adaptam seus pontos de vista à posição mais estável (como regra, esta posição é a do partido).

\*\*

O produto das novas descobertas e novos conceitos do estudo do Condado de Erie para o processo eleitoral democrático é excepcional e continua a influenciar a pesquisa eleitoral hoje. Mas esses achados apenas chegaram a certo ponto; as observações focalizaram os indivíduos, os eleitores, e os grupos aos quais tais indivíduos pertenciam, ou seja, grupos básicos como a família, amigos, colegas de trabalho, e grupos abstratos, tais como grupos demográficos aos quais pertenciam.

O elemento do público anônimo, tal como estabelecido pela mídia, e os muito sinais publicamente visíveis do clima de opinião não estão incluídos em sua maior parte na investigação de 1940, nem nos estudos eleitorais que utilizaram o modelo de 1940.

A principal tese deste artigo é a de que demos um novo passo em direção ao conhecimento das eleições democráticas desde o início dos anos 1970. Estamos agora em condições de compreender a influência de processos de opinião pública no comportamento eleitoral. As novas influências são o clima de opinião; o uso do “sentido quase-estatístico”<sup>2</sup> que as pessoas têm para definir quais atitudes estão em alta entre o público em geral e quais estão em baixa, a prontidão para expressar a intenção de voto em público ou a tendência a manter-se em silêncio (“a espiral do silêncio”), a ameaça de isolar os que apóiam o outro lado imbuindo os temas eleitorais de uma dimensão moral, e o papel da mídia, que é pública por definição neste processo.

---

<sup>2</sup> “quasi-statistical sense” no original.

### **Teoria da opinião pública: a espiral do silêncio**

Os rotores de influência do clima de opinião apresentados aqui para o entendimento do processo de eleições democráticas foram retirados de uma teoria de opinião pública que tem sido apresentada desde meados dos anos 70 sob o rótulo de “espiral do silêncio”. Esta teoria é baseada nas observações de estudos eleitorais utilizando dados de *surveys* de 1965 e 1972.

A inspiração para a teoria foi fornecida por *surveys* realizados durante o período dos dez meses precedentes às eleições federais alemãs de setembro de 1965; foi muito interessante e na verdade bem inexplicável que naquele momento duas questões referentes às eleições apresentassem tendências muito diferentes. Uma questão era sobre as intenções de voto: entre dezembro de 1964 e agosto de 1965 os dois maiores partidos alemães se alternavam na liderança de acordo com as intenções dos eleitores. A outra questão era: “Quem você acha que vai ganhar as eleições?” uma questão que já havia interessado Lazarsfeld, Berelson e Gaudet como indicador de mudança nas intenções de voto (1944: “Sem considerar qual homem ou partido você gostaria de ver eleito, qual partido você acha que será eleito de fato?”<sup>3</sup>)

As tendências observadas para as duas questões deixavam a impressão de que os resultados haviam sido coletados em dois mundos diferentes. Até apenas poucas semanas antes das eleições, não havia nenhuma mudança nas intenções de voto. As expectativas sobre quem iria ganhar as eleições estavam em torno de 50% para cada lado quando as primeiras medidas foram obtidas em dezembro de 1964, assim como as intenções de voto para os dois maiores partidos. Nove meses mais tarde, em fins de agosto de 1965, as expectativas de que os democrata-cristãos ganhariam haviam crescido para mais de 50%, com apenas 16% de expectativas para os social-democratas. Mas foi só nos três meses anteriores às eleições de setembro que as intenções de voto foram carregadas pela ascensão das expectativas de quem venceria. Os democrata-cristãos venceram as eleições com a vantagem de 8,6% sobre os social-democratas.

Passaram-se mais de 6 anos para que se elaborasse a hipótese sobre esta ausência – até o último minuto – de uma mudança nas intenções de voto que combinasse com o firme incremento nas expectativas sobre quem ganharia as eleições. O ponto de partida era o de que deveria haver uma diferença entre os dois campos políticos na sua disposição em demonstrar publicamente suas convicções, através de *buttons* e adesivos, falando e argumentando em discussões públicas ou fechadas. Se tal diferença na visibilidade e audibilidade públicas existia, então esta

---

<sup>3</sup> LAZARSELD; BERELSON; GAUDENT, 1968, p. 105-7.

devia ter um efeito na estimativa da força dos campos e portanto também na estimativa de suas chances de sucesso: um lado é superestimado e o outro subestimado. Estas superestimativas e subestimativas levariam a efeitos adicionais – o lado superestimado é capaz de motivar pessoas que apóiam o partido para falar em público, enquanto as pessoas que apóiam o partido do lado subestimado caem crescentemente em silêncio e contribuem para a derrota de seu campo. Apesar das predisposições partidárias e intenções de voto serem as mais estáveis dentre as atitudes, de acordo com a “hierarquia da estabilidade” descoberta em The people's choice, quando um lado assume forte posição pública por longo período e as pessoas que apóiam o partido do outro lado estão cada vez mais silenciosas, então – ainda que com um considerável atraso – os eleitores indecisos e sob pressão se posicionarão no lado que lhes parecer mais forte, segundo a regra do The people's choice: “cristalização de opinião quando uma decisão deve ser tomada”, pela qual as intenções de voto se alinham com as expectativas sobre quem venceria as eleições que vem crescendo ao longo do tempo.

Por que as pessoas que apoiavam os democrata-cristãos estavam mais confiantes do que os que apoiavam os social-democratas entre janeiro e setembro anteriores às eleições de 1965? Não é possível determinar isto retrospectivamente. Há entretanto sinais a serem encontrados nos eventos políticos do verão de 1965, quando a Rainha da Inglaterra fez sua primeira visita à Alemanha no período pós-guerra em meio às festividades que ocuparam vários dias e deram-se num ótimo clima – o que podia ser transmitido pela primeira vez para dentro da maioria dos lares como produto da televisão. O popular chanceler democrata-cristão e candidato líder na campanha eleitoral compartilhou a triunfal procissão com a Rainha da Inglaterra.

As eleições federais alemãs realizadas com antecipação em 1972 ofereceram então a oportunidade para estudar a hipótese da espiral do silêncio usando métodos de pesquisa de opinião pública. Ocorreu o mesmo padrão de 1965. Quase não havia evidências de uma mudança nas intenções de voto quando a tendência foi observada por um período de vários meses. Enquanto ambos os partidos majoritários encontravam-se igualmente fortes, novamente havia aí uma expectativa crescente de vitória para um deles. Desta vez, entretanto, os papéis foram invertidos – foram os democrata-cristãos que retiraram seus *buttons*, que trabalharam sem adesivos e não reagiram quando seus *posters* foram riscados. Assim, o medo do isolamento como resultado da definição pública de posição política provou ser um traço humano geral que nada tem a ver com uma posição particular tomada. Novamente, como em 1965, um lado dominou completamente a opinião pública num processo espiral, enquanto apenas uma minoria marginalizada foi ouvida falando pelo outro lado. Novamente, o partido que apareceu o mais forte em público – desta vez os social-democratas – ganhou um adicional de três pontos

percentuais num efeito de “bandwagon”<sup>4</sup> numa oscilação de último minuto na última fase da campanha eleitoral, e emergiu como o claro vitorioso das eleições.

O prognóstico das eleições de Allensbach para 1972 anunciado logo antes das projeções oficiais foi consideravelmente aprimorado utilizando a teoria da espiral do silêncio<sup>5</sup>. Deste ponto em diante, para todas as eleições federais alemãs subseqüentes, questões sobre o clima de opinião foram utilizadas para analisar eventos, em adição a questões sobre a perspectiva do indivíduo e do grupo, derivadas de Lazarsfeld em 1940.

### **Os instrumentos utilizados para medir o clima de opinião**

São apresentados a seguir os instrumentos de pesquisa eleitoral que foram derivados da espiral do silêncio.

São necessárias questões com as quais podemos medir entre os campos opostos a tendência em falar abertamente ou permanecer em silêncio em situações públicas e, de modo geral, para medir a disposição de expressar convicções políticas em público.

Uma questão que foi desenvolvida com este propósito diz: “Agora uma questão sobre o partido que está mais próximo de suas opiniões: se fosse perguntado a você se faria alguma coisa por este partido, por exemplo, algo listado nestes cartões – há alguma coisa aqui que você faria pelo partido que acha ser o melhor?” As alternativas de respostas incluíam:

*“Eu usaria um button ou um broche de campanha”.*

*“Eu colaria um adesivo no meu carro”.*

*“Eu iria de porta em porta para falar com estranhos sobre a plataforma do partido”.*

*“Eu penduraria um poster ou emblema do partido na minha casa ou na minha janela”.*

*“Eu sairia e colocaria emblemas deste partido em lugares públicos”.*

*“Eu participaria de discussões de rua e defenderia este partido”.*

*“Eu iria a um comício do partido”.*

*“Se parecesse importante, eu me ergueria num encontro deste partido e diria alguma coisa na discussão”.*

*“Eu defenderia o ponto de vista deste partido em encontros de outros partidos”.*

*“Eu ajudaria a distribuir folhetos de campanha”.*

*“Eu daria dinheiro para os fundos da campanha deste partido”.*

---

<sup>4</sup> Ver nota 1 do texto “O uso de pesquisas eleitorais em decisões de voto”, nesta revista.

<sup>5</sup> NOELLE-NEUMANN, 1974, p. 161-205; 1978, p. 137-69.

Apenas uma destas respostas trata de uma forma de comportamento não-público: “Eu daria dinheiro para os fundos da campanha deste partido”. Ela foi incluída para que as pessoas que quisessem listar algo que fariam pelo partido mas que se intimidam com o apoio público também tivessem uma resposta para dar.

Um instrumento adicional para medir a disposição de falar abertamente em público e o “teste do trem” (para países nos quais longas viagens de trem não são mais um acontecimento corriqueiro com o qual as pessoas possam se identificar, a questão pode ser adaptada e substituída por uma de “longa viagem de ônibus”). A questão diz: “Considerando que você está numa viagem de 5 horas num trem e alguém em seu compartimento começa a falar muito desfavoravelmente sobre o partido X (candidato Z), você gostaria de conversar com esta pessoa ou preferiria não fazê-lo?”.<sup>6</sup>

Num ponto anterior ou posterior da entrevista, perguntou-se ao entrevistado se ele ou ela é a favor ou contra o partido X, e a favor ou contra o candidato Z, de tal forma que na análise dos dados possamos comparar a disposição a manifestar-se e a tendência a ficar em silêncio entre os campos opostos, tanto quando a pessoa no compartimento do trem fala favoravelmente sobre a partido X (candidato Z), como quando aquela pessoa fala desfavoravelmente sobre o partido X (candidato Z).

Outro instrumento mede a disposição a falar abertamente de uma perspectiva diferente, desta vez não do lado daquele que fala, mas do lado da pessoa com quem se fala. A questão diz: “Alguém recentemente tentou convencer você que um determinado partido é o melhor, ou seja, que você deveria votar neste partido?”. Se sim: “E qual partido era esse?”

A relação entre a força das pessoas que apóiam um partido e a porcentagem de pessoas que relatam que alguém conversou com elas apoiando um partido nos fornece uma medida da disposição a falar abertamente.

\*\*\*

Outros instrumentos são necessários para capturar as observações quase-estatísticas que a população faz: Qual lado é mais forte, qual lado está crescendo, qual é o mais fraco, qual está perdendo apoio?

---

<sup>6</sup> Questão para a viagem de ônibus; “Considerando que você está numa viagem de 5 horas de ônibus e o ônibus pára para um longo descanso e todos descem para uma longa pausa. Num grupo de passageiros, alguém começa a falar muito desfavoravelmente sobre o partido X (candidato Z). Você gostaria de conversar com esta pessoa ou preferiria não fazê-lo?”.

São usadas para isso as seguintes questões:

*“Os vários partidos distribuíram buttons e distintivos, ou adesivos para os carros. De que partido são os buttons, distintivos e adesivos mais visíveis em público?”*

*“O desempenho de um partido numa eleição depende muito de quanto esforço os que o apóiam fazem numa campanha. Na sua opinião quais foram os militantes mais ativos na campanha, quais tiveram o maior compromisso pessoal?”.*

*“Como eram as coisas há cerca de meio ano atrás: Havia mais ou menos pessoas a favor do partido X (candidato Z)?”.*

*“Como você acha que as coisas serão no futuro: mais e mais pessoas serão a favor do partido X (candidato Z), cada vez menos pessoas serão a favor ou não haverá nenhuma mudança?”.*

*“Deixando de lado sua opinião pessoal neste momento, você acha que a maioria das pessoas aqui na Alemanha gosta do partido X neste momento, ou você acha que não?”.*

*“É claro que ninguém pode saber com certeza, mas quem você acha que vai vencer as próximas eleições federais; quem vai ganhar a maioria dos votos – o partido X ou o partido Y?”.*

Aqui de novo está a questão à qual a equipe de Lazarsfeld já deu muita importância, embora não como um indicador do clima de opinião, mas, pelo contrário, com vistas à hipótese de que o indivíduo quer estar do lado do vencedor e que fará sua adesão na última hora. A percepção que o indivíduo tem do público abstrato e sua reação a isso, motivada por buscar evitar o isolamento e resultando em silêncio ou em esconder suas convicções, não foi uma perspectiva vista pela equipe de Lazarsfeld.

\*\*\*

A espiral do silêncio necessita medir outro elemento que não foi objeto da investigação da equipe de Lazarsfeld – a pressão do clima de opinião e a ameaça sentida por aqueles que apóiam o lado mais fraco ou o que está perdendo.

Sentir-se ameaçado ou a ameaça de isolamento podem ser medidos, por exemplo, em entrevistas estruturadas que usam questões como as seguintes:

*“Aqui está a fotografia de um automóvel que teve um pneu rasgado. À direita da janela traseira há um adesivo de um partido político, mas você não pode ler de qual partido era o adesivo. Qual é o seu palpite?”*

ao exibir o adesivo de qual dos partidos as pessoas correm maior risco de terem um pneu rasgado?”.

“Eu gostaria de contar agora um caso, e perguntar o que você acha. Alguém chega a uma cidade estranha e procura em vão um lugar para estacionar. Ele finalmente desce do carro e pergunta para um transeunte: “Você poderia por favor me dizer onde eu posso achar um lugar para estacionar?” O pedestre responde: “Pergunte pra outro, cara!” e vai embora. Devo mencionar que o motorista usava um button político em sua jaqueta. O que você acha, de qual partido era o button? Qual é seu palpite?”.

“Na campanha eleitoral, novamente posters foram arrancados e riscados. De acordo com o que você tem visto, de qual partido são os posters mais freqüentemente estragados?”.

A influência real da pressão do clima de opinião na disposição em contrair um compromisso público com um partido pode ser medida utilizando a questão sobre o último voto. Quando menos pessoas dizem que votaram num partido do que as que realmente votaram nas últimas eleições, então este partido está sujeito à pressão do clima de opinião<sup>7</sup>. O grau em que as afirmativas ficam atrás dos resultados reais da eleição fornece uma medida sensível do crescimento ou diminuição da pressão do clima de opinião. Por outro lado, um clima positivo leva a afirmativas exageradas de se ter votado neste partido nas últimas eleições.

A pressão do clima de opinião não apenas influencia afirmações sobre o partido em que se votou da última vez, mas também influencia afirmações sobre intenções de voto num partido para as próximas eleições. Ponderar os dados de *survey* de forma que as afirmações sobre o voto passado correspondam às reais proporções dos resultados das últimas eleições aproxima muito mais os números das intenções de voto dos resultados eleitorais reais e posteriores<sup>8</sup> e aprimora a qualidade dos prognósticos eleitorais.

\* \* \*

O conjunto de instrumentos descritos aqui é utilizado juntamente àqueles introduzidos na pesquisa eleitoral pela equipe de Lazarsfeld em 1940. A questão sobre interesse pelas próximas eleições prova ser especialmente útil. A equipe de Lazarsfeld determinou que pessoas sob pressões cruzadas tendem a fugir do conflito perdendo o interesse pelas eleições<sup>9</sup>.

---

<sup>7</sup> NOELLE-NEUMANN, 1984, p. 31 em diante.

<sup>8</sup> NOELLE-NEUMANN, 1978, p. 4.

<sup>9</sup> LAZARFELD; BERELSON; GAUDET, 1968, p. 62.

A tese de 1940 sobre uma tendência em direção à harmonização de atitudes conflitantes, conforme o dia das eleições se aproxima, também provou ser frutífera. Se entre pessoas com alto grau de exposição à mídia, isto é, televisão, não ocorre harmonização entre os que apóiam um lado conforme o dia das eleições se aproxima – e de fato ocorre mesmo uma crescente dissonância, isso então deve ser atribuído a um efeito da mídia trabalhando contra este lado.

Estimulada pela teoria da opinião pública, a técnica de análise de painel foi desenvolvida para além dos procedimentos utilizados pela equipe de Lazarsfeld. O fator de consumo da mídia, por exemplo, foi introduzido na análise de painel como uma variável interveniente<sup>10</sup>. Isso nos permite observar se, por exemplo, pessoas que vêem em média mais TV durante o período de uma campanha eleitoral respondem diferentemente a questões de clima de opinião, do que pessoas que vêem em média menos TV. Na teoria da espiral do silêncio considera-se que as percepções do clima de opinião – quem está forte, quem está ficando mais forte, e por outro lado, quem está fraco e quem está ameaçado pela pressão do clima de opinião – são adquiridas através de duas fontes: meios de comunicação de massa (especificamente televisão) e observações diretas que o indivíduo faz do seu meio com seus próprios olhos e ouvidos<sup>11</sup>.

### **O caso das eleições federais de 1983**

Além dos três estudos já publicados sobre as eleições federais alemãs de 1972, 1976 e 1980 onde as questões de clima de opinião foram utilizadas<sup>12</sup>, aplicações nas eleições federais de 1983 serão apresentadas aqui a título de ilustração.

As eleições federais alemãs de 1983 (10 de março) foram convocadas antes do programado (o período legislativo normal é de quatro anos), porque após a mudança do governo (no outono de 1982) ocorrida quando o pequeno Partido Liberal (FDP) pôs um fim à sua coalizão com os social-democratas e iniciou uma coalizão com os democrata-cristãos, tornou-se necessário politicamente – mas não legalmente – dar legitimidade ao novo governo do chanceler Kohl; a eleição que estava agendada para aproximadamente cinco meses depois da mudança no governo mostraria se a nova coalizão governamental com suas medidas rigorosas para revisão financeira do orçamento federal era apoiada pela maioria da população.

---

<sup>10</sup> NOELLE-NEUMANN, 1984, aqui especialmente o capítulo “Public opinion has two sources – one, the mass media”, p. 157 em diante.

<sup>11</sup> NOELLE-NEUMANN, 1978, p. 137-69.

<sup>12</sup> NOELLE-NEUMANN, 1974, op. cit.; 1978, op. cit.; 1983, p. 540-99; 1980, p. 41-45.

Duas eleições estaduais depois da mudança no governo – Hessen em outubro de 1982 e Hamburgo em dezembro de 1982 – apresentaram perdas claras para os novos parceiros de coalizão, os democrata-cristãos e os liberais (FDP).

Assim, no início de 1983 não apenas estava aberto o debate sobre se uma eleição antecipada poderia ser considerada como constitucional (o tribunal federal constitucional não aprovou isso até 16 de fevereiro de 1983), mas o resultado das eleições estava igualmente aberto ao debate. A tradicional medida das intenções de voto “em qual partido você vai votar?” mostrou uma queda contínua para os democrata-cristãos entre novembro de 1982 e o meio de janeiro de 1983 até que ambos os partidos estavam praticamente nivelados. (Tabela 1) A segunda medida tradicional – a questão sobre qual candidato a chanceler as pessoas preferem – mostrou um forte aumento dos votos a partir de dezembro para o candidato social-democrata Hans Jochen Vogel. Em meados de janeiro Vogel alcançou o candidato democrata-cristão, chanceler Kohl (Tabela 2). Entretanto, os sinais iniciais da medida do clima de opinião nos forneceram um quadro diferente.

Vamos começar o exame com a antiga e bem testada questão da equipe de Lazarsfeld: “Quem você acha que vai ganhar as próximas eleições?”, a qual nos interpretamos como uma percepção que a população tem do clima de opinião, utilizando seu senso “quase-estatístico”.

Ao longo de dezembro as expectativas de que os democrata-cristãos venceriam as eleições caíram sensivelmente. Entretanto, imediatamente após o Ano Novo e entre os primeiros dias de janeiro (e enquanto os números dos social-democratas e de seu candidato a chanceler Vogel continuavam a aumentar), as respostas sobre o clima de opinião começaram a voltar-se para a direção oposta: a partir do início de janeiro as expectativas de que os democrata-cristãos venceriam as eleições em março começaram a crescer. De meados até o fim de janeiro este crescimento foi suspenso, mas então novamente começou e continuou até o dia das eleições. Entre o começo de janeiro e o começo de março, este somou uma mudança de 16 pontos percentuais, uma mudança de uma magnitude e de um significado estatístico completamente diferentes do que mostrava a questão sobre a intenção de voto (de meio de janeiro até o início de março, o aumento para esta foi de 3,5%). (Tabela 3)

Os resultados da questão sobre o clima de opinião “Você acha que a maioria das pessoas, aqui na Alemanha gosta do partido neste momento, ou você acha que não?” era igualmente reveladora. Logo no Ano Novo, a resposta: “A maioria gosta do partido democrata-cristão” começou a crescer.

O aumento do número de pessoas dizendo “a maioria gosta do partido social-democrata” também continuou até meados de janeiro, mas no meio de janeiro a tendência de crescimento dos social-democratas chegou ao fim – embora respostas sobre o candidato a chanceler social-democrata Vogel continuassem a crescer – e a partir de então o partido social-democrata perdeu terreno constantemente. (Tabelas 4 e 5)

**Tabela 1**  
**Eleitores da República Federal e de Berlim Ocidental com específica preferência por partido**

A força do partido a partir de outubro de 1982

Primeiro voto (voto nominal)											
	1982				1983						
	Out 9-18 %	Out 16-22 %	Out 26-Nov 8 %	Nov 25 Dez 12 %	Jan 1-11 %	Jan 15-22 %	Jan 22-29 %	Fev 1-6 %	Fev 5-14 %	Fev 12-20 %	Fev 24-Mar 3 %
Democrata-Cristãos	47,4	49,7	51,1	50,5	49	47,5	49	50,7	51,6	49,2	51
Social-Democratas	43,1	38,1	38,6	38,9	41,1	43,2	40	41,9	37,4	37,2	41,7
Liberais (FDP)	2,1	4,3	3,6	3,6	3,3	4,9	4,8	2,3	4,7	6,3	2,8
Os Verdes	6,3	6,5	6,3	6,3	6,2	3,7	5,8	4,6	5,6	7	4,3
Outros	1,1	1,4	0,4	0,7	0,4	0,7	0,4	0,5	0,7	0,3	0,2
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

	Segundo voto (voto partidário)					
	1983					
	Jan 15-22 %	Jan 22-29 %	Fev 1-6 %	Fev 5-14 %	Fev 12-20 %	Fev 24-Mar 3 %
Democrata-cristãos	43,6	44,9	48,4	48,4	46,8	47
Social-democratas	41,6	40,4	40	35,8	35,4	40
Liberais (FDP)	9,5	8,1	4,8	7,8	8,8	6,2
Os verdes	4,8	5,9	6,4	7,4	8,8	6,5
Outros	0,5	0,7	0,4	0,6	0,2	0,3
Total	100	100	100	100	100	100

O sistema eleitoral compõe-se de dois votos, o “primeiro voto” ou voto nominal e o “segundo voto” ou voto do partido. O assim chamado “segundo voto” determina o número final de lugares no Parlamento. Obs: o segundo voto não havia sido apurado antes de janeiro de 1983.

Fonte: Allensbach Archives, Ifd Surveys 4015, 4016, 4017, 4018/19, 4020, 4021A, 4021B, 4022, 4023, 4024, 4025

**Tabela 2**  
**República Federal e Berlim Ocidental**  
**População com mais de 16 anos**

	Fim Nov / Início 1982 %	Meados Dez. 1982 %	Início Jan. 1983 %	Meados Jan. 1983 %	Fim Jan. 1983 %	Meados Fev. 1983 %	Fim de Fev 1983 %	Fim Fev./ Início Mar. 1983 %
Helmut Kohl	43	41	41	41	41	44	44	45
Hans-Jochen Vogel	35	34	38	43	43	39	39	37
Indecisos	22	25	21	16	16	17	17	18
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

Questão: "As próximas eleições federais vão novamente oferecer a oportunidade de um novo chanceler. Quem você preferiria para chanceler, Helmut Kohl ou Hans-Jochen Vogel?"

Fonte: Allensbach Archives, IfD Surveys 4018, 4019, 4020, 4021A, 4021B, 4023, 4024, 4025

**Tabela 3**  
**República Federal e Berlim Ocidental**  
**População com mais de 16 anos**

	Out. 1982 %	Fim Out./ Nov. 1982 %	Início Dez. 1982 %	Meados Dez. 1982 %	Início Jan. 1983 %	Meados Jan. 1983 %	Fim Jan. 1983 %	Início Fev. 1983 %	Meados Fev. 1983 %	Fim Fev./ Mar. 1983 %
Democrata- Cristãos	56	58	59	52	39	43	43	47	51	55
Social- Democratas	16	13	14	15	26	26	23	22	19	16
É impossível dizer	28	29	27	33	35	31	34	31	30	29
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Questão: "É claro que ninguém pode saber com certeza, mas quem você acha que vai vencer a próximas eleições federais; quem vai ganhar a maioria dos votos – os democrata-cristãos ou os social-democratas?"

Fonte: Allensbach Archives, Ifd Surveys 4015, 4017, 4018, 4019, 4020, 4021A, 4021B, 4022, 4023/24, 4025

**Tabela 4**  
**República Federal e Berlim Ocidental**  
**População com mais de 16 anos**

Clima de opinião para os democrata-cristãos

	Início Out. 1982 %	Fim Out./ Nov. 1982 %	Fim Out. / Dez. 1982 %	Início Jan. 1983 %	Meados Jan. 1983 %	Fim Jan. 1983 %	Fim Fev./ Mar. 1983 %
A maioria das pessoas gosta dos democrata-cristãos	45	43	49	32	35	36	45
Acho que não	24	26	22	32	34	33	18
Indeciso	12	15	16	17	18	18	19
É impossível dizer	19	16	13	19	13	13	18
Total	100	100	100	100	100	100	100

Questão: “Deixando de lado sua opinião pessoal neste momento, você acha que a maioria das pessoas, aqui na Alemanha gosta do Partido Democrata-Cristão neste momento, ou você acha que não?”

Fonte: Allensbach Archives, lfd Surveys 4000, 4002, 4010, 4015, 4017, 4018, 4020, 4021A, 4021B, 4025

**Tabela 5**  
**República Federal e Berlim Ocidental**  
**População com mais de 16 anos**

Clima de opinião para os social-democratas

	Início Out. 1982 %	Fim Out./ Nov. 1982 %	Fim Out. / Dez. 1982 %	Início Jan. 1983 %	Meados Jan. 1983 %	Fim Jan. 1983 %	Fim Fev./ Mar. 1983 %
A maioria das pessoas gosta dos democrata-cristão	28	20	25	32	33	29	23
Acho que não	39	47	42	30	33	33	40
Indeciso	19	17	17	18	19	21	20
É impossível dizer	14	16	16	20	15	17	17
Total	100	100	100	100	100	100	100

Questão: “Deixando de lado sua opinião pessoal neste momento, você acha que a maioria das pessoas, aqui na Alemanha gosta do Partido Social-Democrata neste momento, ou você acha que não?”

Fonte: Allensbach Archives, lfd Surveys 4000, 4002, 4010, 4015, 4017, 4018, 4020, 4021A, 4021B, 4025

A medida da disposição a falar abertamente confirma esta imagem. Já em meados de janeiro de 1983, 13% dos eleitores do Partido Social-Democrata afirmaram que os que apóiam o Partido Democrata-Cristão tinham tentado convencê-los a votar nos democrata-cristãos desta vez, enquanto por outro lado apenas 7% dos eleitores democrata-cristãos tinham sido abordados para que votassem no Partido Social-Democrata. Ao fim de fevereiro, 18% dos que apoiavam o Partido Social-Democrata relatavam que haviam sido abordados para que votassem na Democracia Cristã, mas apenas 10% dos que apoiavam o democrata-cristão afirmavam que alguém falara com eles sobre votarem no social-democrata. (Tabela 6)

**Tabela 6**  
**República Federal e Berlim Ocidental**  
**Eleitores de democrata-cristãos e de social-democratas**

Eleitores dos Social-democratas	1983		
	Meados de Jan	Início de Fev.	Final Fev./ Início Mar.
Sim, alguém tentou me convencer (Extraído das respostas: -a votar nos democrata-cristãos)	19,7	20,1	30,2
	(13,2)	(11,5)	(18,0)
Não, ninguém tentou me convencer	80,3	79,9	69,8
Total	100	100	100
	n=368		722
Eleitores dos Democrata-cristãos			
Sim, alguém tentou me convencer (extraído das respostas: -a votar nos Social-democratas)	14,6	18,1	21,3
	(6,9)	(8,5)	(9,8)
Não, ninguém tentou me convencer	85,4	81,9	78,7
Total	100	100	100
	n=359		845

Questão: "Alguém recentemente tentou convencer você que um determinado partido é o melhor, ou seja, que você deveria votar neste partido?". Se sim: "E qual partido era esse?"

Fonte: Allensbach Archives, IfD Surveys 4021 A, 4022, 4025

**Tabela 7**  
**República Federal e Ocidental**  
**População com mais de 16 anos**

Medindo o clima de opinião: quem é alvo de agressão?

	População Total							
	1971	1980	1980	1983	1983	1983	1983	1983
	Set. %	Jun. %	Set. %	Jan. %	Início Fev. %	Meados Fev. %	Fim Fev. %	Fim Fev. / Mar. %
Democrata-cristãos	21	31	33	24	19	19	19	17
Social-democrata	9	5	5	3	3	5	5	4
Liberais (FDP)	1	1	1	9	8	5	7	7
Os Verdes	—	4	3	10	13	12	11	12
Partido Comunista Alemão	17	11	14	11	13	13	15	15
Partido Democrático Nacional da Alemanha	11	7	8	9	11	12	11	9
	45	46	40	37	36	39	37	39
	104	105	104	103	103	105	105	103
n=	556	1296	2021	1010	1049	1001	1046	1107

Questão: “Aqui está a fotografia de um automóvel que teve um pneu furado. À direita da janela traseira há um adesivo de um partido político, mas você não pode mais ler de qual partido era o adesivo. Mas qual é seu palpite? A qual partido pertencem pessoas com risco de terem um pneu rasgado?”

Fonte: Allensbach Archives, Ifd Surveys 2189, 3183, 3087, 4021B, 4022, 4023, 4024, 4025

A pressão do clima de opinião contra os democrata-cristãos tem sido sempre muito maior do que contra os social-democratas, desde a eleição federal de 1976 quando estes instrumentos de medida foram usados pela primeira vez (Tabela 7). A pressão era também forte em janeiro de 1983, como é mostrado pela questão-teste sobre os pneus furados. Mas em comparação com 1976 e 1980 ela não aumentou conforme o dia das eleições se aproximava, e, ao contrário declinou continuamente até o início de março.

Concluiremos esta apresentação com vários exemplos de aplicação de questões de clima de opinião no cálculo de prognósticos eleitorais.

Antes, porém, descreveremos como a pressão do clima de opinião também distorce afirmações sobre as intenções de voto para as próximas eleições<sup>13</sup>. O partido que era apoiado pelo clima de opinião é superestimado enquanto o partido sob pressão do clima de opinião é subestimado.

<sup>13</sup> Veja a parte “Os instrumentos usados para medir o clima de opinião”.

As próximas quatro tabelas mostram que desde 1972 os prognósticos de eleições do Allensbach têm se aperfeiçoado sempre quando as respostas distorcidas sobre o voto passado são usadas para ponderar o *survey*, para ajustá-lo de acordo com os resultados reais corretos da última eleição. (Tabelas 8 a 11)

Em 1983 (Tabela 11), o aprimoramento do prognóstico pela ponderação foi o menor, relativamente falando. A razão para isso provavelmente está no afrouxamento da pressão do clima de opinião em 1983 no decorrer da campanha eleitoral em comparação com 1972, 1976 e 1980, e assim, havia uma distorção menor a ser corrigida<sup>14</sup>.

**Tabela 8**  
**Dados brutos ou ponderados de acordo com os fatores do clima de opinião**

Novembro 1972	Eleitores na República Federal com preferência específica por partido	Prognóstico das eleições do Allensbach (voto nominal) resultados ponderados pelos fatores de clima de opinião	Resultados oficiais (voto nominal)	
	Resultados não-ponderados %	Resultados ponderados %	%	%
Democrata-cristãos	38,6	44	45	45,4
Social-democratas	54,9	48,5	48,4	48,9
Liberais (FDP)	5,4	5,2	4,5	4,8
Outros	1,1	2,3	2,1	0,9
Total	100	100	100	100
Desvios: Max.	6,8	1,4	1,2	
$\bar{X}$	3,4	0,9	0,6	

Exemplo: Eleições Federais

Questão: "Se as eleições federais acontecessem no próximo domingo, em qual partido você votaria?"

Fonte: Allensbach Archives, Ifd Surveys 2088

<sup>14</sup> Veja nota de pé de página 12.

**Tabela 9**

**Dados brutos ou ponderados de acordo com os fatores do clima de opinião**

Setembro 1980	Eleitores na República Federal com preferência específica por partido	Prognóstico das eleições do Allensbach (voto Nominal) resultados ponderados pelos fatores de clima de opinião	Resultados oficiais (voto nominal)	
	Resultados não-ponderados %	Resultados ponderados %	%	%
Democrata-Cristãos	44,9	49,5	49,2	48,9
Social-Democratas	45,8	41,8	43,5	43,7
Liberais (FDP)	8,5	7,6	6,4	6,4
Outros	0,9	1,1	0,9	1,1
Total	100	100	100	100
Desvios: Max.	4	1,9	0,3	
$\bar{X}$	2,1	0,93	0,18	

Exemplo: Eleições Federais

Questão: “Se as eleições federais acontecessem no próximo domingo, em qual partido você votaria?”

Fonte: Allensbach Archives, Ifd Surveys 3035 I+II

**Tabela 10**

**Dados brutos ou ponderados de acordo com os fatores do clima de opinião**

Setembro 1980	Eleitores na República Federal com preferência específica por partido	Prognóstico das eleições do Allensbach (voto Nominal) resultados ponderados pelos fatores de clima de opinião	Resultados oficiais (voto nominal)	
	Resultados não-ponderados %	Resultados ponderados %	%	%
Democrata-cristãos	39,1	43,7	43,5	44,5
Social-democratas	46,9	42,7	43,5	42,9
Liberais (FDP)	10,7	10,3	10	10,6
Outros	3,3	3,3	3	2
Total	100	100	100	100
Desvios: Max.	5,4	13	1	
$\bar{X}$	2,7	0,65	0,8	

Exemplo: Eleições Federais

Questão: Para qual partido você vai depositar seu voto partidário?

Fonte: Allensbach Archives, Ifd Surveys 3088

**Tabela 11**

**Dados brutos ou ponderados de acordo com os fatores do clima de opinião**

Março 1983	Eleitores na República Federal com preferência específica por partido	Prognóstico das eleições do Allensbach (voto Nominal) resultados ponderados pelos fatores de clima de opinião	Resultados oficiais (voto nominal)	
			%	%
	Resultados não-ponderados %	Resultados ponderados %		
Democrata-cristãos	45,8	47,8	47	48,8
Social-democratas	39,4	36,7	40	38,2
Liberais (FDP)	5,8	6,5	6,2	7
Os Verdes	8,8	8,7	6,5	7
Outros	0,2	0,3	0,3	0,4
Total	100	100	100	100
Desvios: Max.	3,2	3,1	1,8	
$\bar{X}$	1,76	1,24	1,08	

Exemplo: Eleições Federais

Questão: Para qual partido você vai depositar seu voto partidário?

Fonte: Allensbach Archives, IfD Surveys 4025

Poderia parecer natural em um seminário internacional considerar que os fatores de clima de opinião aqui descritos sejam talvez apenas efetivos na República Federal Alemã e não em outros países. Apenas teremos uma resposta confiável a isso quando outros países usarem questões de clima de opinião em suas pesquisas eleitorais.

O fato de que distorções similares devidas à pressão do clima de opinião podem ser observadas nos Estados Unidos é apresentado pela comparação entre afirmações sobre em quem as pessoas votaram e os resultados reais das eleições presidenciais americanas de 1968, 1972, 1976 e 1980. (Tabela 12)

## **Conclusão**

Este artigo pretendeu mostrar que uma análise da situação anterior à eleição, com o auxílio de questões de clima de opinião, levam a um quadro muito mais claro do que quando nos limitamos às questões tradicionais sobre as intenções de voto do indivíduo e a preferência por candidatos. Os instrumentos que medem o clima de opinião podem ser usados para se chegar a uma melhor análise dos elementos que levam à formação do voto e nos permite identificar componentes sócio-psicológicos. O modelo oriundo da teoria democrática clássica sobre como as eleições funcionam – debate razoável entre eleitores até que se chegou às melhores soluções – é visto, entretanto, como sendo ainda mais utópico.

Tabela 12

Memória do voto para presidente nas eleições dos Estados Unidos de 1968 e 1972

Surveys Sociais Gerais	Republicano %	Democrata %	Outro %		
1968 voto real	Nixon 43,4	Humphrey 42,7	13,9	100	
Memória				Desvios	Surveys Sociais Gerais
				Max. (%)	x (%)
1972	47,4+	42,5-	10,1-	4,0	2,67
1973	45,3+	39,8-	14,9+	2,9	1,93

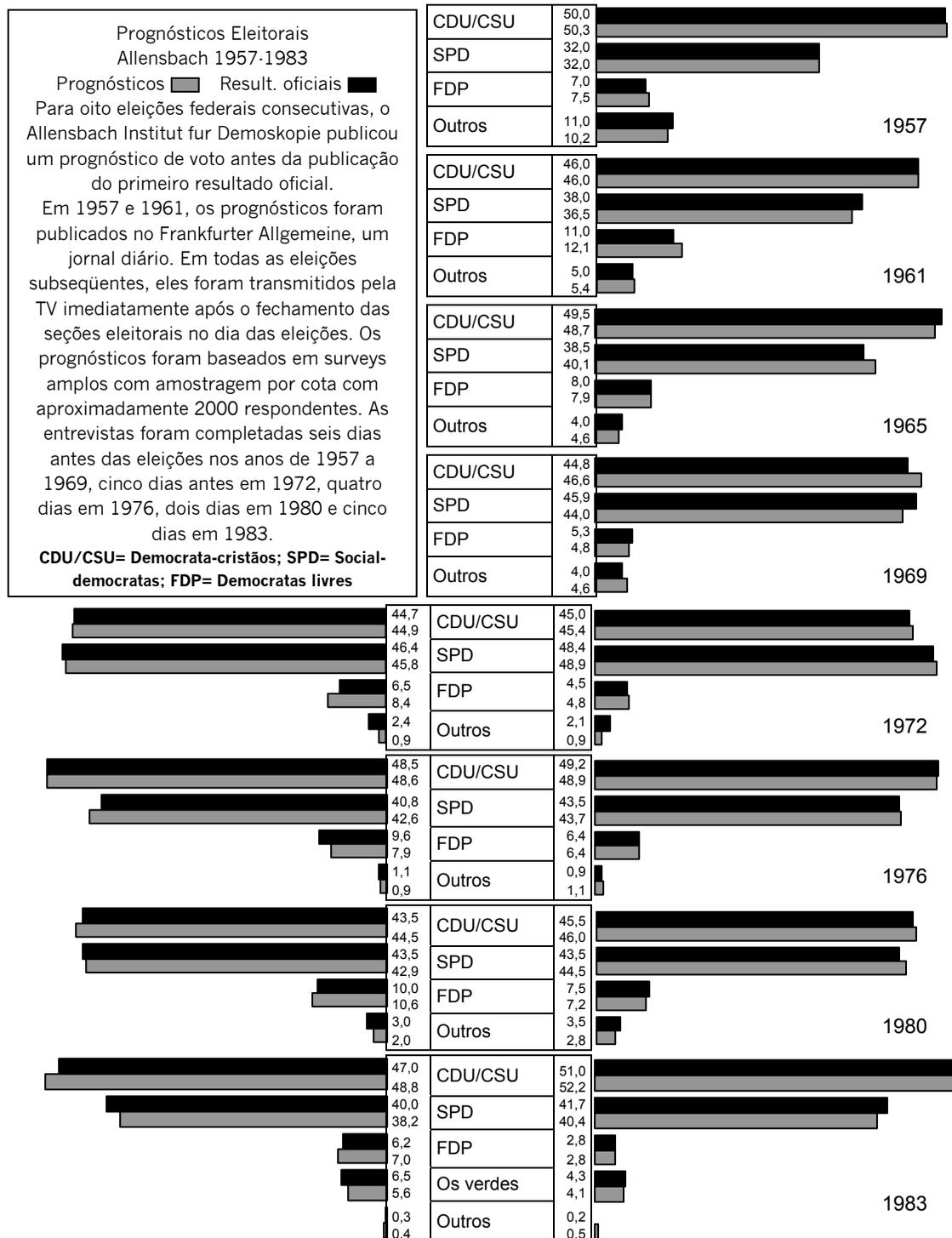
1972 voto real	Nixon 60,7	McGovern 37,5	1,8	100	
Memória				Desvios	Surveys Sociais Gerais
				Max (%)	x (%)
1973	58,4-	39,8+	1,8=	2,3	1,53
1974	57,4-	38,8+	3,8+	3,3	2,2
1975	61,4+	35,6-	3,0+	1,9	1,27
1976	59,1-	37,4-	3,5+	1,7	1,13
1977	61,2+	37,3	1,6-	0,5	0,3

1976 voto real	Ford 48,0	Carter 50,1	1,9	100	
Memória				Desvios	Surveys Sociais Gerais
				Max. (%)	x (%)
1977	44,2-	54,9+	0,9-	4,8	3,2
1978	45,5-	52,9+	1,6-	2,8	1,87
1980	41,6-	57,4+	1,0-	7,3	4,87
1982	40,0-	59,5+	0,6-	9,4	6,23

1980 voto real	Regan 50,8	Carter 41,0	8,2	100	
Memória				Desvios	Surveys Sociais Gerais
				Max. (%)	x (%)
1982	46,1	46,5+	7,4-	5,5	3,67

Pressão do clima de opinião nos EUA contra os Republicanos (presidentes republicanos) desde a presidência de Gerald Ford (1977)

Tabela 13



**Tabela 14**  
**Eleições Federais 1957-1983**

Voto de Legenda		
	Desvio Máximo (%) *	Desvio Médio (%)*
1972	1,9	1,05
1976	1,8	0,95
1980	1,0	0,80
1983	1,8	1,10 (**)

Voto nominal		
	Desvio máximo (%)*	Desvio médio (%)*
1957	0,8	0,40
1961	1,5	0,75
1965	1,6	0,80
1969	1,9	0,96(**)
1972	1,2	0,60
1976	0,3	0,18
1980	1,2	0,75
1983	1,3	0,60

(\*) Desvios médios e máximos dos prognósticos realizados pelo Allensbach e resultados eleitorais oficiais dos votos por distrito e por legenda, computados com os dados dos partidos social-democrata, democrata-cristão, liberal e outros partidos.

(\*\*) Esses prognósticos foram projetados para cinco partidos. Em 1969, os dados para o Partido Nacional Democrático da Alemanha e os dados de 1983 para os Verdes foram dados separadamente.

**Tabela 15**  
**Prognósticos eleitorais – Allensbach**  
**Resumo 1957-1983**

Desvio do voto real	Frequência			
	n	%		% acum.
0,0	3	6,8		6,8
0,1	2	4,6		11,45
0,2	4	9,1	34,1	20,5
0,3	4	9,1		29,5
0,4	2	4,6		34,1
0,5	4	9,1		43,2
0,6	4	9,1		52,3
0,7	1	2,3	29,6	54,6
0,8	4	9,1		63,6
0,9	0	0,0		63,6
1,0	3	6,8		70,5
1,1	1	2,3		72,5
1,2	2	4,6	13,6	77,3
1,3	0	0,0		77,3
1,4	0	0,0		77,3
1,5	2	4,6		81,8
1,6	1	2,3		84,1
1,7	1	2,3	22,7	86,4
1,8	4	9,3		95,5
1,9	2	4,6		100
$\bar{x}$ 0,95	44	100,4		

Nenhum desvio excedeu 1,9%,\*=11 eleições x 4 partidos, 1972-1983; voto de legenda

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LAZARSFELD, P.; BERELSON, B.; GAUDET, H. *The people's choice: how the voter makes up his mind in a presidential campaign*. 3<sup>rd</sup> ed. New York: Columbia University Press, 1968.

NOELLE-NEUMANN, E. Wahlentscheidung in der Fernsehdemokratie. Eine sozialpsychologische Interpretation der Bundestagswahl 1972. In: JUST, D.; ROMAIN, L. (org.). *Auf der Suche nach dem mündigen Bürger. Die Wahlentscheidung 1972 und ihre Konsequenzen*. Bonn, 1974.

\_\_\_\_\_. The dual climate of opinion: the influences of television in the 1976 West German federal election. In: KAASE, M.; BEYME, K. (ed.). *Elections and parties*. German Political Studies, v. 3. Beverly Hills: Sage, 1978.

\_\_\_\_\_. Die FDP - Wähler unter kreuzdruck: über die fragwürdigkeit von wählerstromanalysen. *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, n. 129, jun. 22 1978.

\_\_\_\_\_. In West Germany, conservative mood isn't helping the conservative candidate. *Public Opinion*. v. 3, n. 4, aug./sept. 1980.

\_\_\_\_\_. Öffentliche Meinung in der Bundestagswahl 1980. In: KAASE, M.; KLINGEMANN, H-D. (org.): *Wahlen und politisches system. Analysen aus anlaß der Bundestagswahl 1980*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1983.

\_\_\_\_\_. *The spiral of silence: public opinion - our social skin*. Chicago: University of Chicago Press, 1984.

Texto apresentado no Seminário sobre Pesquisas de Opinião,  
ESOMAR, Strasbourg, Novembro 1986.  
Autorização para tradução e publicação concedida pela E.S.O.M.A.R.  
European Society for Opinion and Marketing Research.

# *O uso de pesquisas eleitorais em decisões de voto As eleições brasileiras de 1989*

---

**Márcia Cavallari Nunes  
Örjan Olsén  
Joseph Straubhaar**

---

## **Resumo**

Este artigo mostra que as pesquisas de opinião têm uma influência parcial sobre o processo de decisão do voto. As muitas outras fontes de informação devem ser consideradas no estudo do processo de escolha. O estudo está baseado em pesquisa para eleição presidencial de 1989 no Brasil.

**Palavras-chave:** pesquisa eleitoral, informação política, eleição presidencial, decisão do voto

## **Abstract**

This article shows that public opinion polls have a partial influence on the voting decision process. Multiple sources of information must be considered in the study of the electoral choice. The study is based on a 1989 Brazilian presidential election survey.

**Keywords:** public opinion poll, political information, presidential election, voting decision

Dado o caráter recente da democracia no Brasil, não surpreende que as pesquisas eleitorais tenham ocorrido sob severa vigilância durante a primeira eleição presidencial em três décadas. As conhecidas acusações de manipulação e o fantasma da influência “indevida” tornaram-se parte integrante da campanha. Em 1989, o Congresso aprovou uma lei proibindo a publicação de pesquisas eleitorais durante os 30 dias que antecediam as eleições, mas o Supremo Tribunal Eleitoral recusou a apoiá-la alegando sua inconstitucionalidade. Os mesmos partidos políticos que queriam interditar as pesquisas, entretanto, não hesitaram em usar seus resultados para mostrar a liderança ou o crescimento de seus candidatos ao longo da campanha, enquanto outros dedicavam grande parte de seus esforços tentando tirar-lhes credibilidade. A comparação com os resultados oficiais, tanto no primeiro quanto no segundo turno das eleições, mostrou que os três principais órgãos de pesquisas eleitorais estavam extremamente próximos do resultado final.

Neste artigo, não tentaremos afirmar ou negar a influência dos resultados das pesquisas eleitorais sobre as intenções de voto, ou sobre a decisão final de votar em um ou outro candidato. Parece-nos que esta discussão já foi levada a seus limites. Em primeiro lugar, todo ambiente de informação que envolve eleições livres é muito complexo para permitir um controle adequado das fontes de influência que agem simultaneamente, sendo necessário isolá-los para avaliar o *puro efeito bruto da pesquisa*. No caso brasileiro, com duas horas diárias de propaganda eleitoral gratuita em cadeia nacional de rádio e televisão, durante os 60 dias que precedem as eleições, a tarefa torna-se ainda mais difícil. Em segundo lugar, também parece razoável afirmar que em países nos quais há várias pesquisas eleitorais realizadas por órgãos independentes com um registro histórico de exatidão, os resultados das pesquisas podem ser considerados apenas como mais uma fonte competindo no “livre mercado da informação”, fundamental ou indicativo da existência da verdadeira democracia. (WEBB, 1986)

A afirmação de Philip Meyer (1989) de que “a mídia insiste em sentir-se culpada quando contribui para um efeito de 'bandwagon'<sup>1</sup>, mesmo quando esta contribuição vem na forma de uma informação exata” pode provavelmente estender-se para muitos realizadores de pesquisas eleitorais e pesquisadores acadêmicos que investigaram os efeitos destas pesquisas sobre o comportamento eleitoral. Estas preocupações éticas são certamente justificáveis, mas hoje, considerando-se todo o tipo de informação acessível para o eleitorado, os resultados das pesquisas estão provavelmente entre os mais objetivos. Mesmo se não estivessem, deve-se

---

<sup>1</sup> Efeito de “bandwagon”: expressão que indica a tendência de indivíduos a dar seu voto ao candidato que aparece como provável vencedor; “Bandwagon”: Palavra utilizada para designar um veículo imaginário que transporta dirigentes políticos cujos candidatos ou causas tenham ganho apoio popular; “Underdog”: expressão que indica a tendência a apoiar o mais fraco; “Underdog”: palavra que indica o perdedor em qualquer luta.

pensar sobre o argumento de Meyer de que “a democracia que tenta proteger seus eleitores da informação sob o pretexto de que estes poderiam utilizá-la irracionalmente, deixa de ser uma democracia. A decisão eleitoral não pode e nem deveria ser definida em um ambiente estéril e livre de informações” (Meyer, 1989). Qual então a posição que as pesquisas de opinião pública ocupam dentro deste contexto global da comunicação política e eleitoral?

Dominique Wolton (1989) oferece uma interessante definição da comunicação dentro de sistemas democráticos considerando-a “o espaço onde os discursos contraditórios são travados entre três atores que possuem legitimidade para se expressarem publicamente sobre política; são eles os homens políticos, os jornalistas e a opinião pública expressa através das pesquisas”. Nesta definição são centrais os conceitos de “legitimidade” dos atores e de “confronto permanente” entre discursos (ou realidades) transmitidos por eles para o público, num processo contínuo de construção, demolição e reconstrução da realidade. Para os “homens políticos” a legitimidade é adquirida em diferentes níveis através das eleições. Para os jornalistas a legitimidade deriva dos direitos de liberdade de informação e de opinião. “Para as pesquisas eleitorais, representativas da opinião pública, a legitimidade é de ordem científica e técnica. Sua meta é refletir melhor uma realidade objetiva apenas através do processo de construção das próprias pesquisas.” (WOLTON, 1989).

Pesquisas relacionadas às atitudes do público quanto às pesquisas de opinião confirmam a postura de Wolton no que concerne às pesquisas eleitorais e de opinião geral. A exposição e o interesse públicos são altos e crescentes (DONSBACH, 1986; ANTOINEM, 1986; RIFFAULT e WYBROW, 1989 ) e é forte a aceitação dos métodos de pesquisa como “modo apropriado e científico de obter a opinião das pessoas” (QUATRESOOZ, 1986).

Também são dominantes o apoio à publicação dos resultados das pesquisas eleitorais e sua aceitação como o mais útil (mas não necessariamente decisivo) instrumento para a decisão (QUATRESOOZ, 1986; RIFFAULT e WYBROW, 1989). A existência de tentativas de criação de “realidades contraditórias” é aceita por uma saudável percentagem de entrevistados, céticos quanto à exatidão das pesquisas e cientes de que os políticos e a mídia dos partidos tendem a utilizá-las de forma manipuladora (RIFFAULT e WYBROW, 1989; WORCESTER, 1980; QUATRESOOZ, 1986).

A maior parte dos estudos sobre a influência de pesquisas eleitorais sobre o comportamento eleitoral vem das democracias ocidentais onde o voto não é obrigatório e onde predominam o sistema parlamentar ou de eleições bipartidárias. Forte ênfase tem sido dada à relação entre a exposição às pesquisas eleitorais e a participação do eleitor, bem como aos efeitos de “bandwagon” e “underdog”<sup>2</sup> sobre

---

<sup>2</sup> Ver nota 1.

os eleitores, com os mais negativos e ambíguos resultados (vide o excelente exame de Donsbach da bibliografia sobre as influências dos dados das pesquisas eleitorais; MEYER, 1989) ou com indicações de efeitos praticamente irrelevantes ou de equilíbrio (ADAMS, 1985).

Esforços recentes mostram que muito pode ser obtido quanto à compreensão do processo completo da informação política quando se amplia o alcance da investigação, colocando pesquisas eleitorais e de opinião dentro de uma estrutura mais ampla de comunicação política, deslocando-se daquilo que Donsbach (1986) definiu como “efeitos diretos de curta duração” sobre os eleitores. Estudos como os realizados por Atkin e Gaudino (1984) e Patterson (1989) mostram como outros atores, isto é, os jornalistas, são afetados pelas pesquisas eleitorais. Uma compreensão mais profunda da influência dos resultados das pesquisas e da cobertura da imprensa sobre as campanhas para arrecadar fundos, sobre o moral dos militantes ou sobre decisões políticas dos líderes de partido, por exemplo, oferece um bom campo para o questionamento dos efeitos relevantes de curta-duração nas interações entre os três atores políticos definidos por Wolton (WEINER, 1977 e ANTOINE, 1986).

Sugerimos que o uso e a avaliação que os eleitores fazem das mensagens destes três atores, antes e durante as campanhas, devam ser estudados em maior detalhe. Este artigo aceita como dado o fato de que o acesso à informação – seja através de pesquisas eleitorais, da mídia ou dos políticos – tem um impacto no processo de decisão eleitoral. Deixando de lado a controvérsia que envolve a conveniência social destes impactos, propomo-nos a explorar em sua extensão a tomada de decisão baseada em pesquisas eleitorais e os tipos de decisões tomadas – sem nos preocuparmos se um candidato teve mais vantagens que outro – e examinar algumas variáveis que podem interferir neste processo.

O caso brasileiro oferece condições que são diferentes da maioria das democracias ocidentais, a saber:

1. O voto é obrigatório e mesmo analfabetos podem votar, o que traz ao processo uma grande parcela de eleitores desinformados e desinteressados que tem que tomar uma decisão até o dia da eleição;
2. A propaganda eleitoral gratuita em cadeia nacional de rádio e TV no horário nobre permite uma exposição quase que global, direta ou indireta, às mensagens dos principais candidatos;
3. As campanhas pluripartidárias com muitos candidatos oferecem a oportunidade de uma diversificação de tipos de decisão baseados nos resultados das pesquisas eleitorais, especialmente com o sistema em dois turnos adotado em 1989. A eleição presidencial teve 22 candidatos, seis dos quais foram apresentados pelo menos uma vez durante a campanha como tendo chance de vencer ou de ir para o segundo turno;

4. A lealdade aos partidos é baixa, a estrutura partidária é frágil e, na opinião dos eleitores tanto candidatos quanto partidos carecem de identidade.

A combinação destes fatores aumenta a probabilidade de ocorrerem os efeitos de informação (McCOMBS, 1972; WEAVER e McCOMBS, 1978).

O *survey* que baseia nossos dados realizados pelo IBOPE, entrevistou uma amostra nacional de 2680 pessoas, representativa do eleitorado brasileiro, durante a campanha presidencial (outubro de 1989, começando duas semanas após o início da propaganda eleitoral gratuita). Os dados sobre o alcance e frequência dos programas televisivos diários, abrangendo sete grandes áreas metropolitanas, mostraram que num período de 14 dias, por volta de 80% da população haviam sido alcançados pelo menos uma vez pela propaganda gratuita, e próximo a 60% da população tinham sido expostos a ela três vezes ou mais.

O principal objetivo do *survey* era identificar:

1. As principais fontes de informação política dos eleitores;
2. Seu interesse por política;
3. Exposição, interesse, credibilidade, a percepção da utilidade das pesquisas em decisões eleitorais;
4. Exposição, interesse e a utilidade do uso percebido da propaganda gratuita no rádio e na TV na decisão eleitoral;
5. Tipos de decisão eleitoral baseadas em pesquisas em eleições presentes e passadas.
6. Variáveis demográficas que poderiam estar relacionadas ao interesse por política e à exposição à mídia e às pesquisas.

Considerando que a obtenção de informação possui algum tipo de efeito na decisão de voto, nosso foco principal dirigiu-se às seguintes questões:

1. Quem está exposto aos resultados das pesquisas eleitorais?
2. Como as pesquisas eleitorais se posicionam em comparação a outros meios e fontes de informação e com quais elas competem?
3. Quantos são e de que tipo são os eleitores que tomam decisões baseadas em pesquisas eleitorais, e quais são estas decisões?
4. Os eleitores com menor grau de escolaridade e com menor interesse estão mais inclinados a buscar a sua decisão nas pesquisas eleitorais, como os políticos parecem temer? ou as pesquisas eleitorais são outro instrumento usado intensivamente pelas elites mais instruídas e politicamente envolvidas?
5. A resposta à questão 4 é mais complexa, exigindo uma maior atenção às condições contingenciais e aos efeitos de interação entre uma gama de variáveis?

Outras questões relacionadas à intenção de voto, à lealdade do candidato e à avaliação do desempenho estão incluídas, mas não são o ponto principal deste artigo. As questões 1 a 3 são basicamente descritivas. A questão 4 busca testar duas das hipóteses mais comumente estabelecidas, a saber:

1. Que devido à baixa escolaridade e pouca sofisticação do eleitorado, os resultados das pesquisas eleitorais poderiam ser usados, potencialmente, pela elite como outra forma de manipulação. No caso brasileiro, dadas as suas peculiaridades, este risco seria extremamente alto, pelo menos de acordo com os líderes políticos locais, conforme demonstrado pelo seu esmagador apoio às restrições da publicação de resultados de pesquisas. Os próprios eleitores tendem a encarar a maioria dos “outros eleitores” como despreparados e sujeitos à influência direta dos efeitos de “bandwagon”<sup>3</sup>, embora considerem a si próprios como melhor preparados e menos sujeitos a tal influência.

2. Os resultados das pesquisas eleitorais seriam usados com maior intensidade por eleitores instruídos e politicamente sofisticados, num voto tático, ajudando a ampliar a brecha entre a tomada de decisão racional das elites e da parcela menos instruída da população (DONSBACH, 1986; GOLLIN, 1980).

3. A questão 5 sugere que a relação entre educação e o uso dos resultados de pesquisas eleitorais é muito simplista. As variáveis intervenientes tradicionais como a credibilidade da fonte e sua utilidade, interesse por política e acesso a fontes alternativas de informação, devem ser levadas em conta.

É fácil entender a tendência em aceitar a hipótese do “efeito de bandwagon” entre políticos brasileiros, considerando a tradição histórica dos caciques locais e a utilização das máquinas administrativas para estabelecer uma relação de dependência entre os eleitores e aqueles no poder. É natural que os políticos tradicionais pensem que o candidato que aparece como aquele com maior chance de ser o próximo no poder poderia atrair muitos dos votos indecisos e menos sofisticados.

Este *survey* mostrou que a mesma noção predomina entre os eleitores brasileiros. Entretanto, nas últimas quatro eleições para governador, prefeito e presidente, a evidência não confirma esta hipótese, pois muitos candidatos com forte liderança inicial nas pesquisas não foram eleitos. Acrescente-se a isso uma difundida crença no efeito de “injeção de idéias”<sup>4</sup> e de adesão à hipótese da via de comunicação de duas etapas. Curiosamente, para a maioria dos políticos brasileiros, o efeito da injeção de idéias parece ser muito forte se relacionado aos resultados das pesquisas eleitorais, e muito fraco quando se refere a seus próprios esforços de propaganda.

---

<sup>3</sup> Ver nota 1.

<sup>4</sup> Expressão original: “hypodermic needle effect of communication”.

Complementar a este efeito está a crença generalizada de que os comunicadores da elite e seus instrumentos (dentre os quais seriam principais os resultados de pesquisas eleitorais) têm a capacidade de impor suas opiniões, de cima para baixo. Avanços recentes de partidos políticos baseados na militância ativa e em organizações comunitárias indicam que esta hipótese deveria ser revista. Evidências em outros países latino-americanos indicam que para cada setor específico do eleitorado as mensagens da mídia geralmente competem e são reinterpretadas pelos líderes de opinião localizados dentro dos próprios setores (vide a investigação de Templeton sobre a liderança de opinião na Venezuela; e também HELLEVIK e BJORKLUND, 1989).

A hipótese do uso diferenciado da informação das pesquisas eleitorais – e da informação em geral – pelos mais instruídos aparece desde os primeiros estágios das pesquisas eleitorais e de comunicação (LAZARSELD et al. 1948; CONVERSE 1962), levando à criação de rótulos do tipo “sabem-nada crônicos” (HYMAN e SHEATSLEY, 1977) para descrever amplos setores da população. Estes estudos também sugerem que quaisquer efeitos são mediados pelo interesse em política, credibilidade da fonte e predisposições políticas, dentre outras variáveis.

### **Decisões baseadas nos resultados de pesquisas eleitorais – o caso brasileiro**

Pesquisas eleitorais são agora uma das características-padrão das campanhas brasileiras. Entre fevereiro e dezembro de 1989, o IBOPE sozinho realizou e publicou 31 pesquisas nacionais sobre a eleição presidencial, com outras 30 sendo realizadas por outros órgãos. Todas elas foram divulgadas em redes nacionais de rádio e televisão ou publicadas pela maioria dos grandes jornais e revistas. Tanto o líder nas pesquisas quanto os candidatos com chances de chegar ao segundo turno das eleições utilizaram os resultados em seus horários de propaganda gratuita no rádio e TV. Entre exposição direta e indireta, pode-se falar de uma exposição praticamente total às pesquisas eleitorais no Brasil. Entretanto, existem diferenças razoavelmente grandes quanto a como as pessoas encaram e usam as pesquisas.

Apesar destes altos níveis de exposição, grandes grupos de eleitores manifestaram interesse limitado pelas pesquisas eleitorais e foram céticos quanto à sua exatidão.

O interesse declarado correlaciona-se positivamente com a renda (+0,20) e com a escolaridade (+0,15), sendo os homens mais interessados que as mulheres. No que se refere à idade, o grupo acima de 40 anos parecia levemente menos interessado que o restante. O tamanho dos municípios, indicador de grau de urbanização, não apareceu como um fator determinante do interesse.

Os níveis razoavelmente altos de interesse um mês antes das eleições e o ceticismo quanto aos números das pesquisas eleitorais não são surpreendentes dada a controvérsia envolvendo pesquisas eleitorais e a constante tentativa por parte de alguns dos principais candidatos para desacreditá-las em suas campanhas. Embora muito difundidas, as pesquisas eleitorais ainda não se estabeleceram como um registro consistente na mente do público, dependendo da comparação com cada resultado de eleição para afirmarem sua credibilidade. Em *surveys* realizados após as eleições, em janeiro de 1990, os institutos de pesquisas foram classificados entre as organizações mais confiáveis do país (70%), vindo depois da Igreja (82%) e antes do Supremo Tribunal Eleitoral (62%).

Com a pesada carga de propaganda política e a ampla cobertura jornalística das campanhas (especialmente pela TV) não surpreende que as pesquisas sejam razoavelmente mal classificadas enquanto fonte de informação para a escolha do candidato, ocupando o décimo lugar, com apenas 5% dos eleitores mencionando-as como uma dentre as fontes mais importantes.

As fontes interpessoais e a propaganda televisiva, notícias e debates são muito mais poderosos quando se trata de influência potencial sobre a decisão eleitoral. Os resultados de pesquisas, entretanto, ainda obtêm um razoável reconhecimento enquanto instrumentos úteis.

**Tabela 1**  
**Interesse declarado nas pesquisas**

Alto	30%
Médio	31%
Baixo	20%
Nenhum	16%
Não sabe	3%

**Tabela 2**  
**Credibilidade das pesquisas**

Acredita totalmente	19%
Acredita parcialmente	42%
Não acredita	34%
Não sabe	5%

**Tabela 3**  
**Utilidade dos resultados das pesquisas eleitorais na escolha do candidato**

Ajuda muito	19%
Ajuda um pouco	35%
Não tem influência	24%
Atrapalha um pouco	13%
Atrapalha muito	9%

Mesmo para aqueles que admitem que as pesquisas eleitorais podem ser úteis, existem dúvidas acerca de sua exatidão, o que reduz seu uso declarado na tomada de decisão.

Fatores que influenciam o uso das pesquisas eleitorais na tomada de decisões foram examinados através de regressão estatística. As variáveis independentes e suas correlações (r de Pearson) com utilidade foram:

**Tabela 4**

<b>Variáveis independentes</b>	<b>Correlação (r de Pearson)</b>	<b>Significância</b>
Credibilidade das pesquisas	0,47	p < 0,001
Interesse nas pesquisas	0,20	p < 0,001
Atenção às propagandas políticas	0,10	p < 0,001
Utilidade das propagandas políticas para decidir em quem votar	0,23	p < 0,001
Utilidade das propagandas políticas para decidir em quem não votar	0,17	p < 0,001
Minutos de exposição à propaganda política	-0,04	p < 0,05
Educação	-0,09	p < 0,001
Renda Familiar	-0,09	p < 0,001
Idade	-	[N.S.]

As correlações acima poderiam indicar que o interesse em pesquisas eleitorais gerado pela vasta cobertura da mídia durante as campanhas pode levar a um aumento de seu uso para decidir em quem votar. Os mais pobres e os menos instruídos poderiam, aparentemente, estar de algum modo mais sujeitos à influência.

No entanto, as variáveis como a credibilidade nas pesquisas e a exposição a outras fontes concorrentes de informação parecem ter um impacto maior, como mostram os resultados da regressão estatística.

**Tabela 5**  
**Resumo: regressão estatística com a percepção de utilidade como variável dependente (P= 0,05)**

<b>Variáveis Independentes</b>	<b>Beta</b>	<b>Correl. Parcial</b>	<b>r2 cumulativo</b>
Credibilidade das pesquisas	0,40	0,39	0,215
Uso das propagandas políticas na decisão eleitoral	0,12	0,13	0,232
Educação	0,08	-0,09	0,236
Interesse em pesquisas	0,08	0,08	0,240
Minutos de exposição às propagandas políticas	0,04	-0,04	0,242

Estes números mostram que o nível de instrução não é um preditor chave do uso percebido das pesquisas. As correlações entre educação e interesse em política (+0,21), interesse em pesquisas eleitorais (+0,20) e, a utilidade percebida são todas positivas e significativas. O mesmo vale para as correlações entre o uso das pesquisas e o interesse por elas (+0,20). Entretanto, quando a credibilidade das pesquisas e utilidade percebida da propaganda política (uma fonte de informação concorrente) são introduzidas como variáveis de controle, os efeitos do nível de instrução e do interesse tanto por política quanto por pesquisa desaparecem, ou são reduzidos a um nível no qual sua contribuição para a explicação da variação de utilidade percebida das pesquisas perde a maior parte de seu significado prático.

Antes de se tornarem instrumentos de influência as pesquisas eleitorais vão ter provavelmente que adquirir uma credibilidade extremamente alta, o que está longe de ser o caso brasileiro. Apenas uma consistente predição do vencedor por longos períodos de tempo pode fazer com que as pesquisas adquiram *status* e aí então ainda terão que competir com outras fontes de informação tais como a propaganda concebida pelos próprios políticos, a cobertura e o comentário jornalísticos da mídia objetiva e a mídia partidária, o desempenho dos candidatos nos debates e, acima de tudo, a influência social das famílias, amigos e colegas. Como Wolton (1989) coloca, mesmo depois de adquirir legitimidade ao reproduzir de forma consistente a realidade objetiva, as pesquisas eleitorais terão que interagir com muitos outros atores no processo da comunicação política, quais sejam, homens políticos (em todos os níveis) e jornalistas. O grau de competição entre as fontes pode ser observado abaixo.

**Tabela 6**

**Relação entre as três fontes de informação mais importantes na decisão de voto e a utilidade percebida das pesquisas na escolha do candidato**

	<b>Pesquisas ajudam muito</b>	<b>Pesquisas ajudam um pouco</b>	<b>Pesquisas não têm influência</b>	<b>Pesquisas atrapalham um pouco</b>	<b>Pesquisas atrapalham muito</b>
Conversas com colegas	28%	29%	23%	26%	29%
Conversas com amigos/família	38%	46%	35%	40%	45%
Propaganda política	38%	38%	28%	33%	26%
Vendo candidatos em comícios	18%	16%	11%	16%	13%
Debates entre candidatos na TV	21%	27%	21%	35%	29%
Notícias nos jornais	15%	16%	15%	17%	12%
Notícias no rádio	10%	10%	8%	11%	12%
Comentaristas de rádio	5%	4%	5%	6%	6%
Notícias na TV	20%	22%	17%	23%	18%
Informações pela Igreja	5%	5%	5%	3%	7%
Informações por líderes trabalhistas	4%	5%	4%	8%	6%
Associações de bairros	7%	6%	5%	7%	9%
Resultados das pesquisas eleitorais	6%	7%	2%	5%	5%

Dadas estas limitações, a possibilidade das pesquisas eleitorais funcionarem como profecias auto-realizáveis são escassas, particularmente num ambiente rico em meios de comunicação como o brasileiro, onde os órgãos de pesquisa eleitoral concorrentes contratados ou pertencentes a meios de comunicação de massa das mais diferentes tendências políticas constantemente publicam seus resultados. Se os resultados publicados forem contraditórios, a credibilidade geral deve cair. Mas se, por outro lado, os números forem semelhantes, pode-se dizer que a informação será provavelmente muito objetiva em comparação com as muitas outras fontes. Um dos aspectos característicos das eleições brasileiras é a alta confiança depositada nas fontes interpessoais. Embora correlações entre educação e interesse por política de modo geral, e em pesquisas eleitorais em particular sejam positivas e significativas, os setores mais pobres e menos instruídos da população ainda possuem um alto nível de interesse entre 20% e 32%. Associado à importância das fontes interpessoais, isso pode levar à ocorrência da liderança de opinião dentro de grupos.

Um *survey* realizado após as eleições do estado de São Paulo mostrou que os eleitores política e socialmente mais participativos, de todos os níveis, tendiam mais em direção a um candidato do que em direção a outro. O efeito destes líderes mais “localizados” merece um estudo aprofundado, já que os líderes podem servir como filtros através dos quais os resultados das pesquisas eleitorais têm que passar para alcançarem os menos informados, ou para terem seus resultados validados, conforme Templeton (1986) mostrou para o caso venezuelano.

Antes de lidar diretamente com o uso declarado das pesquisas nas decisões eleitorais, seria importante determinar o tamanho aproximado dos grupos de usuários potenciais destas pesquisas, através do cruzamento entre utilidade percebida e a credibilidade.

Como se observa, 24% do eleitorado apresentam alto potencial para utilizar as pesquisas eleitorais como fonte de informação, enquanto outros 23% apresentam um potencial moderado. As inclinações pequenas e muito pequenas são apresentadas pelos 53% restantes.

### **Pesquisas e decisões eleitorais**

Duas questões foram feitas para medir o uso declarado de resultados de pesquisas eleitorais nas decisões de voto:

Questão 1: Você pessoalmente já baseou sua decisão sobre em quem votar numa eleição em resultados de pesquisas eleitorais?

Se “SIM”, a Questão 2 foi feita.

Questão 2: Que tipo de decisão de voto você tomou baseado nos resultados das pesquisas eleitorais?

Múltiplas respostas permitidas, classificadas em cinco categorias:

- a. Votei no candidato que estava na frente
- b. Votei em quem estava na frente para não perder meu voto
- c. Votei no candidato com mais chance de vencer aquele que estava na frente
- d. Votei no candidato mais parecido com o meu favorito, aquele que poderia vencer quem estava na frente.
- e. Outros tipos de decisões, baseadas em respostas abertas.

Ao todo, 422 (15,7%) dos 2680 entrevistados admitiram ter usado as pesquisas eleitorais em suas decisões de voto nesta eleição ou em eleições passadas.

### **Como aqueles que admitem usar as pesquisas eleitorais as percebem?**

Interesse, credibilidade e utilidade das pesquisas são, conforme o esperado, muito maiores entre aqueles que as utilizam do que entre o eleitorado global, embora ainda longe da unanimidade.

**Tabela 7**  
**Relação entre a utilidade percebida das pesquisas eleitorais e credibilidade**  
**(como porcentagens de uma amostragem global)**

<b>Utilidade dos resultados das pesquisas eleitorais na escolha do candidato</b>	<b>Acredita totalmente</b>	<b>Acredita parcialmente</b>	<b>Não acredita</b>
Ajuda muito	11%	7%	2%
Ajuda um pouco	6%	23%	8%
Não tem influência	2%	8%	11%
Atrapalha um pouco	1%	5%	8%
Atrapalha muito	1%	2%	7%

**Tabela 8**  
**Interesse declarado nas pesquisas**

	<b>Usuários</b>	<b>Não-usuários</b>
Alto	48%	28%
Médio	28%	33%
Baixo	18%	21%
Nenhum	6%	18%

**Tabela 9**  
**Credibilidade das pesquisas**

	<b>Usuários</b>	<b>Não-usuários</b>
Acredita totalmente	33%	17%
Acredita parcialmente	46%	44%
Não acredita	21%	38%

**Tabela 10**  
**Utilidade das pesquisas para a escolha do candidato**

	<b>Usuários</b>	<b>Não-usuários</b>
Ajuda muito	39%	16%
Ajuda um pouco	41%	34%
Não tem influência	6%	27%
Atrapalha um pouco	8%	14%
Atrapalha muito	7%	9%

**Tabela 11**

Variáveis	Valor-F	Significância	Direção do efeito
Utilidade das pesquisas	86,39	$p < 0,001$	positivo
Credibilidade das pesquisas	69,33	$p < 0,001$	positivo
Utilidade da propaganda política	42,37	$p < 0,001$	positivo
Interesse por pesquisas	36,73	$p < 0,001$	positivo
Educação	18,69	$p < 0,001$	negativo
Idade	13,04	$p < 0,001$	positivo
Minutos de exposição à propaganda política	8,02	$p < 0,001$	positivo
Interesse em política	2,70	$p < 0,102$	positivo

(A função classificou 63,6% dos casos corretamente)

Os usuários das pesquisas eleitorais estão muito mais inclinados a manter a TV ligada durante os horários de propaganda política (89% contra 76% dos não-usuários) e levemente mais interessados em seu conteúdo, mas também algo inclinados a prestar atenção apenas em seus candidatos em vez de em seus oponentes.

Para avaliar o peso da influência de diferentes variáveis no uso de pesquisas eleitorais como instrumentos de decisão, uma análise discriminante foi realizada, com os seguintes resultados:

O mesmo padrão revelado para utilidade percebida das pesquisas aparece na confiança declarada nos resultados da pesquisa, com a imagem das pesquisas eleitorais e o uso da informação concorrente mostrando serem como os mais fortes preditores, ultrapassando educação, idade, tempo exposto à propaganda política e interesse geral em política. No caso da educação, os 20% de eleitores com nível mais alto de escolaridade e os 10% de nível mais baixo estão menos inclinados a confiar em pesquisas eleitorais, o que resulta em curvas do tipo U. A hipótese de um uso mais intenso das pesquisas eleitorais pelos mais instruídos não está confirmada. O que temos é um menor uso declarado nos extremos da escala de educação, provavelmente por diferentes razões: os de nível muito baixo por falta de acesso ou interesse, os de nível mais alto como resultado de uma sofisticação e do acesso a uma gama maior de fontes concorrentes.

A referência às eleições passadas assim como as presentes e a possibilidade de múltiplas respostas às questões que referem-se a tipos de decisões permitiram a identificação de diferentes comportamentos sob diferentes circunstâncias. Assim, 2% revelaram mais de dois tipos diferentes de decisão. Os tipos mais comuns de decisões (isolados ou combinados) revelados pelas múltiplas respostas, e classificados em cinco categorias foram:

**Tabela 12**

Votei no candidato que estava na frente	5,3%
Votei em quem estava na frente para não perder meu voto	1,9%
Votei no candidato que tinha mais chance de vencer quem estava na frente	4,7%
Votei no mais semelhante a meu candidato, que poderia vencer quem estava na frente	2,6%
Não votei ou anulei meu voto, porque meu candidato não tinha chance	2,6%
Outros tipos de decisão	3,1%

Em termos de votos do tipo “bandwagon” e “underdog”, há um efeito de equilíbrio, embora as respostas revelem um enfoque tático no caso dos votos “underdog”.

Dois tipos de decisão têm sido encarados tradicionalmente como “indesejáveis” do ponto de vista cívico.

- a. ir com a maioria simplesmente para não perder o voto
- b. não aparecer ou não usar o voto

Observando estas categorias e considerando os múltiplos tipos de decisões, em diferentes eleições, vê-se que 21 dentre os 51 entrevistados encaixados na primeira categoria e 43 dentre os 69 na segunda categoria mencionam terem feito também uma decisão “aceitável”. Acompanhar os mesmos indivíduos ao longo do tempo pode mostrar que a decisão “irracional”, baseada nas observações de eleições simples, pode ser de algum modo exagerada. Seriam necessários estudos de tipo painel com os mesmos entrevistados acompanhados ao longo de toda a campanha em diferentes eleições para termos um quadro mais claro. No caso do Brasil *surveys* realizados no estado de São Paulo revelaram que parte do numeroso grupo pedindo por “mudanças no modo como o governo era conduzido” adotaram o que seriam uma estratégia de tipo “underdog” nas eleições para prefeito em 1988 e uma aparente estratégia de tipo “bandwagon” na eleição presidencial, mas com a mesma motivação básica e utilizando os resultados das pesquisas eleitorais como um instrumento para alcançar seus objetivos.

Finalmente, algumas análises exploratórias foram realizadas para examinar a relação entre tipos de decisões tomadas com base nas pesquisas eleitorais e as variáveis potencialmente relevantes. A análise não pretende estabelecer vínculos causais, mas sugerir alguns caminhos possíveis para pesquisas e análises futuras.

**Tabela 13**  
**Relação entre os tipos de decisões baseadas em pesquisas eleitorais e algumas variáveis relacionadas**

<b>Anos de Estudo</b>	<b>Votei no que estava na frente</b>	<b>Votei no que estava na frente para não perder meu voto</b>	<b>Votei no mais próximo de vencer o líder</b>	<b>Votei no mais similar ao meu que poderia vencer o líder</b>
Analfabetos/ sem escolaridade	12%	18%	12%	1%
1 a 4 anos	43%	43%	33%	33%
5 a 8 anos	29%	29%	32%	35%
9 a 11 anos	14%	10%	17%	22%
Alguma faculdade e mais	1%	0%	6%	9%

**Tabela 14**  
**Interesse declarado em pesquisas**

	<b>Votei no que estava na frente</b>	<b>Votei no que estava na frente para não perder meu voto</b>	<b>Votei no mais próximo de vencer o líder</b>	<b>Votei no mais similar ao meu que poderia vencer o líder</b>
Alto	55%	53%	40%	51%
Médio	18%	18%	33%	33%
Baixo	19%	26%	22%	13%
Nenhum	7%	4%	4%	3%

**Tabela 15**  
**Credibilidade das pesquisas**

	<b>Votei no que estava na frente</b>	<b>Votei no que estava na frente para não perder meu voto</b>	<b>Votei no mais próximo de vencer o líder</b>	<b>Votei no mais similar ao meu que poderia vencer o líder</b>
Acredita Totalmente	43%	39%	31%	30%
Acredita parcialmente	44%	43%	44%	51%
Não acredita	13%	18%	25%	19%

**Tabela 16**  
**Utilidade dos resultados das pesquisas na escolha dos candidatos**

	Votei no que estava na frente	Votei no que estava na frente para não perder meu voto	Votei no mais próximo de vencer o líder	Votei no mais similar ao meu que poderia vencer o líder
Ajuda muito	43%	47%	32%	46%
Ajuda um pouco	38%	33%	42%	35%
Não tem influência	6%	8%	6%	1%
Atrapalha um pouco	4%	8%	13%	10%
Atrapalha muito	9%	4%	7%	7%

**Tabela 17**  
**Atenção as propagandas políticas**

	Votei no que estava na frente	Votei no que estava na frente para não perder meu voto	Votei no mais próximo de vencer o líder	Votei no mais similar ao meu que poderia vencer o líder
Alto	53%	54%	56%	60%
Médio	27%	24%	29%	29%
Baixo	14%	17%	10%	8%
Nenhum	5%	4%	5%	3%

**Tabela 18**  
**Utilidade das propagandas políticas**

	Votei no que estava na frente	Votei no que estava na frente para não perder meu voto	Votei no mais próximo de vencer o líder	Votei no mais similar ao meu que poderia vencer o líder
Muita	57%	61%	46%	45%
Alguma	29%	17%	32%	27%
Pouca	9%	15%	9%	12%
Quase Nenhuma	2%	2%	4%	6%
Nenhuma	3%	5%	9%	10%

Estes cruzamentos mostram uma alta concentração de eleitores pouco instruídos entre aqueles inclinados em direção ao líder, seja por razões táticas ou simplesmente “para não perder o voto”. O tipo de decisão aparentemente mais sofisticada, ou seja, “votar no candidato mais próximo a meu favorito com chances de vencer o líder” é relatada por um grupo de eleitores significativamente mais instruído. Os de tipo “bandwagon” e o grupo mais sofisticado mostram grande interesse nas pesquisas eleitorais, com os segundos de certa forma mais céticos quanto a elas. De fato, nenhum grupo apresenta predominância dos que acreditam totalmente. Em todos os casos, a percepção de utilidade é semelhante. O mesmo pode ser dito da propaganda política gratuita, para a qual o grupo mais sofisticado alega ter prestado mais atenção do que os outros. Além do grau de escolaridade, duas variáveis parecem separar do restante os de tipo “bandwagon”: alta credibilidade nas pesquisas eleitorais e alta percepção de utilidade da propaganda política na decisão eleitoral. Uma possível explicação poderia ser uma maior necessidade de orientação por parte deste grupo específico, levando a uma grande valorização das fontes disponíveis em geral. Os eleitores mais sofisticados, com educação superior e acesso a diversos meios de comunicação podem, ao compará-los, atribuir valor e credibilidade reduzidos para os mais amplamente disponíveis.

**Tabela 19**  
**Análise discriminante**

(F – ratio de cada variável utilizada para fins de classificação dentro de cada grupo)

	Votei no que estava na frente	Votei no que estava na frente para não perder meu voto	Votei no mais próximo de vencer o líder	Votei no mais similar ao meu que poderia vencer o líder
Credibilidade das pesquisas	56,4%(+)	12%(+)	20,9%	12,4%(+)
Utilidade das pesquisas	26,4%(+)	17,9%(+)	15,8%	18,8%(+)
Utilidade da propaganda política na escolha do candidato	31,5%(+)	9,7%(+)	14,3%(+)	4,2%(+)
Educação	31,6%(+)	12,7%(-)	8,2%(-)	N.S.
Interesse em pesquisas	16,3%(+)	5,1%(+)	7,4%(+)	13%(+)
Propaganda política construtiva	16,6%(+)	N.S.	12,8%	N.S.
Minutos de exposição à propaganda política	N.S.	N.S.	15%(+)	4%(+)
Atenção às propagandas políticas	N.S.	N.S.	N.S.	N.S.
Interesse em política	N.S.	N.S.	N.S.	6,7%(+)
Atenção seletiva a seu candidato	5,9%(+)	4%(+)	N.S.	N.S.
Utilidade de propaganda na escolha do candidato	6,3%(+)	4,6%(+)	N.S.	N.S.
Idade	7,7%(+)	N.S.	N.S.	N.S.

(os sinais de + e – indicam a direção da contribuição de cada variável no aumento ou diminuição da possibilidade de inclusão em cada grupo de decisões)

**Tabela 20**

**Ordem de entrada das variáveis acima na regressão para análise discriminante de Wilk**

	Votei no que estava na frente	Votei no que estava na frente para não perder meu voto	Votei no mais próximo de vencer o líder	Votei no mais similar ao meu que poderia vencer o líder
Credibilidade das pesquisas	1	*	1	*
Utilidade das pesquisas	*	1	5	1
Utilidade da propaganda política na escolha do candidato	3	4	*	*
Educação	2	2	6	*
Interesse em pesquisas	4	3	*	2
Propaganda política construtiva	6	*	3	*
Minutos de exposição à propaganda política	*	*	2	*
Interesse em política	*	*	*	3
Atenção seletiva a seu candidato	5	5	*	*
Idade	7	*	*	4

Além das relações entre uso, credibilidade e utilidade de outras fontes mencionadas acima, outra característica interessante que diferencia os eleitores de tipo “bandwagon” e os do tipo “underdog” é a tendência dos primeiros em apresentar graus de atenção seletiva declarada (prestam mais atenção em seus candidatos do que nos oponentes durante o horário de propaganda política significativamente mais altos). Estudos de tipo painel durante a campanha podem auxiliar a esclarecer a seqüência de passos do processo de decisão.

Poderiam as pesquisas eleitorais estabelecer uma inclinação inicial em direção ao candidato na liderança que, por sua vez, contribuiria para uma atenção seletiva e retenção das mensagens durante o resto da campanha? Se isso for verdade, mesmo o alto grau de competição das outras fontes de informação, como se vê abaixo, pode ter seu impacto potencial diminuído.

A intensa competição entre fontes de informação por todos os grupos pode ser vista acima. As diferenças totais não são significativas, embora alguns padrões possam ser identificados, como a alta confiança nos debates, jornais e propaganda política por parte daqueles que escolhem um candidato similar a seu próprio que possa ganhar do líder, em parte explicável pelo nível de instrução superior. O que a tabela realmente sugere é que a utilidade, a credibilidade e a intensidade da exposição de todas estas fontes deveriam ser consideradas para que se fosse capaz de chegar ao efeito bruto final dos resultados de pesquisas nas decisões eleitorais.

**Tabela 21**

**Relação entre as 3 fontes de informação mais importantes para a decisão de voto e o tipo de decisão tomada com base nas pesquisas eleitorais**

	Votei no que estava na frente	Votei no que estava na frente para não perder meu voto	Votei no mais próximo de vencer o líder	Votei no mais similar ao meu que poderia vencer o líder
Conversas com colegas	26%	28%	32%	29%
Conversas com amigos/ família	41%	29%	34%	36%
Propaganda política	42%	35%	33%	49%
Vendo candidatos em comício	25%	24%	18%	28%
Debates da TV entre candidatos	20%	18%	34%	35%
Notícias em jornais	13%	14%	12%	20%
Notícias no rádio	15%	14%	9%	6%
Comentaristas de rádio	5%	6%	3%	2%
Notícias na TV	22%	31%	22%	20%
Informações pela Igreja	4%	4%	3%	6%
Informações por líderes trabalhistas	4%	8%	8%	12%
Associações de bairro	3%	6%	11%	10%
Resultados das pesquisas eleitorais	8%	2%	11%	4%

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

WEBB, N. L. *The situation of opinion poning round the world*. Presented at the ESOMAR-WAPOR Seminar on Opinion Polls, Strasbourg, France, November 1986.

MEYER, P. Precision journalism and the 1988 US elections. *International Journal of Public Opinion Research*, v. 1, n. 3, autumn 1989.

WOLTON, D. La communication politique: construction d'un modèle. *Le Nouvel Espace Public*. Paris: Editions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1989.

DONSBACH, W. *The influence of poll data on public opinion - empirical state-of-art and the problem of democratic theory*. Presented at the ESOMAR-WAPOR Seminar on Opinion Polls, Strasbourg, France, 1986.

ANTOINE, J. *Situation and recent developments in France*. Presented at the ESOMAR-WAPOR Seminar on Opinion Polls, Strasbourg, France, 1986.

RIFFAULT, H.; WYBROW, R. J. The image of public opinion surveys in Britain and France, *International Journal of Public Opinion Research*, v. 1, n. 4, winter 1989.

QUATRESOOZ, J. *Attitudes of the public towards the opinion and marketing research profession, its usefulness, its dangers*. Presented at the ESOMAR-WAPOR Seminar on Public Opinion Polls, Strasbourg, France, 1986.

WORCESTER, R. M. Pollsters, the press and political polling in Britain. *Public Opinion Quarterly*, v. 44, 1980.

ADAMS, W. C. *Early TV calls in 1984: how western voters deplored but ignored them*. Presented at the Association for Education in Journalism and Mass Communication Annual Conference, Memphis, 1985.

ATKIN, C. K.; GAUDINO, J. The impact of polling on the mass media. In: MARTIN, J. (ed.). *Polling and the democratic consensus. The annals of the American Academy of Political and Social Science*. London, 1984.

PATTERSON, T. E. The press and the candidate images. *International Journal of Public Opinion Research*, v. 1, n. 2, summer 1989.

WEINER, S. L. The competition for certainty: the polls and the press in Great Britain. *Political Science Quarterly*, n. 91, 1977.

McCOMBS, M. E. Mass communication in political campaigns: information, gratification and persuasion. In: KLINE, F. G.; TICHENOR, P. J. (ed.). *Current perspectives in mass communication research*. Beverly Hills: Sage, 1972.

WEAVER, D.; McCOMBS, M. E. *Voters need for orientation and choice of candidate: mass media and electoral decision making*. Presented at the 33<sup>th</sup> Annual AAPOR Conference, Roanoke, Virginia, 1978.

GOLLIN, A. E. Exploring the liaison between polling and the press. *Public Opinion Quarterly*, v. 44, 1980.

TEMPLETON, A. A third world experiment in opinion leader identification. Presented at the ESOMAR-WAPOR Seminar on Opinion Polls, Strasbourg, France, 1986.

NUNES, M. C.; OLSEN, Ö.; STRAUBHAAR, J. O uso de pesquisas eleitorais em decisões de voto

HELLEVIK, O.; BJORKLUND, T. Opinion leadership and political extremism. Presented at the WAPOR-ESOMAR Congress, Stockholm, Sweden, 1989.

LAZARFELD, K. P.; BERELSON, B.; GAUDET, H. *The people's choice*. Columbia University Press, 1948.

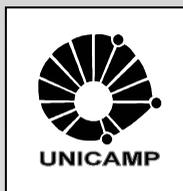
CONVERSE, P. Information flow and the stability of partisan attitudes. *Public Opinion Quarterly*, v. 26, 1962.

HYMAN, H. H.; SHEATSLEY, P. B. Some reasons why information campaigns fail. In: SCHRAMM, W.; ROBERTS, D. F. (ed.). *The process and effects of mass communication*. University of Illinois Press, Urbana, 1977.

# TENDÊNCIAS

Ano 1, nº 2

ENCARTE  
DA  
REVISTA  
DO  
CESOP



*A luta pelo meio ambiente e a consciência da destruição da natureza adquiriram nova dimensão no país com a realização da ECO-92. O encontro de ambientalistas de vários países na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, e no Fórum Global das Organizações Não-Governamentais contribuiu, senão para produzir negociações satisfatórias entre os governantes, para amplificar o debate entre os vários setores da sociedade civil envolvidos com o conhecimento, a identificação de problemas e a busca de alternativas para a questão ambiental nos vários pontos do planeta.*

*A identificação de estratégias e medidas nacionais e internacionais para restabelecimento do equilíbrio do meio ambiente global à luz dos condicionantes socioeconômicos foi um dos eixos que conduziram a Conferência. Colocada frente aos problemas do Terceiro Mundo, apontou a necessidade de condutas combinadas entre preservação ambiental e combate à pobreza, afirmando o ambientalismo associado ao desenvolvimento sustentável.*

*Os dados apresentados na seção **Meio ambiente** deste **Tendências** contribuem para a compreensão do cenário nacional com relação a esta questão. Destacam-se aqui os dados que traduzem um razoável grau de conscientização do público brasileiro sobre a dimensão planetária da crise ambiental, ao lado da disposição em contribuir com a simbiose entre meio ambiente e desenvolvimento sócio-econômico.*

*Os dados de pesquisas internacionais realizadas nos Estados Unidos e em alguns países da Comunidade Européia permitem uma análise comparativa de opiniões e atitudes onde a ecologia estabeleceu-se como movimento político, e onde condutas governamentais vêm definindo graus diferenciados de mobilização e informação sobre a questão ambiental.*

*O destaque dado a estratégias combinadas entre proteção ao meio ambiente e desenvolvimento econômico também aparece nesta coleção de dados e a percepção de sua dimensão global está traduzida, em boa parte, na preocupação com a destruição das florestas tropicais.*

*As seções **Terceiro Mundo** e **Imigração** completam a coleção de dados internacionais deste encarte.*

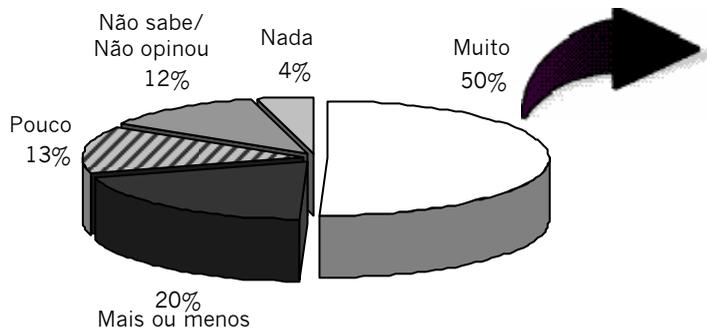
*Na coleção brasileira, o tema da federação e das diferenças regionais estimulou a elaboração da sessão sobre **Federação e separatismo**. É interessante notar o papel dos fatores econômicos como condicionantes da percepção deste problema pelo público entrevistado, e sua concentração em áreas específicas do país.*

*Finalmente, **Tendências** apresenta as opiniões sobre os governos nos vários níveis. Para o governo federal, os índices de avaliação, popularidade, e confiança percorrem períodos da Nova República até a gestão do presidente Itamar Franco.*

*Para os governos estaduais, os dados contemplam 10 estados, entre os quais, São Paulo e Rio de Janeiro, além do Distrito Federal. E, para o nível municipal, as avaliações de Luiza Erundina e Paulo Maluf traçam um quadro comparativo da avaliação de condutas políticas bastante distintas no município de São Paulo.*

## Meio ambiente

### Interesse por ecologia

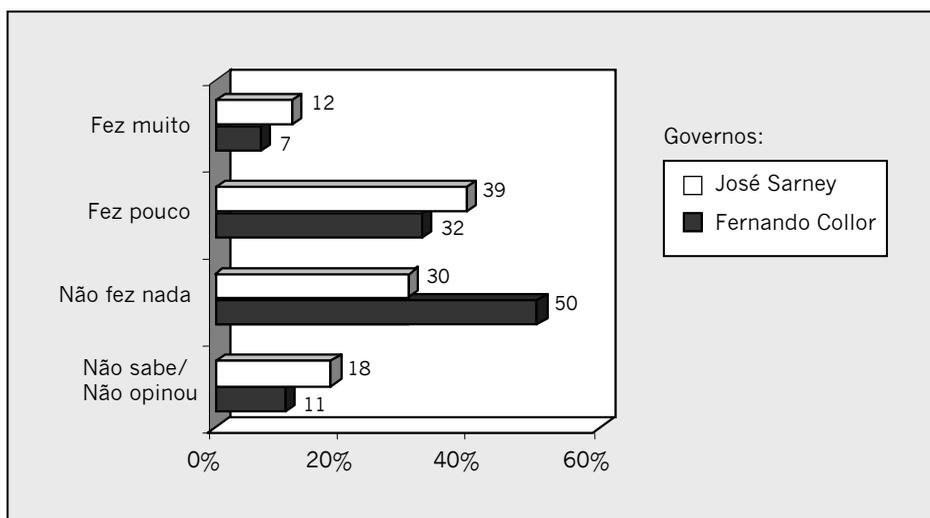


Porque se interessa muito por ecologia	%
Dependemos do meio ambiente/ Se a natureza sofre a gente sofre	22
Preservação da vida em geral/ Natureza/Verde	13
Saúde depende disso/Viver melhor/Sentir-se melhor	10
Bem estar depende disso/Viver melhor/Sentir-se melhor	6
Outras respostas (- 5%)	45
Não sabe/Não opinou	15

Fonte: IBOPE, Janeiro a Março, 1992

Pergunta: O(a) sr.(a) diria que se interessa muito, mais ou menos, pouco ou nada pela questão do meio ambiente? (Para quem respondeu que se interessa muito pela questão do meio ambiente) E por que o(a) sr.(a) se interessa muito por esse assunto? (respostas múltiplas)

### Atuação dos governos na área do meio ambiente

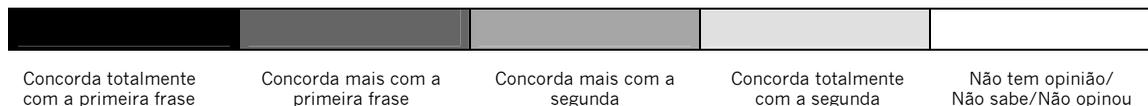


Fonte: IBOPE, Janeiro a Março, 1992

Pergunta: Pensando somente na área do meio ambiente, o(a) sr.(a) acha que o governo de José Sarney fez muito, fez pouco ou não fez nada pelo meio ambiente no Brasil? (... o governo de Fernando Collor está fazendo...?)

## As opiniões sobre o meio ambiente

### Escala de atitudes:



### Idéias:

1° – “A natureza deve ser preservada por seu valor próprio, estando acima dos interesses do Homem”.

2° – “A natureza deve ser usada sem restrições, pois ela existe para servir o Homem”.

### Atitudes (em %):

57	9	6	21	7
----	---	---	----	---

1° – “Com pequenas mudanças nos nossos hábitos de compra, transporte e alimentação, nós podemos evitar problemas ambientais futuros”.

2° – “Só com grandes mudanças nos nossos hábitos de compra, transporte e alimentação, nós podemos evitar problemas ambientais futuros”.

25	9	10	41	14
----	---	----	----	----

1° – “É possível continuarmos desenvolvendo nossa agricultura, indústria, enfim, nossa economia, usando a natureza de forma adequada”.

2° – “É impossível continuarmos desenvolvendo nossa agricultura, indústria, enfim, nossa economia, sem que causemos danos irreparáveis à natureza”.

51	9	6	23	11
----	---	---	----	----

1° – “Os problemas ambientais do futuro devem ser resolvidos pelas gerações futuras, ou seja, filhos e netos”.

2° – “Os problemas ambientais do futuro dependem nas nossas ações no presente”.

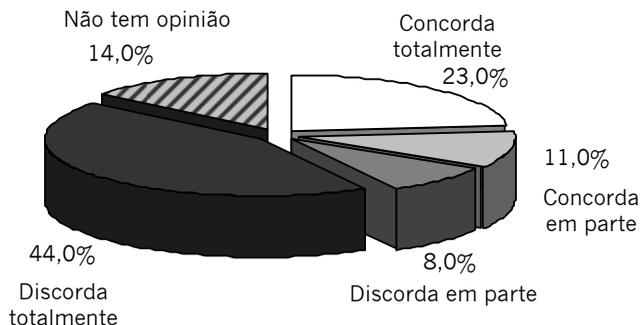
20	5	6	61	8
----	---	---	----	---

**Fonte:** IBOPE, Janeiro à Março, 1992

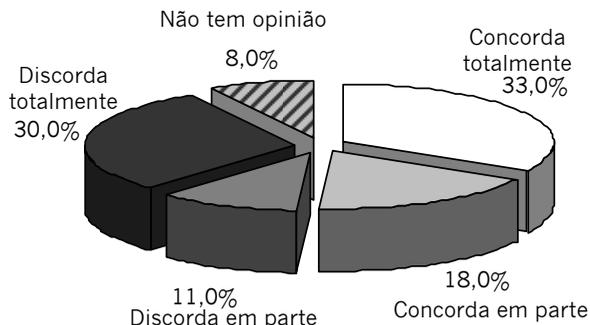
**Pergunta:** Eu vou lhe entregar algumas cartelas com duas frases e gostaria que me dissesse se sua forma de pensar está mais próxima de uma ou de outra. Se concordar totalmente com a primeira frase escolha o 1 e se concordar totalmente com a segunda frase escolha o 4. O número 2 significa que o(a) sr.(a) concorda mais com a primeira e o número 3 significa que concorda mais com a segunda frase. Em qual lugar dessa escala o(a) sr.(a) se coloca, ou não tem uma opinião a respeito?

Outras opiniões...

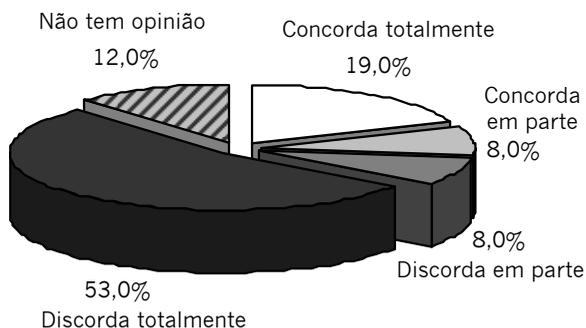
**“Falar sobre ecologia e meio ambiente é uma moda passageira”**



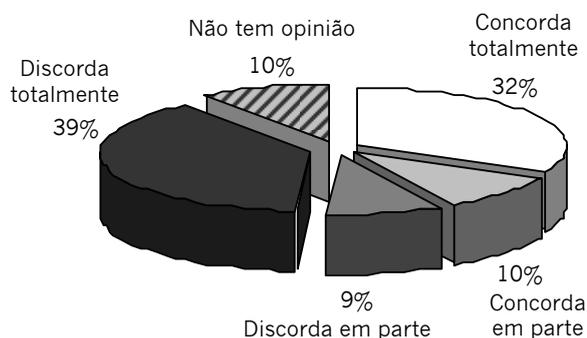
**“Pessoas como o(a) sr.(a) não podem fazer muito para ajudar o meio ambiente”**



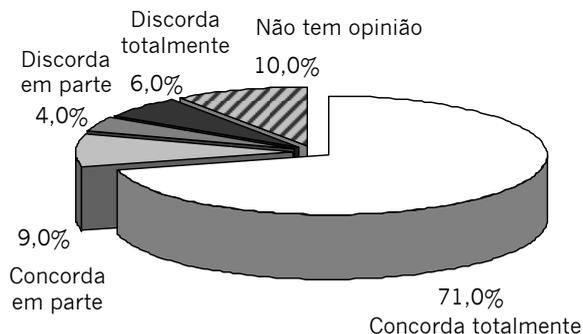
**“Países como o Brasil não podem se dar ao luxo de se preocupar demais com problemas ecológicos”**



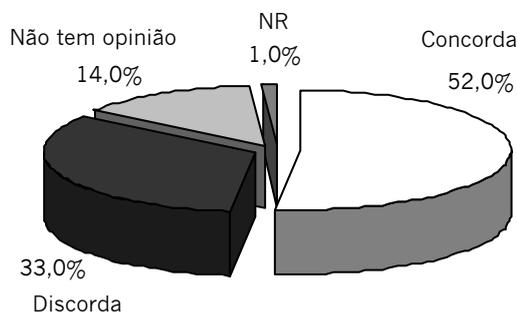
**“Os países pobres são os principais responsáveis pela atual destruição da natureza”**



**“Mesmo um país rico, só é desenvolvido se ele cuida bem da qualidade do seu ar, água e solo”**



**“Todos deveriam pagar uma taxa que seria usada no combate à poluição”**



Fonte: IBOPE, Janeiro à Março, 1992 e IBOPE, Janeiro, 1990 (último gráfico)

Pergunta: Para cada uma destas frases que eu ler, diga-me se concorda, discorda ou não tem opinião formada a respeito:

## Os problemas ambientais

### Grau de informação

No Brasil (espontânea e múltipla)	%
Desmatamento de florestas/ Desmatamento	33
Poluição dos rios	23
Poluição do ar	18
Queimadas	13
Poluição dos mares	9
Animais em extinção/fauna	8
Poluição dos lagos	6
Poluição sonora/visual	4
Sujeira/lixo	4
Problema de saúde	3
Outros (- 2%)	23
Não sabe/Não opinou	47

**Fonte:** IBOPE, Janeiro a Março, 1992

**Pergunta:** O(a) sr.(a) poderia citar exemplos de problemas ambientais ou ecológicos que ocorrem no Brasil? Mais algum? Qual mais?

No mundo (estimulada e múltipla)	%
Desmatamento de florestas	58
Poluição do ar	52
Poluição dos mares	34
Extinção de espécies de animais e plantas	33
Destruição da camada de ozônio	31
Mudanças de clima fora do comum	28
Má qualidade das lavouras	28
Efeito estufa	17
Chuva ácida	13
Poluição de rios, lagos e outras fontes de água	56
Nenhum deles	1
Não sabe/Não opinou	11

**Fonte:** IBOPE, Janeiro a Março, 1992

**Pergunta:** Aqui está uma lista de problemas ambientais. O(a) sr.(a) poderia me dizer quais problemas desta lista afetam uma grande parte do mundo hoje?

### Proteção ambiental: Brasil X cooperação internacional

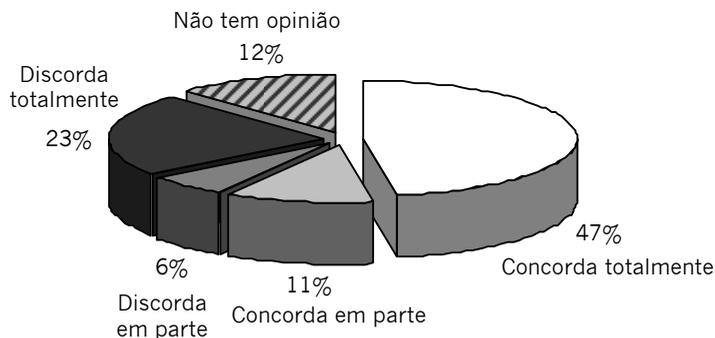


**Fonte:** IBOPE, Janeiro a Março, 1992

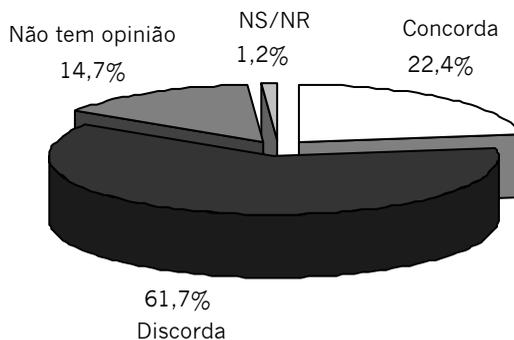
**Pergunta:** O(a) sr.(a) acha que a proteção do meio ambiente no Brasil pode ser feita por nós brasileiros sozinhos, ou só conseguimos proteger o meio ambiente com a cooperação de outros países?

## Sobre a Amazônia

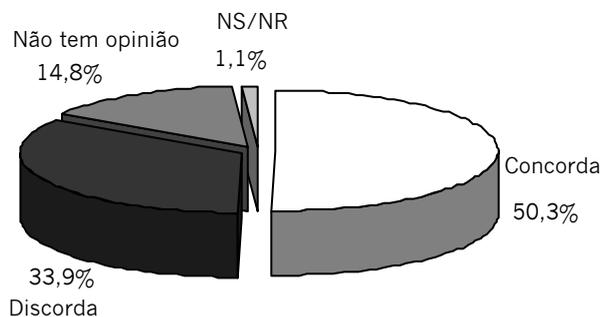
**O que ocorre na Amazônia tem efeitos para o mundo todo, por isso não pode ser decidido pelos brasileiros sozinhos.**



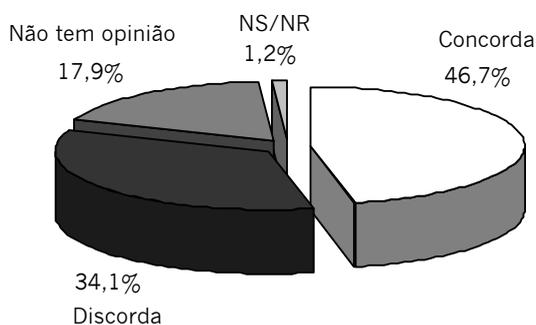
**É mais importante para o país a exploração das riquezas da Amazônia que sua preservação.**



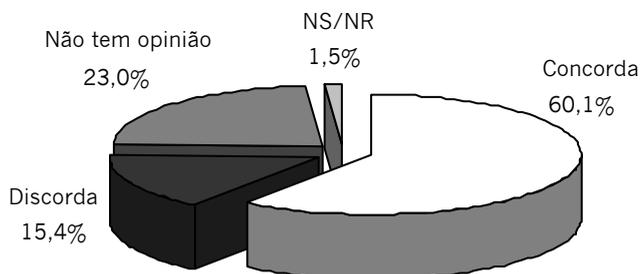
**É possível explorar as riquezas da Amazônia sem que haja desmatamento.**



**A exploração da Amazônia é positiva porque gera muitos empregos.**



**O interesse internacional pela proteção da Amazônia está, na realidade, ligado à exploração das riquezas brasileiras por estrangeiros.**

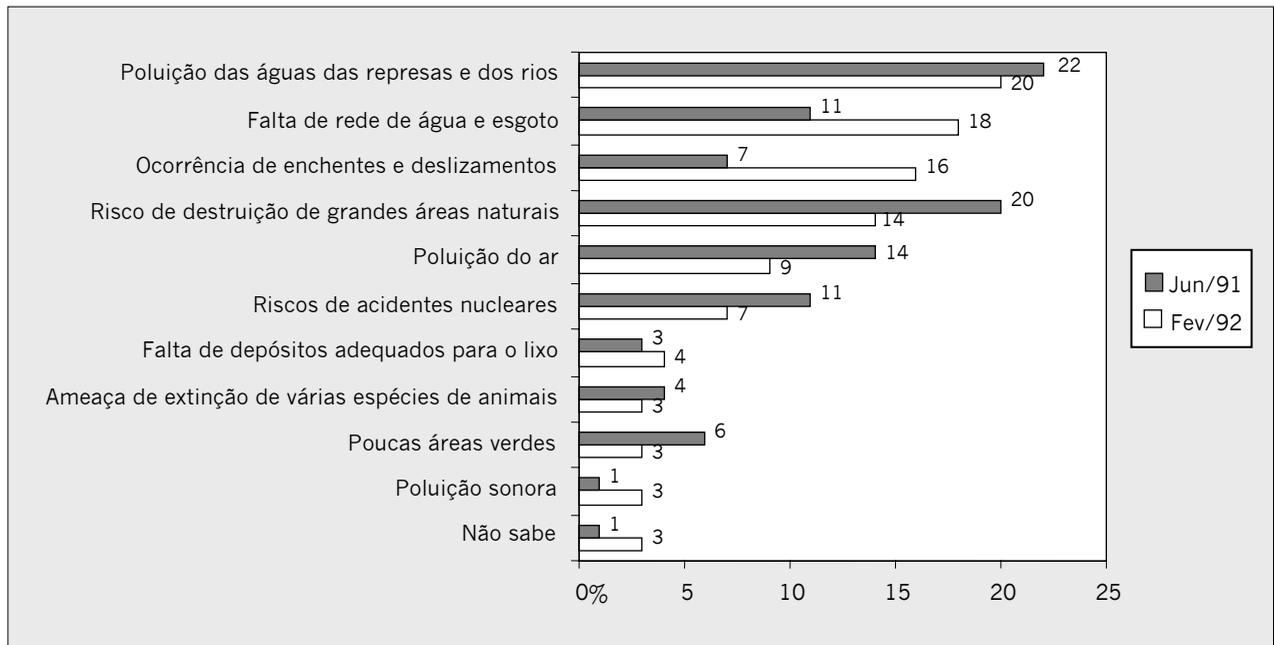


**Fonte:** IBOPE, Janeiro a Março, 1992 (primeiro parágrafo) e IBOPE, Janeiro, 1990

**Pergunta:** Para cada uma destas frases que eu ler, diga-me de concorda, discorda ou não tem opinião formada a respeito:

## Avaliações sobre os problemas ambientais na grande São Paulo

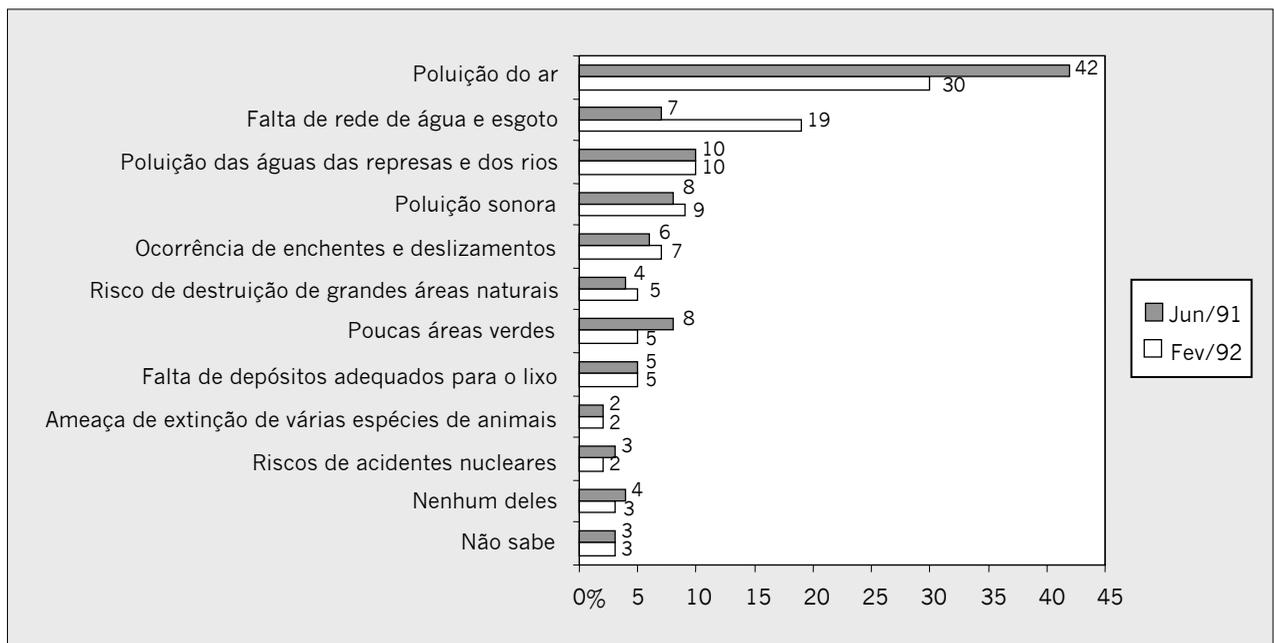
### O mais grave:



Fonte: Datafolha, Junho, 1991 e Fevereiro, 1992

Pergunta: Quais destes problemas ambientais você considera o mais grave?

### O que mais atinge os moradores:



Fonte: Datafolha, Junho, 1991 e Fevereiro, 1992

Pergunta: Quais destes problemas ambientais mais o atinge pessoalmente?

### Os danos ao meio ambiente

AS CAUSAS (estimulada – 3 opções)	%
Desmatamento de florestas	41
Indústria química/Petroquímica	36
Queimadas	33
Usinas nucleares	25
Esgotos domésticos	18
Uso de inseticidas na lavoura	18
Lixo hospitalar	18
Lixo doméstico	16
Ônibus/Caminhões/Carros	15
Fumantes	13
Crescimento desordenado das cidades	9
As pessoas/Nós	8
Mineração/Garimpo	7
Indústria metalúrgica	6
Favelas	6
Aumento da população	5
Indústria de papel	3
Comércio/Bares/Restaurantes/Boites	1
Nenhuma destas	0
Não sabe/Não opinou	6

Fonte: IBOPE, Janeiro a março, 1992

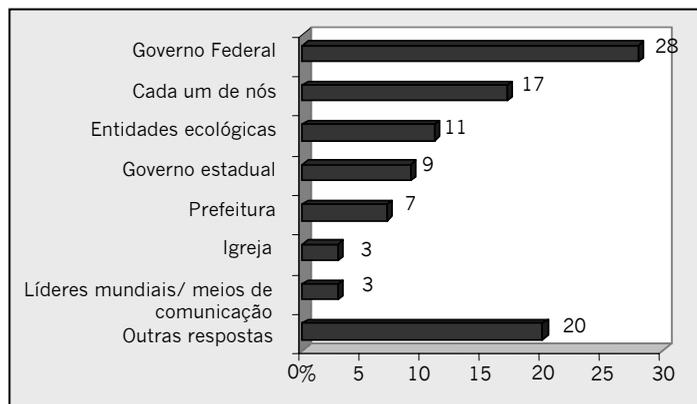
Pergunta: Aqui está uma lista de coisas que causam mais ou menos poluição ou danos ao meio ambiente. Desta lista, quais são as três que o(a) sr.(a) acha as mais prejudiciais para o meio ambiente?

E OS RESPONSÁVEIS PELO COMBATE AOS PROBLEMAS AMBIENTAIS (estimulado – várias opções)	%
Governo federal	51
Cada um de nós	39
Governo estadual	33
Prefeitura	30
Entidades ecológicas	28
As comunidades locais	15
Cientistas	12
Os líderes mundiais	12
Empresários	12
Meios de comunicação	11
Organizações internacionais	10
Igreja	9
Militares	6
Nenhum deles	1
Não sabe/Não opinou	8

Fonte: IBOPE, Janeiro a março, 1992

Pergunta: Entre estas pessoas ou grupos de cartela, quais são os três que o(a) sr.(a) acha que são os maiores responsáveis pelo combate aos problemas ambientais ou ecológicos?

### Principal responsável pelo combate aos problemas ambientais



Fonte: IBOPE, Janeiro a Março, 1992

Pergunta: Entre essas pessoas ou grupos da cartela, (.....). E destes três que o(a) sr.(a) escolheu, qual seria a ordem do mais responsável para o menos responsável? (uma opção)

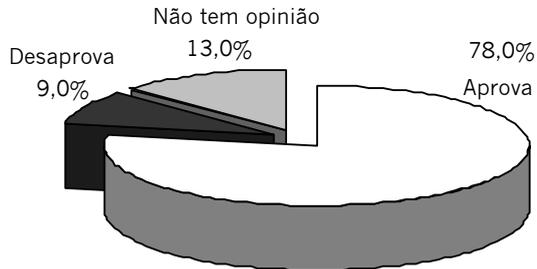
ENTIDADE/ORGANIZAÇÃO CONHECIDA QUE LUTA PELA PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE (espontâneo – múltiplo)	%
IBAMA	8
Partido Verde	2
Feema	2
Greenpeace	1
S.O.S. Mata Atlântica	1
Fundação Chico Mendes	1
Fundação brasileira para a conservação da natureza	1
Vários níveis governo/legislativo	1
Outras respostas (- 1%)	1
Não conhece nenhuma/NS/NR	82

Fonte: IBOPE, Janeiro a Março, 1992

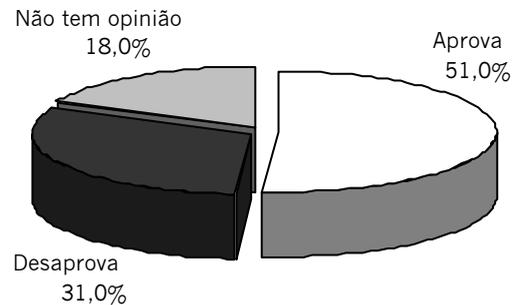
Pergunta: O sr.(a) conhece algum grupo, entidade ou organização que luta pela proteção do meio ambiente no Brasil? Mais algum?

## Propostas para preservar o meio ambiente

“Criar um tribunal internacional, que vai julgar os crimes cometidos contra a natureza por cada país”



“Governos e bancos estrangeiros descontarem parte da nossa dívida externa em troca da garantia de conservação de florestas tropicais como a amazônica”



Fonte: IBOPE, Janeiro a Março, 1992.

Pergunta: Eu vou ler algumas propostas que vêm sendo feitas para solucionar os problemas ambientais no Brasil e em outros países. Para cada uma delas, por favor, diga-me se o sr.(a) aprova, desaprova ou não tem opinião formada a respeito.

## ...para reduzir a poluição

O QUE FUNCIONARIA MELHOR NO BRASIL (duas opções)	%
A justiça obrigar as empresas que poluem a reparar o dano	40
O congresso a criar leis mais rigorosas para as empresas	26
O governo aumentar a fiscalização e o valor das multas sobre as empresas	36
O governo dar descontos nos postos para empresas que protegerem o meio ambiente	27
A população interessada pressionar as empresas para pararem de poluir	18
As pessoas apoiarem as organizações ecológicas (ambientalistas) para a melhoria do meio ambiente	25
NS/NR	12

Fonte: IBOPE, Janeiro a Março, 1992

Pergunta: Existem várias maneiras de reduzir a quantidade de poluição das indústrias num país. Quais duas o(a) sr.(a) acha que funcionaria melhor no Brasil?

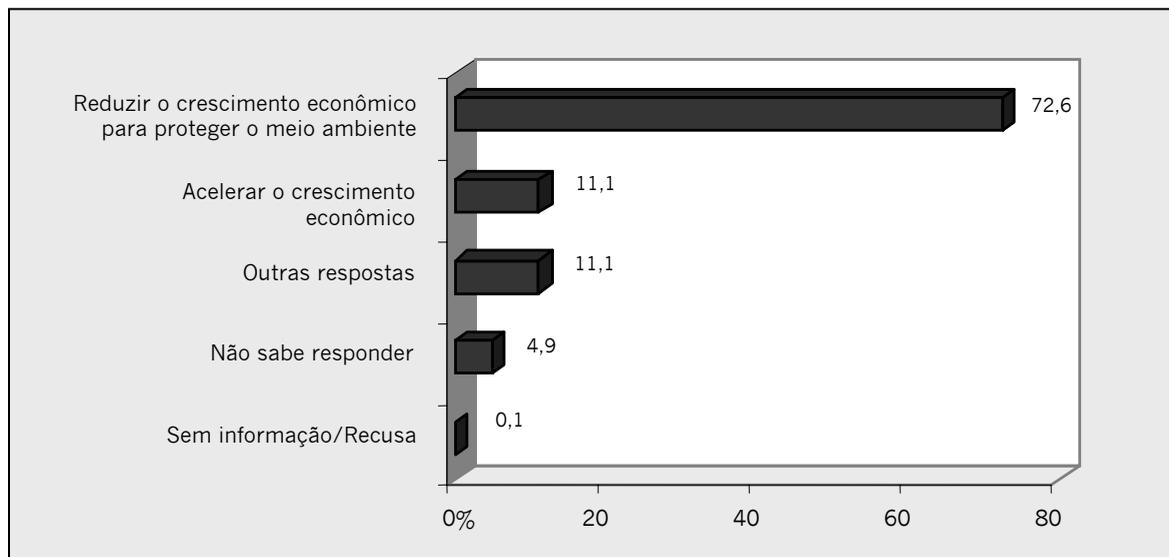
O QUE ESTARIA DISPOSTA A FAZER (primeira opção)	%
Regular o motor do carro a cada três meses	8
Pagar um imposto a mais sobre os combustíveis para usar este dinheiro na despoluição do ar	3
Deixar de usar o carro uma vez por semana	4
Separar o lixo de sua casa, deixando os papéis, vidros, plásticos, latas e restos de alimentos separados para serem reaproveitados	31
Pagar uma taxa de saneamento que seria usada para despoluir rios atingidos por esgotos	4
Pagar mais caro por frutas, verduras e legumes cultivados sem produtos químicos	3
Escolher produtos de limpeza e higiene que não prejudiquem o meio ambiente	14
Reduzir o consumo de energia elétrica e gás na sua casa	11
Participar de um domingo por mês de um mutirão de reforestamento e/ou limpeza de rios e córregos	13
Nenhuma delas	1
NS/NR	10

Fonte: IBOPE, Janeiro a Março, 1992

Pergunta: Existem várias maneiras de reduzir a quantidade de poluição. Quais delas o(a) sr.(a) pessoalmente estaria disposto a fazer em primeiro lugar?

## Crescimento econômico X Proteção ambiental

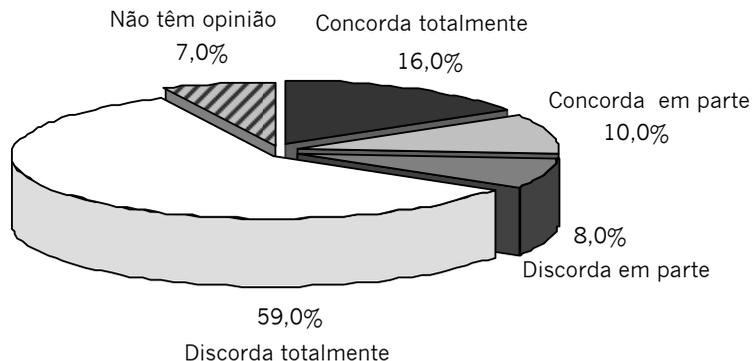
### Prioridade para os paulistanos



Fonte: IDESP, 1987

**Pergunta:** Hoje em dia, fala-se muito na questão da ecologia, isto é, na necessidade de reduzir a poluição e proteger a natureza. Com qual das seguintes afirmativas o(a) sr.(a) concorda mais: 1. Devemos acelerar o crescimento econômico do Brasil mesmo se isso significar mais poluição e mais destruição da natureza. 2. Devemos reduzir o crescimento econômico do Brasil para proteger o ambiente e a natureza. 3. Outras respostas (espontâneas).

### Está disposto a conviver com a poluição se isto trouxer mais empregos?

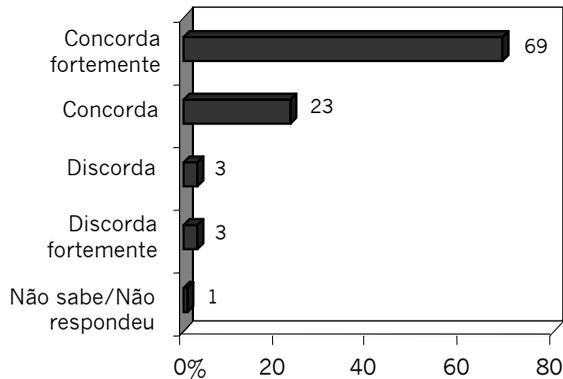


Fonte: IBOPE, Janeiro a Março, 1992

**Pergunta:** Para cada uma destas frases que eu ler, diga-me se concorda, discorda ou não tem opinião formada a respeito:

## O papel dos Estados Unidos na questão ambiental

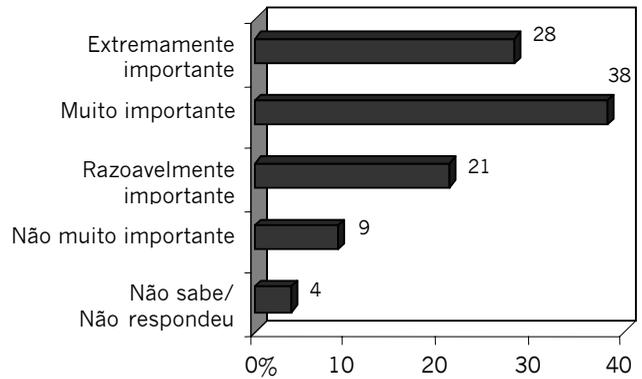
**“Os Estados Unidos deveriam usar sua posição para juntar-se a outros países para agir contra problemas ambientais mundiais”**



**Fonte:** ROPER Organization/Market Strategies, Março 1991, 1000 entrevistas

**Pergunta:** O presidente Bush diz que a guerra no Golfo Pérsico é o começo de uma Nova Ordem Mundial – novas formas de comportamento para os Estados Unidos e outros países. Vou ler para você algumas formas de agir que podem ser parte de uma Nova Ordem Mundial, e gostaria que você me dissesse se você concorda fortemente, concorda, discorda ou discorda fortemente – (itens aleatórios)... “Os Estados Unidos deveriam usar...”.

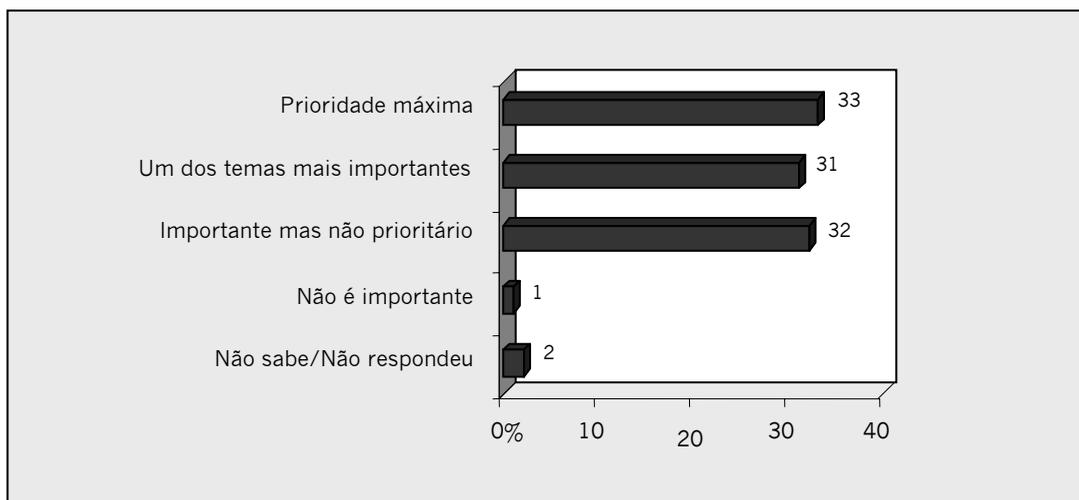
**“Mudanças no clima global, como o efeito estufa, são importantes para os Estados Unidos”**



**Fonte:** ROPER Organization/Market Strategies, Março 1991, 1000 entrevistas

**Pergunta:** Aqui estão alguns objetivos que nossa nação poderia tentar realizar nos próximos cinco anos ou mais. Para cada um, por favor diga-me se você acha se é um objetivo extremamente importante, muito importante, razoavelmente importante, ou um objetivo não muito importante.... “Mudanças no clima global como o efeito estufa?”

## Importância que Clinton deve dar à questão ambiental

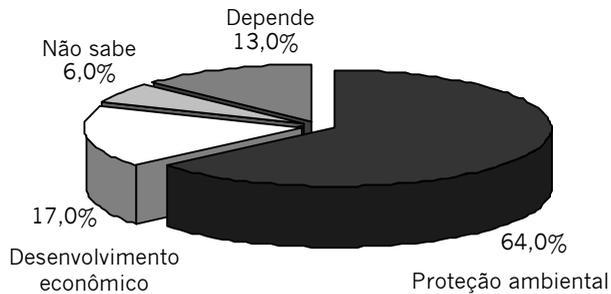


**Fonte:** ROPER Organization/Gallup Organization, Março 1993, 1000 entrevistas

**Pergunta:** Vou ler uma lista de temas mundiais que afetam os EUA. Depois de ler a lista, gostaria que você me dissesse quanta prioridade o Governo Clinton deveria dar a cada um deles... 5) problemas ambientais globais. Pensando agora nos problemas ambientais globais, isto poderia ser uma prioridade máxima para Clinton; uma das principais questões, mas não a prioridade máxima, ou deveria ser tratado como importante mas não uma alta prioridade?

## Meio ambiente, desenvolvimento econômico e oportunidades de emprego

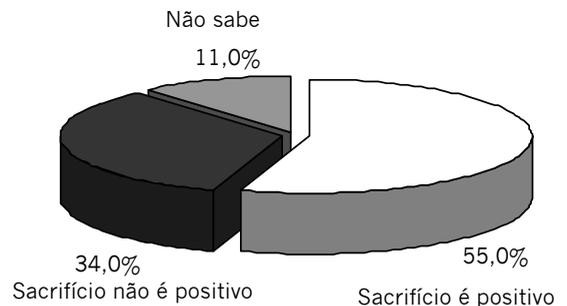
**A escolha entre proteção ambiental e desenvolvimento econômico**



**Fonte:** ROPER Organization, Fevereiro 1992, 1200 entrevistas

**Pergunta:** Quando é impossível encontrar um comprometimento razoável entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental, o que você acredita ser o mais importante: desenvolvimento econômico ou proteção ambiental?

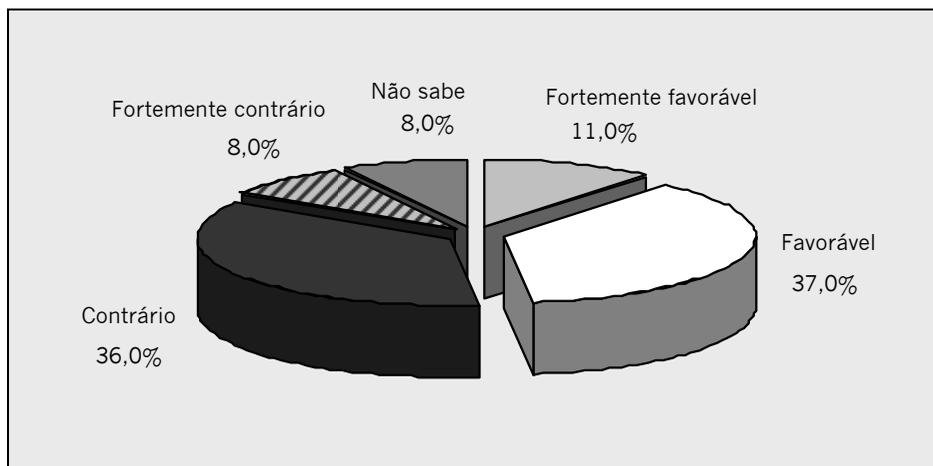
**Políticas de proteção ambiental como sacrifício**



**Fonte:** ROPER Organization, Fevereiro 1992, 1200 entrevistas

**Pergunta:** Estamos ouvindo muito nesses dias sobre sacrificar uma coisa em benefício da outra. Eu vou ler uma lista de casos que têm a ver com conservação e meio ambiente. Para cada um quero que você considere todas as vantagens e desvantagens de fazer o sacrifício e diga-me se você acha que o sacrifício seria positivo ou não. – Nós poderíamos manter nossas políticas restritivas na proteção de reservas para negócios e desenvolvimento, mas isto iria significar menos crescimento econômico e menos empregos. Isto seria um sacrifício positivo ou não?

## Sobre o aumento do controle do meio ambiente



**Fonte:** ROPER Organization/Princeton Survey Research Associates, Maio 1993, 1507 entrevistas.

**Pergunta:** Vou ler uma lista de alguns programas e propostas que estão sendo discutidas do país (EUA) hoje. Você é fortemente favorável, favorável, contrário ou fortemente contrário ao aumento do controle do meio ambiente, mesmo que este reduza as oportunidades de emprego?

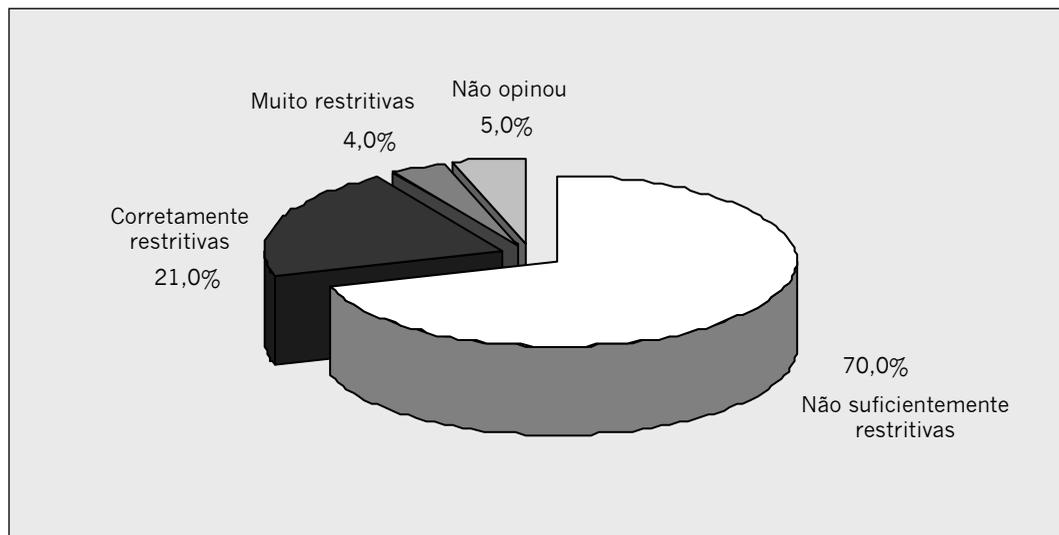
## Opiniões sobre preservação ambiental

A única forma de preservar a vida selvagem, áreas e recursos naturais é prevenir o desenvolvimento e restringir muitas outras atividades nessas áreas.	26%
Podemos proteger e conservar a vida selvagem, áreas e recursos naturais, administrando esses recursos e ao mesmo tempo utilizando-os em benefício de nossa economia e do público.	70%
Nenhuma	2%
Não sei	3%

**Fonte:** ROPER Organization, Fevereiro 1992, 1200 entrevistas

**Pergunta:** Eu vou ler duas afirmações sobre proteção ao meio ambiente e gostaria que você me dissesse qual você acha que descreve melhor seu ponto de vista.

## Sobre normas governamentais para negócios

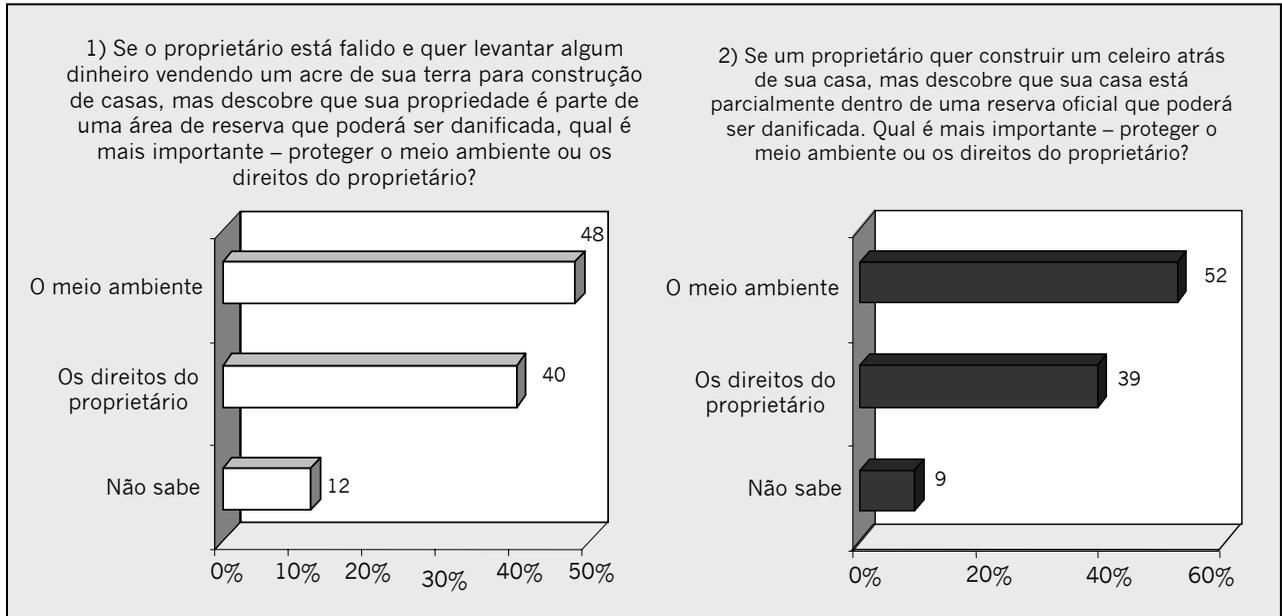


**Fonte:** ROPER Organization/Hart-Teeter Research Companies, Janeiro 1990, 1510 entrevistas

**Pergunta:** Deixe-me ler para você várias áreas nas quais o governo tem regulamentação e normas para negócios. Para cada área que eu ler, por favor diga-me se as regulamentações correntes são muito restritivas, corretamente restritivas, ou não suficientemente restritivas. Se você não tem opinião sobre regulamentação e normas em particular, por favor apenas mencione não saber: "Controles para proteger o meio ambiente?"

# Leis, direitos, preservação das espécies e do meio ambiente

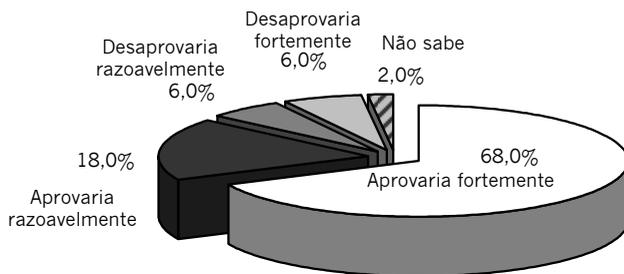
## A escolha entre direitos do cidadão e proteção ambiental



Fonte: ROPER Organization, Fevereiro 1992, 1200 entrevistas

**Pergunta:** Algumas vezes não é tão óbvio qual ponto é mais importante – o interesse do público em proteger reservas e espécies em perigo de um lado, ou proteger o direito do proprietário de terra de fazer o que quiser com sua propriedade, de outro lado. Eu gostaria de perguntar a você sobre situações específicas e para cada uma eu gostaria que você me dissesse qual é mais importante – proteger o meio ambiente ou o direito do proprietário para fazer o que quiser com sua propriedade...

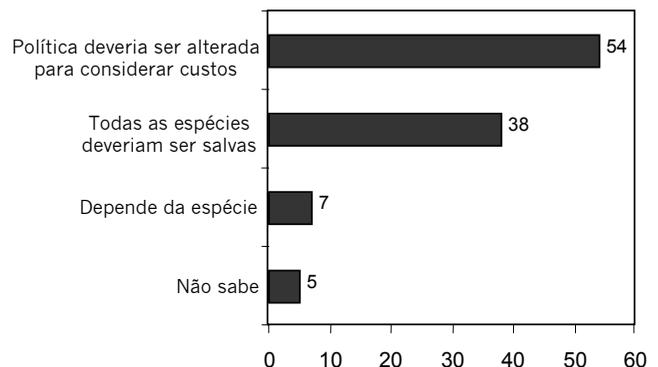
## Julgamento de crimes ambientais



Fonte: ROPER Organization/Market Strategies and Greenberg Research Americans Talk Issues & the W. Alton Jones Found, Março 1993

**Pergunta:** Algumas pessoas acham que a Carta das Nações Unidas deveria ser mudada, de forma que as principais lideranças, como os chefes de estado em diferentes países deveriam ser detidos pelas Nações Unidas por certos crimes e então julgados por Tribunal Criminal Internacional, e se considerados culpados deveriam ser punidos. Eu vou ler algumas coisas que os líderes têm feitos, e perguntar se aprova ou desaprova mudanças na Carta das Nações Unidas para permitir a ONU, baseada em processo legal, conduzir líderes acusados de tais coisas a sofrer julgamento por um Tribunal Criminal Internacional. Você aprovaria ou desaprovaria levar um líder que causa sérios danos ao meio ambiente global a um julgamento num Tribunal Internacional?

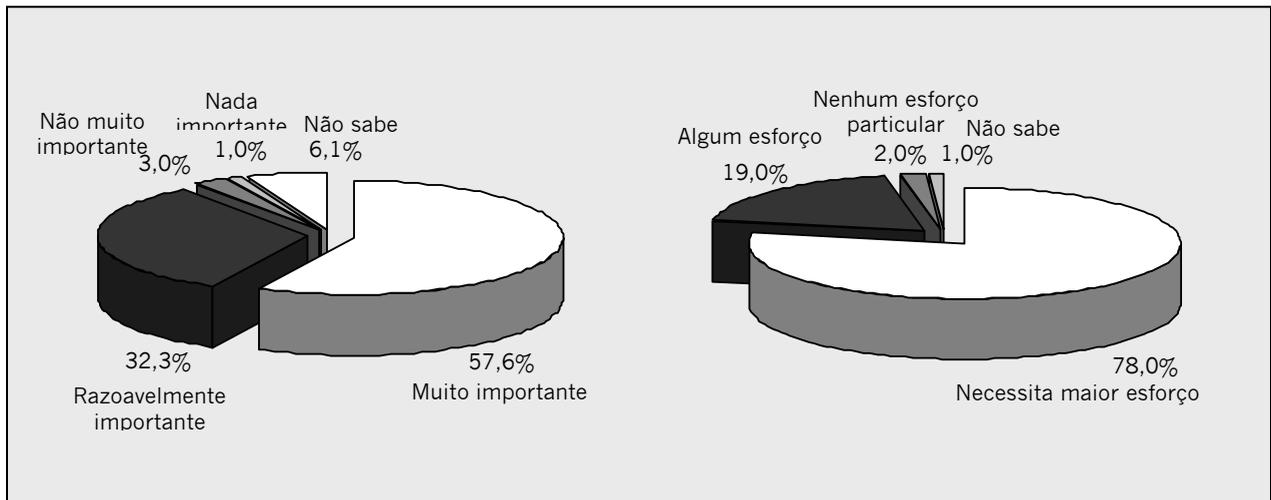
## Sobre os custos da preservação da natureza



Fonte: ROPER Organization/ Fevereiro 1992, 1200 entrevistas

**Pergunta:** Em 1972 o Congresso aprovou uma lei denominada Ato das Espécies em Perigo. Essa lei requer que o governo federal tome os passos necessários para prevenir que qualquer tipo de planta, animal ou espécie de inseto torne-se extinto, sem interessar o custo para proprietários de terra, empresários ou economias locais onde as espécies vivem. Você concorda que todas as espécies de plantas, animais e insetos em perigo devam ser salvas independentemente dos custos ou você acha que a política deveria ser alterada para levar os custos em consideração?

## Importância dada aos problemas ambientais



**Fonte:** ROPER Organization, Fevereiro 1992, 1200 entrevistas

**Pergunta:** Seria o conhecimento da posição de um candidato presidencial sobre a política do meio ambiente muito importante, razoavelmente importante, não muito importante ou nada importante para sua decisão sobre qual candidato apoiar em novembro de 1992?

**Fonte:** ROPER Organization, Barna Research Group, Janeiro 1992, 1013 entrevistas

**Pergunta:** Há muitos problemas atingindo nossa nação hoje. Mas, em certos momentos, algumas coisas são mais importantes que outras e precisam de mais atenção. Gostaria de saber para cada uma das coisas nesta lista, se você acha que há algo que deveríamos fazer um esforço maior agora, ou alguma coisa para fazer algum esforço, ou nada necessitando de nenhum esforço agora, (...) para tentar melhorar a qualidade do nosso meio ambiente.

Poluição do ar	21%
Poluição da água	19%
Lixo industrial	16%
Perigo de lixo tóxico	20%
Destruição dos recursos naturais	12%
Aquecimento global	11%
Sem certeza	1%

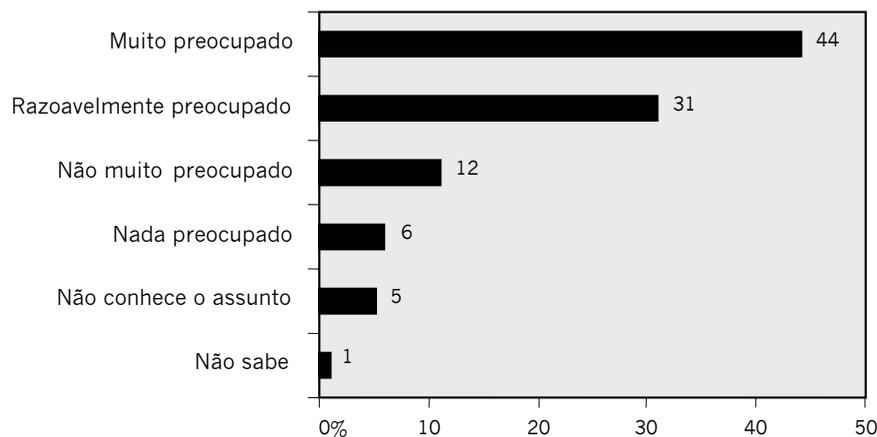
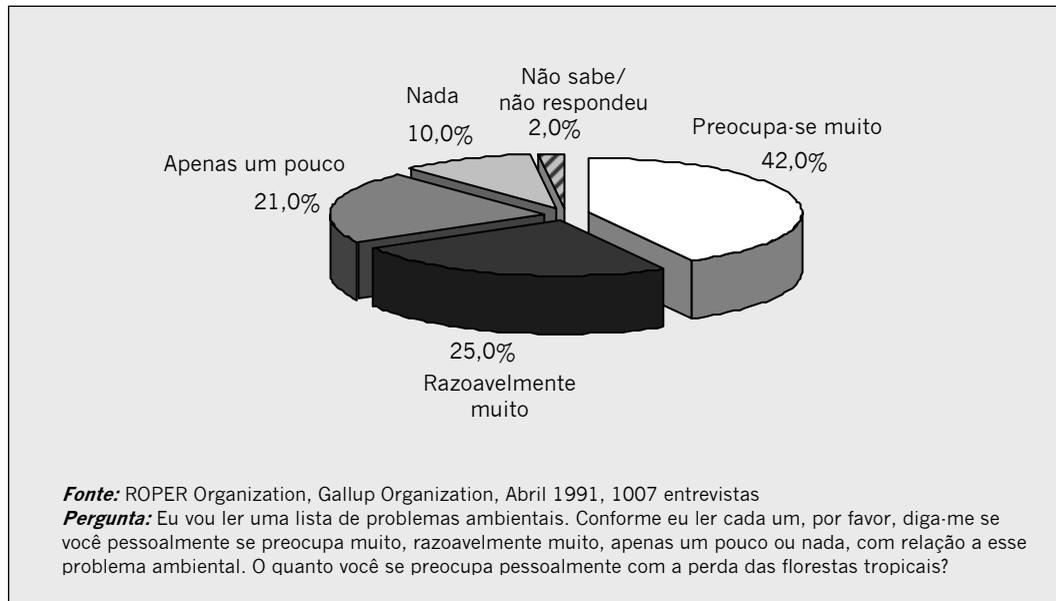
(sub-amostra) \* RESPONDENTES QUE ESCOLHERAM O PROBLEMA AMBIENTAL MAIS SÉRIO (85%)

**Fonte:** ROPER Organization Hart and Teeter Research Companies, Julho 1991, 1004 entrevistas

**Pergunta:** Qual destes seguintes problemas ambientais você acha o mais sério no nosso país hoje? (mostrar cartão)  
Qual você acha o seguinte mais importante?

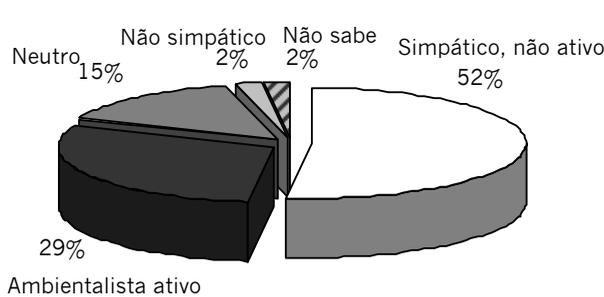
## Preocupação dos norte-americanos com as florestas tropicais

### Sobre a perda das florestas

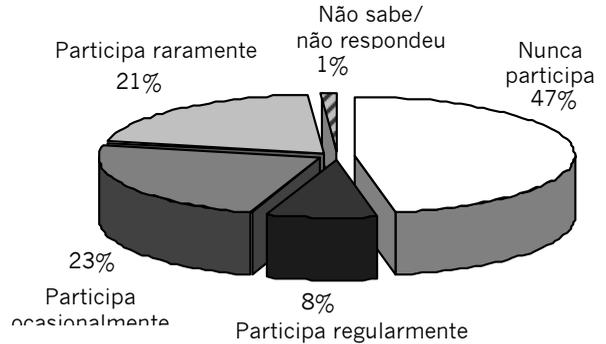


**Fonte:** ROPER Organization/Gordon S. Black Corporation, Março 1990, 850 entrevistas  
**Pergunta:** Para cada um dos seguintes possíveis problemas, por favor diga-me se você está muito preocupado, razoavelmente preocupado, não muito preocupado ou nada preocupado. Se você não está familiarizado com o problema, apenas diga isto: "O quanto preocupado você está com a perda das florestas tropicais?"

## Meio ambiente e graus de participação

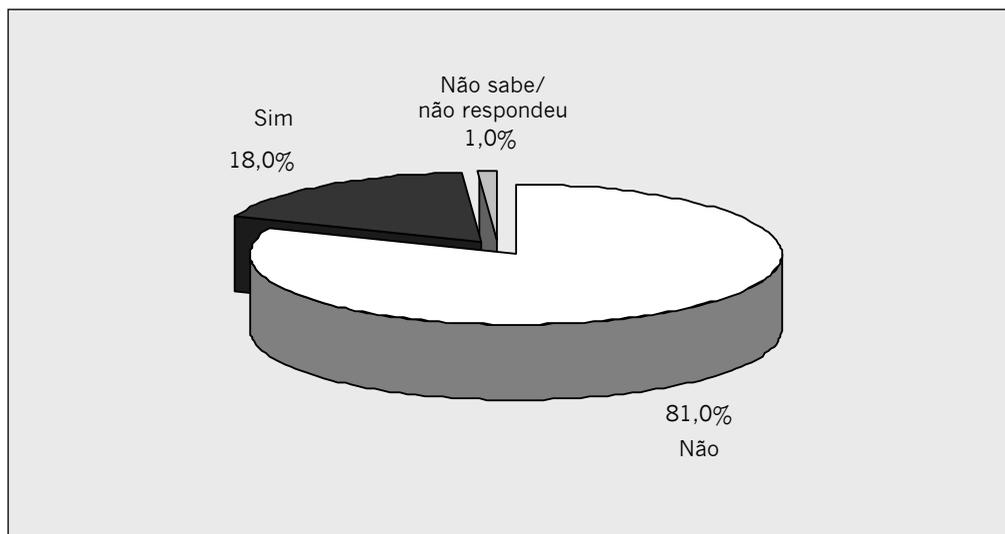


**Fonte:** ROPER Organization, Fevereiro 1992, 1200 entrevistas  
**Pergunta:** Nos anos recentes, o interesse no meio ambiente tem aumentado. Você se considera um ambientalista ativo; simpático com relação a questões ambientais mas não ativos; neutro; ou não simpático com relação a questões ambientais?



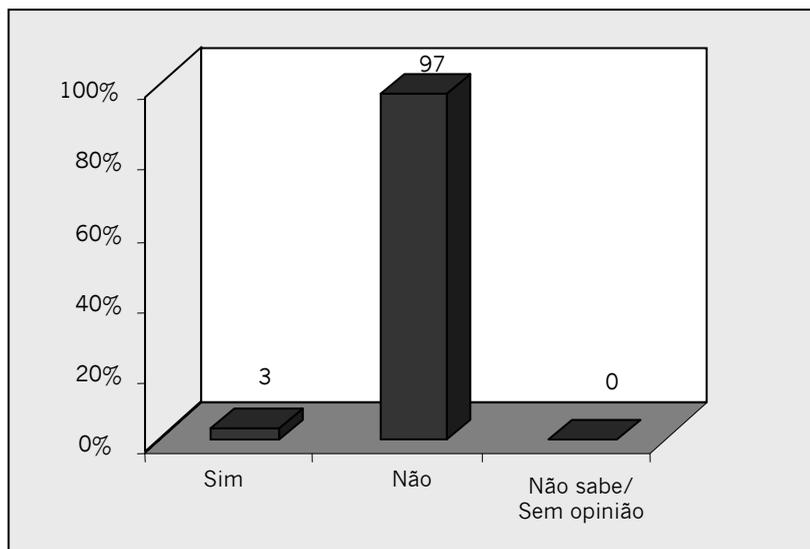
**Fonte:** ROPER Organization, Hart-Teeter Research Companies, Abril 1990, 1001 entrevistas  
**Pergunta:** Diga-me se você pessoalmente faz cada uma das seguintes atividades regularmente, ocasionalmente ou nunca...: Participar em encontro ou atividade relativa a temas ambientais.

## Trabalho voluntário para grupo ambientalista



**Fonte:** ROPER Organization, Gallup Organization, Abril 1991, 1007 entrevistas  
**Pergunta:** Qual das seguintes coisas, se houver, você ou outros membros da casa têm feito nos anos recentes para melhorar a qualidade do meio ambiente? (Rodar o cartão)... Fez trabalho voluntário para algum grupo ambientalista, de conservação ou preservação da natureza?

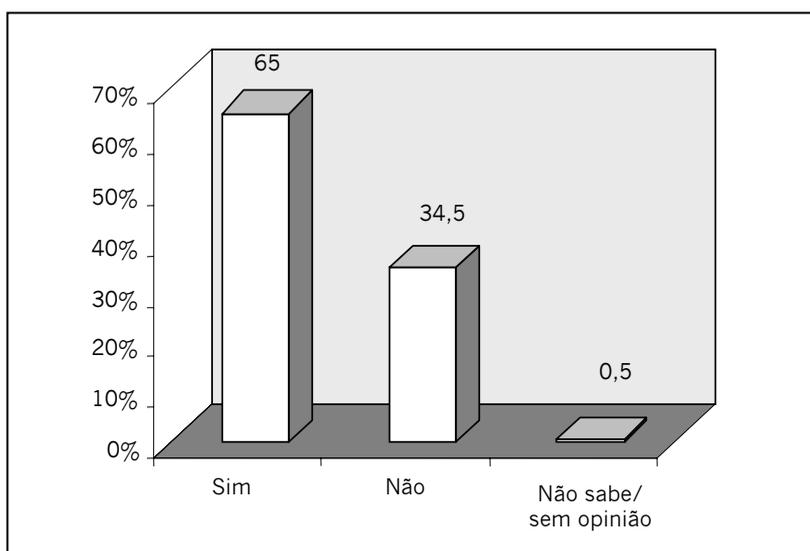
## Participação em manifestações públicas



**Fonte:** ROPER Organization/National Opinion Research Center, Fevereiro 1993, 1557 entrevistas

**Pergunta:** Nos últimos cinco anos, você tem... : participado em protesto ou demonstração sobre um tema ambiental?

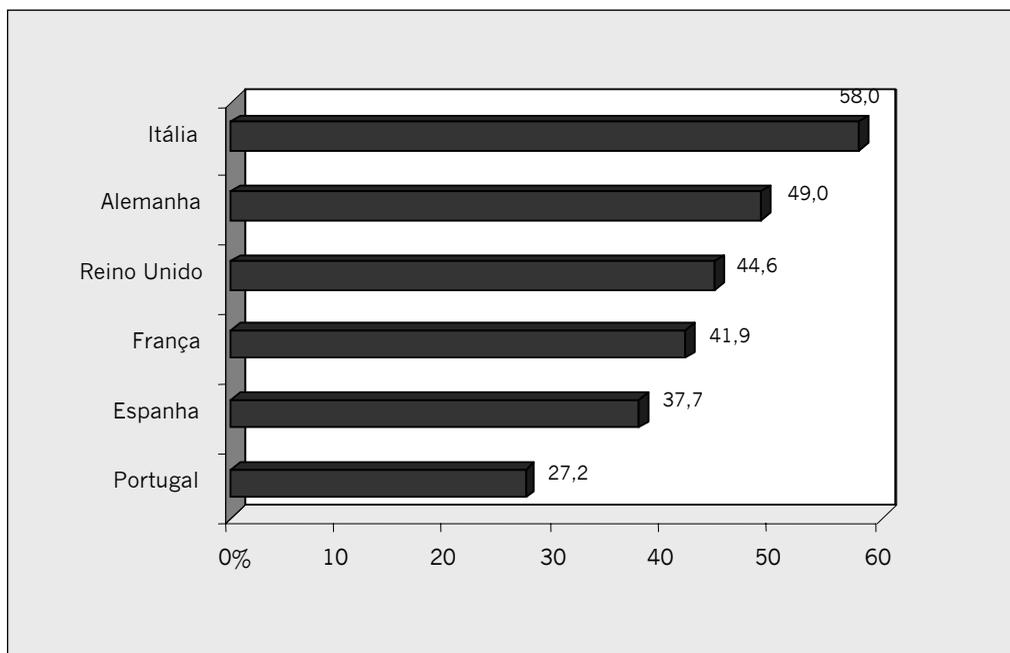
## Participação em programa de reciclagem de lixo



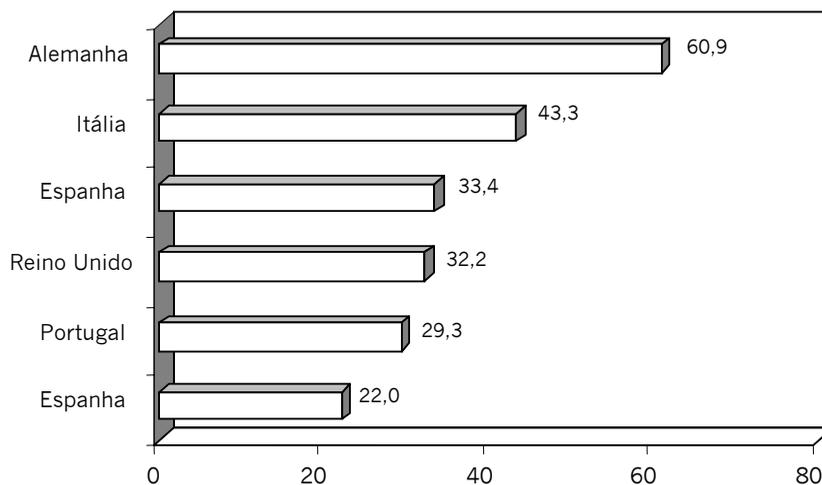
**Fonte:** ROPER Organization/Washington Post, Março 1990, 1016 entrevistas

**Pergunta:** Nos últimos cinco anos, você tem... : participado do programa de lixo reciclável?

## Interesse pela questão ambiental



## Importância da proteção ao meio ambiente



**Fonte:** Euro-Barometer 28, 1987

**Pergunta:** (1) Que tipo de coisas na vida interessam muito a você? Vou mostrar a você uma lista de coisas. Quais destas realmente interessam você? (% dos que mencionaram este item) (2) Quais idéias ou causas desta lista são suficientemente importantes para você fazer alguma coisa por elas, mesmo que isso possa significar desistir de outras coisas? (% dos que mencionaram)

### Problemas ambientais

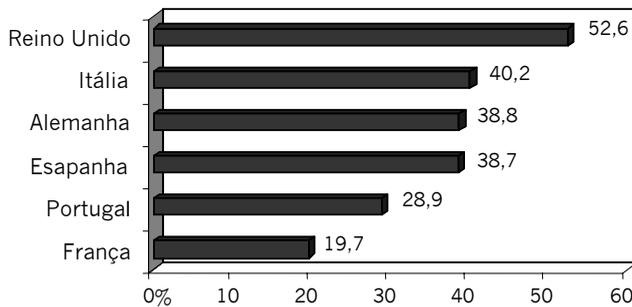
Problemas	PREOCUPAÇÃO COM PROBLEMAS AMBIENTAIS 1988					
	Alemanha	Espanha	França	Itália	Reino Unido	Portugal
Perda dos recursos naturais no mundo	32,4	54,8	32,2	39,0	36,0	37,8
Extinção de espécies de plantas e animais	44,7	57,4	40,1	43,2	38,9	42,8
Poluição do ar	45,0	52,4	36,3	61,6	32,2	41,3

Fonte: Euro-Barometer 29, 1988

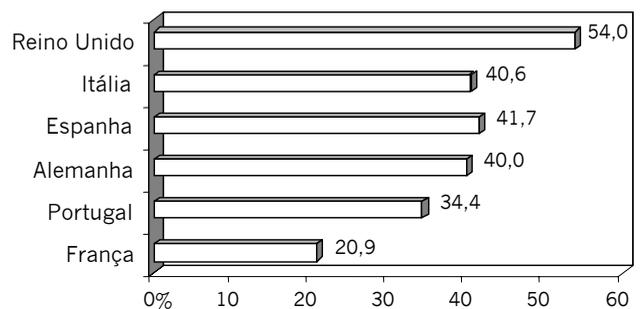
Pergunta: Quanto você está preocupado com...

### O efeito estufa (1989)

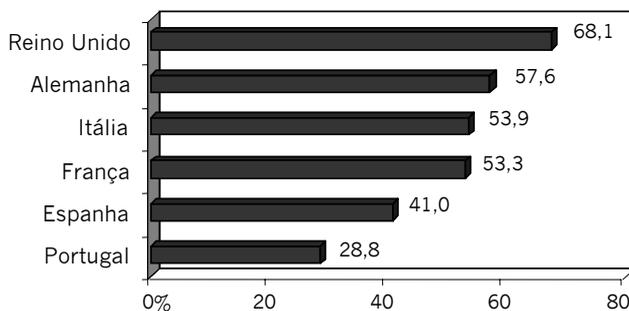
Consideram o efeito estufa um problema sério



Estão informados sobre o efeito estufa



O fim das florestas tropicais causa o efeito estufa

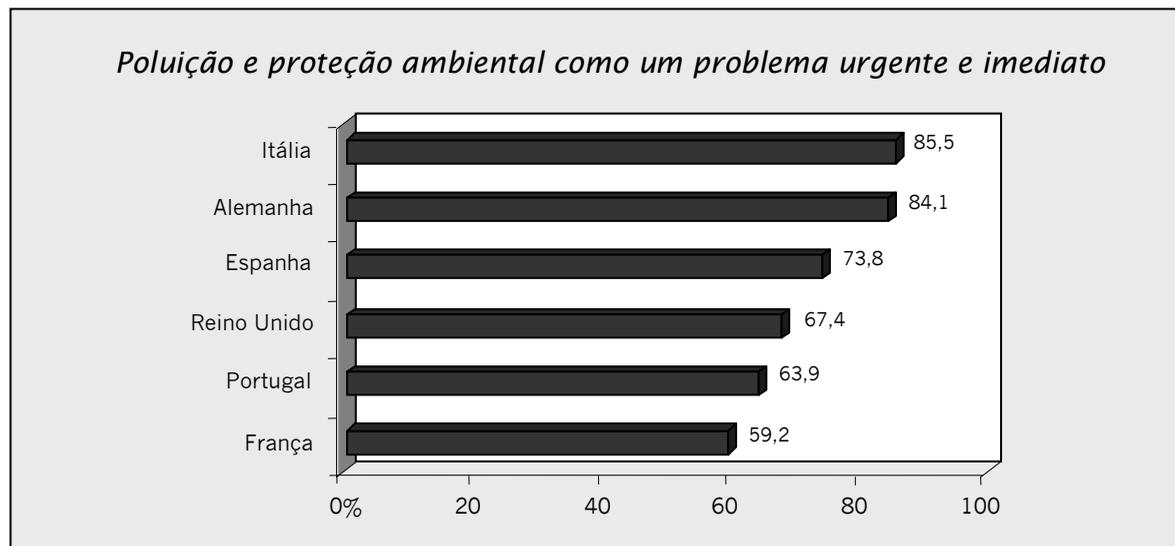


(entre os que estão informados)

Fonte: Euro-Barometer 31-A, 1989

Perguntas: (1) Você pode me dizer se este é um problema muito sério, sério ou não é sério? (2) Aqui está uma lista de problemas que poderiam afetar nosso meio ambiente. Quais você acha capaz de discutir? (3) Que atividade econômica poderia causar o efeito estufa? (% que respondeu o fim das florestas tropicais)

## O problema da poluição



**Fonte:** Euro-Barometer 29, 1988

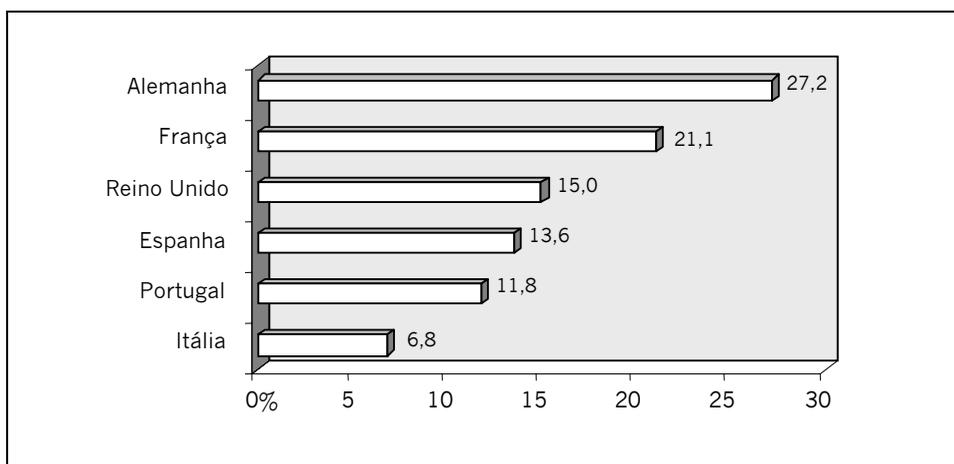
**Pergunta:** Você diria que a proteção do meio ambiente e a luta contra a poluição são um problema urgente e imediato?

Com qual opinião concorda mais (%)	MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 1988					
	Alemanha	Espanha	França	Reino Unido	Itália	Portugal
O desenvolvimento da economia deveria ser priorizado sobre o meio ambiente	4,7	7,7	7,9	8,7	5,2	5,5
Às vezes é necessário fazer um julgamento entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental	32,4	16,3	30,9	34,1	31,4	40,7
Proteger o meio ambiente e preservar os recursos naturais são condições necessárias para assumir o desenvolvimento econômico	57,0	61,4	57,5	51,0	58,9	27,8
Não sabe/Não respondeu	5,9	14,6	3,7	6,2	4,5	26,0
Total (% - N)	100 (1007)	100 (1017)	100 (993)	100 (1345)	100 (1021)	100 (1000)

**Fonte:** Euro-Barometer 29, 1988

**Pergunta:** Gostaria de lhe mostrar algumas opiniões freqüentemente expressas sobre problemas do meio ambiente. Com qual dessas opiniões você concorda mais?

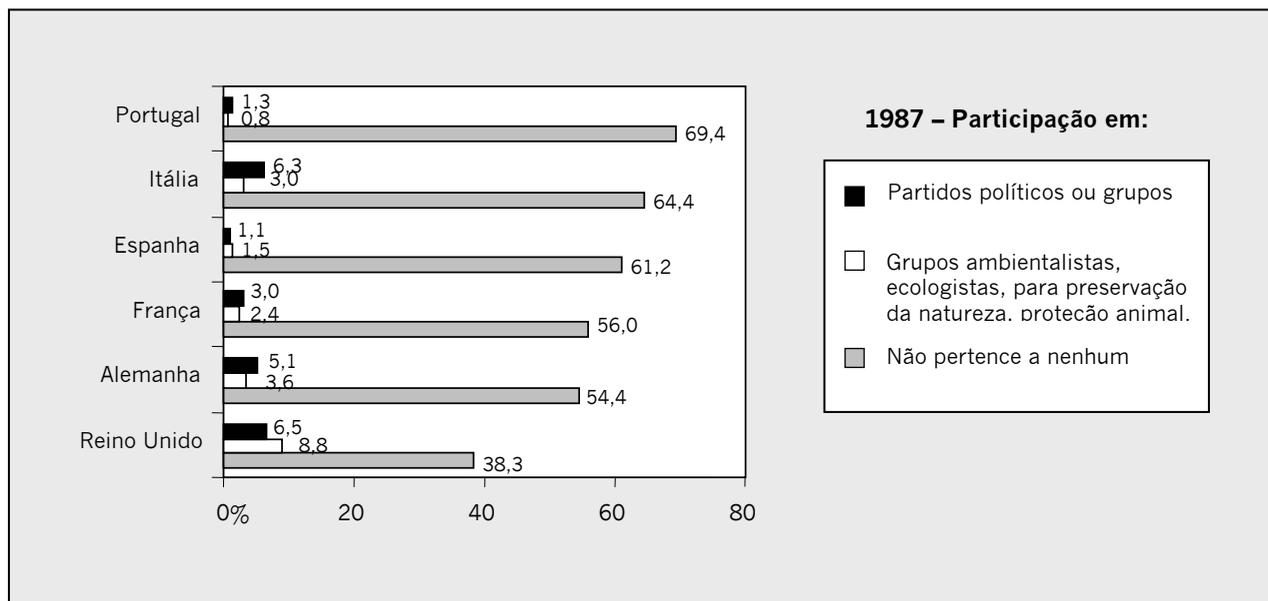
## Papel das autoridades na proteção do meio ambiente



Fonte: Euro-Barometer 29, 1988

Pergunta: Você sabe se no seu país as autoridades responsáveis estão envolvidas com a questão do meio ambiente? Se sim, você acha que as autoridades estão fazendo trabalho efetivo?

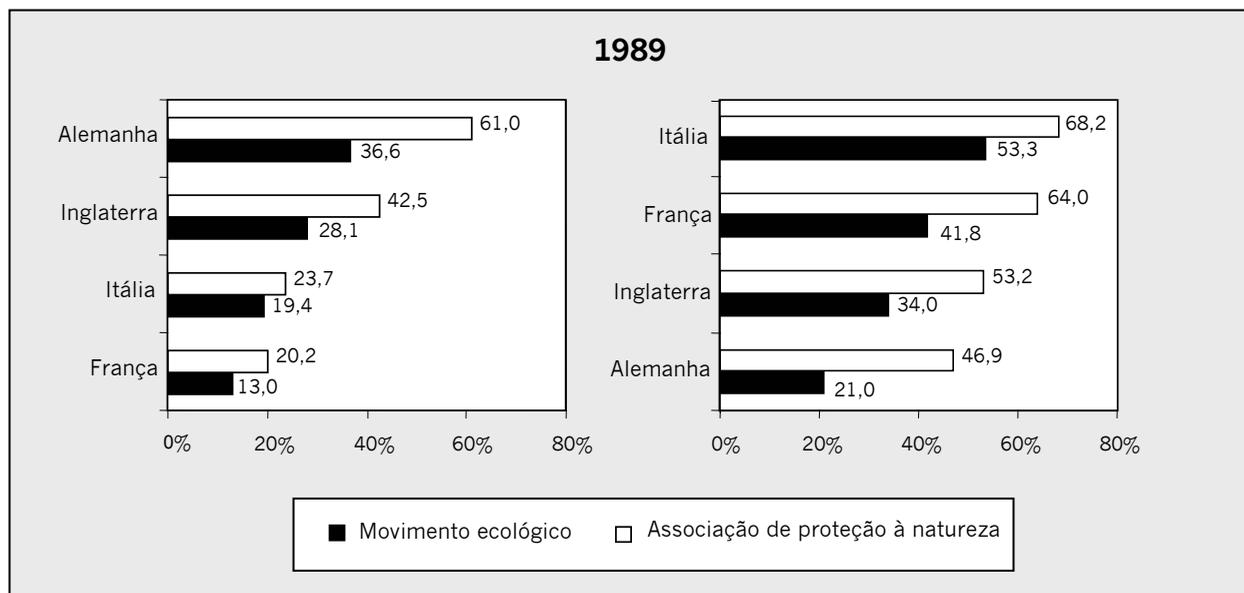
## Participação e mobilização política



Fonte: Euro-Barometer 28, 1987

Pergunta: A quais desses grupos ou associações você pertence? (se você pertence)

## Envolvimento com o movimento ecológico



Fonte: Euro-Braometer 31A, 1989

Pergunta: (1) Há um número de grupos e movimentos que buscam o apoio do público. Para cada um dos seguintes movimentos, diga se você é membro, se provavelmente se filiaria ou se certamente não se filiaria. (2) Diga se você aprova fortemente, aprova mais ou menos, ou desaprova fortemente:

## Ações concretas para preservação do meio ambiente

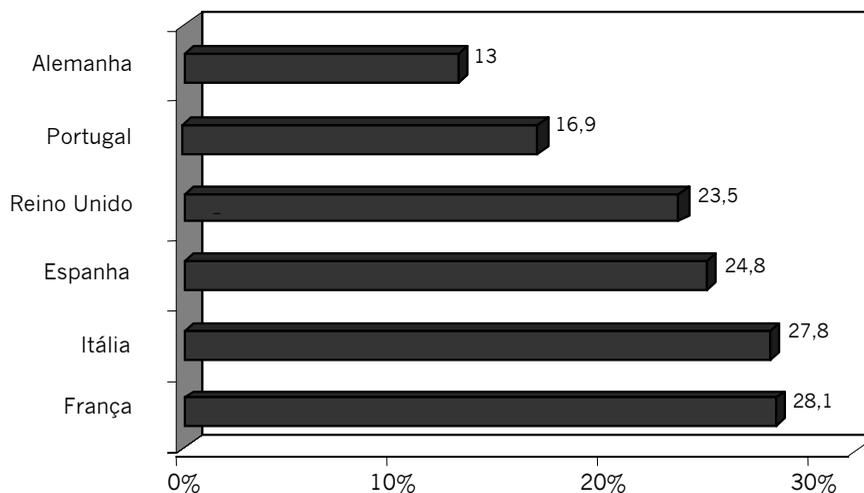
Ação que já fez: (em % - múltiplas respostas)	Alemanha	Espanha	França	Reino Unido	Itália	Portugal
Envolvimento em ação local para restauração do meio ambiente, por exemplo, limpar uma praia.	7,9	2,8	4,4	5,0	6,2	5,2
Envolvimento pessoal com associação de proteção ao meio ambiente.	3,4	2,4	6,5	7,0	8,7	2,5
Contribuição financeira para proteção ao meio ambiente.	16,4	4,6	8,8	13,9	8,3	3,6

Fonte: Euro-Barometer 29, 1988

Pergunta: Entre as seguintes coisas, há alguma que você mesmo já fez?

## Opiniões sobre o 3º mundo

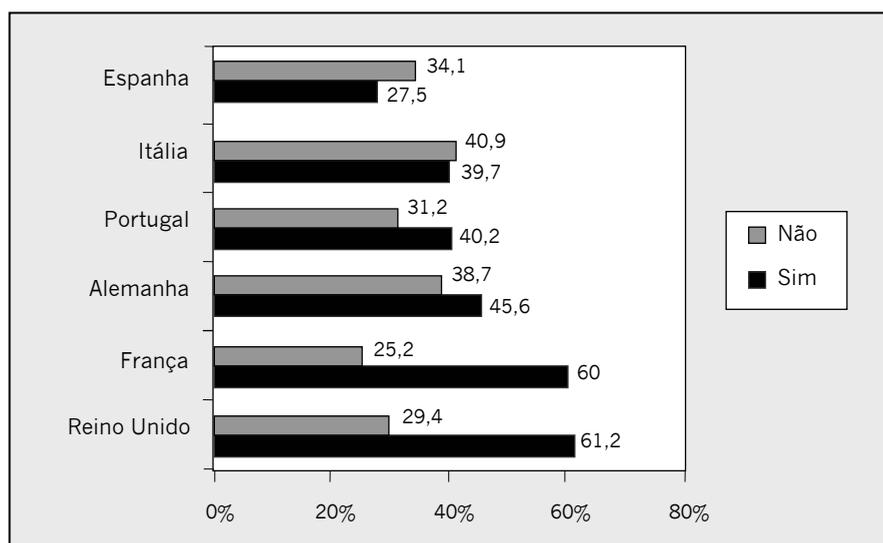
### Interesse pelo 3º mundo e problemas do subdesenvolvimento



Fonte: EURO-BAROMETER 28, 1987

Pergunta: Que tipo de coisa na vida interessa muito você? Vou mostrar uma lista de coisas. Quais dessas realmente interessam você?

### Influência da situação dos países do 3º mundo no próprio país



Fonte: EURO-BAROMETER 28, 1987

Pergunta: Você acha que nos próximos 10 ou 15 anos, o que acontece nos países do 3º mundo, sua situação política, sua economia, seu crescimento populacional poderia afetar nossas vidas?

## Sobre os países do 3º mundo

### PAÍSES ONDE AS PESSOAS MORREM DE FOME

% que mencionaram o país	Brasil	Peru	Etiópia	Índia	China
Alemanha	22,5	21,8	84,4	61,1	7,2
Espanha	15,4	8,6	71,5	57,0	13,8
França	39,8	21,2	89,0	65,7	8,8
Reino Unido	26,8	21,7	93,4	56,3	10,2
Itália	26,7	18,1	65,3	70,5	10,5
Portugal	29,2	4,9	72,9	39,1	12,5

### PAÍSES INCAPAZES DE SAIR DA SITUAÇÃO ATUAL

% que mencionaram o país	Brasil	Peru	Etiópia	Índia	China
Alemanha	12,6	24,5	59,2	17,5	3,7
Espanha	10,5	23,8	41,1	10,6	6,0
França	20,3	23,0	60,6	14,3	3,6
Reino Unido	16,9	22,4	66,0	14,3	4,3
Itália	14,6	38,7	39,2	17,3	5,2
Portugal	12,8	11,9	30,9	2,7	5,5

### PAÍSES QUE ESTÃO SE DESENVOLVENDO E PROGREDINDO

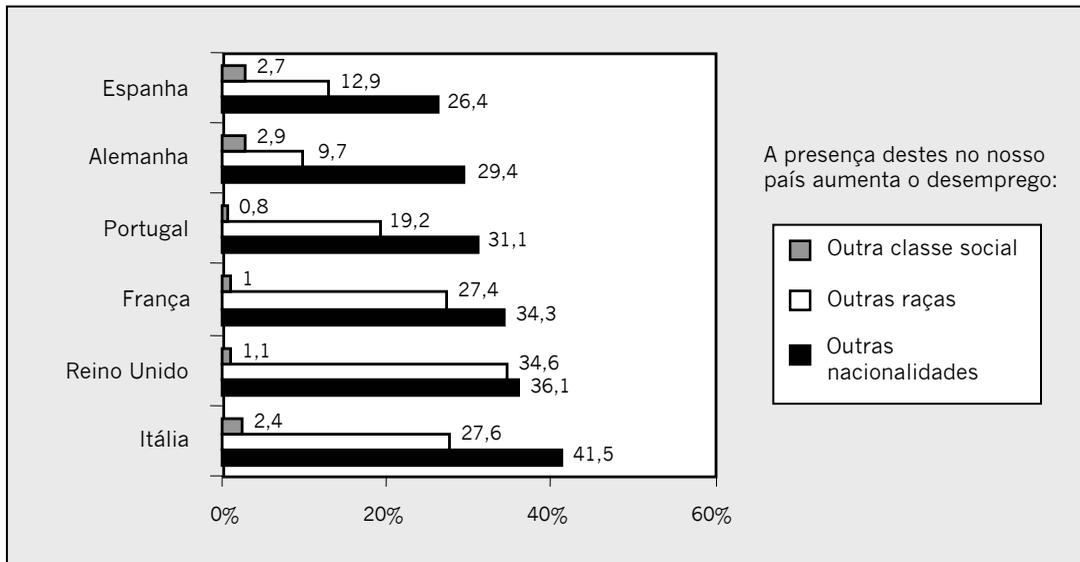
% que mencionaram o país	Brasil	Peru	Etiópia	Índia	China
Alemanha	30,2	6,4	3,6	19,0	61,1
Espanha	24,9	6,0	1,2	5,5	35,7
França	23,0	2,8	2,8	12,9	66,4
Reino Unido	23,5	4,1	6,3	20,3	59,6
Itália	36,2	5,1	5,9	9,5	54,7
Portugal	27,7	4,3	1,4	4,0	32,4

Fonte: EURO-BAROMETER 28, 1987

Pergunta: Pensando nos país desta lista (mostrar lista), em quais países você diria que: (1) muitas pessoas estão morrendo de fome? (2) parecem incapazes de sair da situação atual? (3) quais destes estão se desenvolvendo e progredindo?

## A questão dos imigrantes

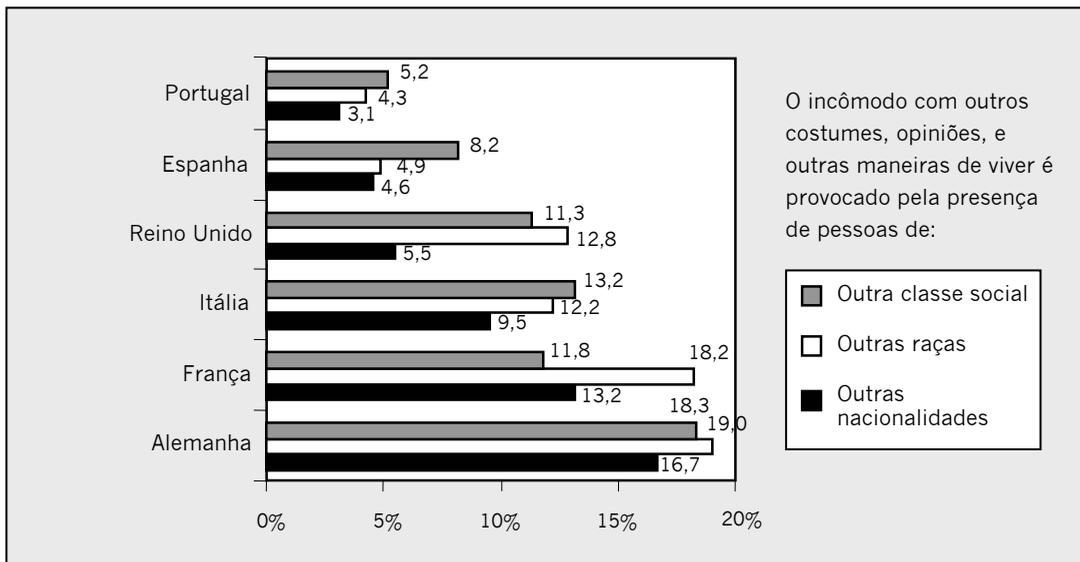
### O problema do desemprego



Fonte: EURO-BAROMETER 30, 1988

Pergunta: A presença destes no nosso país aumenta o desemprego para os habitantes do país? (% que mencionaram)

### O problema das intolerâncias



Fonte: EURO-BAROMETER 30, 1988

Pergunta: Algumas pessoas ficam incomodadas com as opiniões, costumes e maneiras de viver de pessoas diferentes de si próprios. Você pessoalmente, na sua vida diária, acha incômoda a presença de pessoas de...? (% que mencionaram)

**POLÍTICAS DE DEVERIAM SER ADOTADAS COM RELAÇÃO AOS IMIGRANTES**

Políticas (% dos que mencionaram)	Alemanha	França	Inglaterra
Mandá-los de volta aos seus países	9,3	4,5	6,7
Mandar de volta apenas os que não contribuem economicamente com o país	18,9	30,9	20,6
Mandar de volta apenas os criminosos	53,1	71,3	41,7

**Fonte:** EURO-BAROMETER 29, 1988

**Pergunta:** Há um número de opções referentes à presença de migrantes vivendo aqui. Na sua opinião, qual é a política que o governo deveria adotar num longo prazo? O governo deveria....

**PROBLEMA MAIS IMPORTANTE ATUALMENTE**

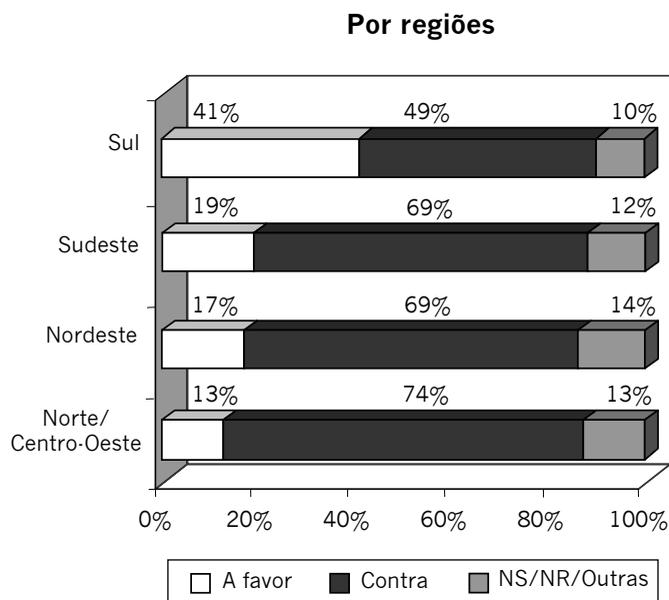
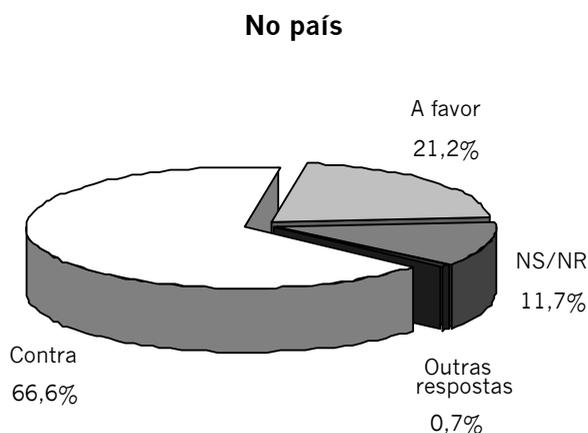
País (% dos que mencionaram)	Desemprego	População imigrante
Alemanha	29,6	7,7
Espanha	60,4	1,2
França	72,0	3,4
Itália	51,6	1,4
Reino Unido	39,6	5,3
Portugal	51,0	0,9

**Fonte:** EURO-BAROMETER 30, 1988

**Pergunta:** Qual o problema mais importante atualmente?

## Tendências de opinião sobre o separatismo

### O que os brasileiros pensam sobre o separatismo



Fonte: IBOPE, Agosto, 1993

Pergunta: De uma maneira geral, o(a) sr.(a) é a favor ou contra a idéia de um estado brasileiro se separar do resto do país para fundar um país independente?

### Opinião nos municípios

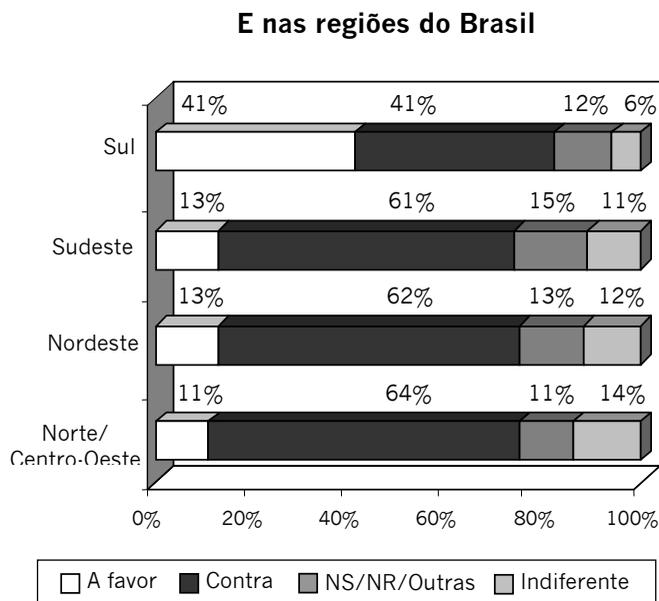
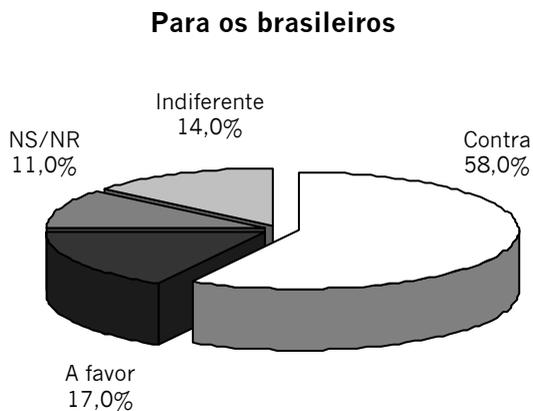
Respostas (em %)	CONDIÇÃO DO MUNICÍPIO			PORTE DO MUNICÍPIO (Nº DE ELEITORES)		
	Capital	Periferia	Interior	Até 20.000	De 20000 a 100.000	Mais de 100.000
<b>A favor</b>	18	23	22	23	21	20
<b>Contra</b>	77	68	62	58	65	73
<b>Outras resp.</b>	1	.	1	1	.	1
<b>NS/NR</b>	5	9	15	19	13	6

Fonte: IBOPE, Agosto, 1993

Pergunta: De uma maneira geral, o(a) sr.(a) é a favor ou contra a idéia de um estado brasileiro se separar do resto do país para fundar um país independente?

## “A República do Pampa”

A separação dos estados da região sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul



Fonte: IBOPE, Agosto, 1993

Pergunta: Existe um grupo de habitantes dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que estão defendendo a idéia de tornar esses três estados independentes, formando juntos um novo país, a República do Pampa. O(a) sr.(a) é a favor, contra ou indiferente a essa idéia de criação dessa República do Pampa?

### Opiniões nas capitais

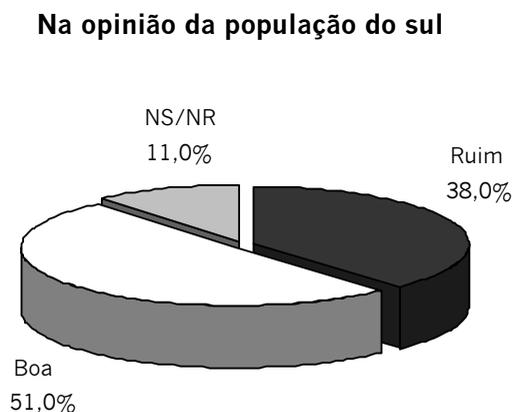
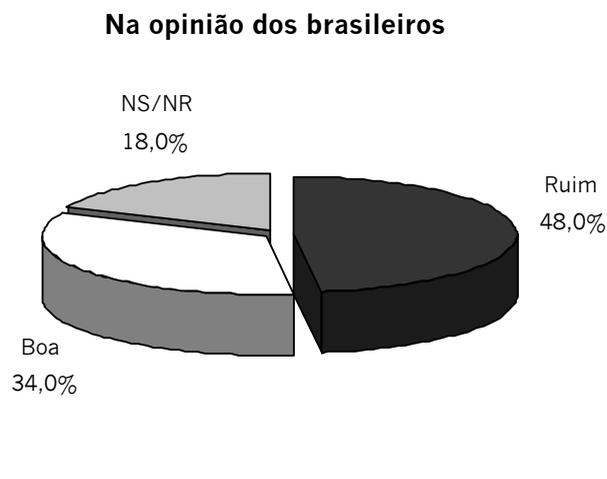
Respostas (em %)	São Paulo	Rio de Janeiro	Belo Horizonte	Porto Alegre	Curitiba	Salvador	Fortaleza	Recife	Belém	Brasília
Contra	69	74	69	63	61	68	65	74	80	83
A favor	20	16	17	32	27	20	21	14	14	13
Indiferente	3	4	4	1	2	5	1	2	1	2
Não sabe	8	7	10	4	9	7	13	10	5	2

Fonte: Datafolha, Maio, 1993

Pergunta: No sul do país há um movimento propondo a formação da República do Pampa, que incluiria os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Você é a favor ou contra a República do Pampa?

## “A República do Pampa”

*Seria bom ou ruim para os estados da região sul...*



*Fonte:* IBOPE, Agosto, 1993

*Pergunta:* Na sua opinião, a separação do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná do resto do país seria bom ou ruim para a população desses três estados?

*E seria bom ou ruim para os demais estados...*

### Opinião nas capitais

Respostas (em %)	São Paulo	Rio de Janeiro	Belo Horizonte	Porto Alegre	Curitiba	Salvador	Fortaleza	Recife	Belém	Brasília
<b>Bom</b>	14	11	15	13	10	17	18	16	16	10
<b>Ruim</b>	74	73	71	72	75	70	68	71	74	84
<b>Não sabe</b>	13	16	14	15	15	13	14	13	10	6

*Fonte:* Datafolha, Maio, 1993

*Pergunta:* Na sua opinião se os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná se separarem formando um país independente, isso será bom ou ruim para a população dos demais estados do Brasil?

## A separação do próprio estado do resto do Brasil

### Opiniões nas capitais

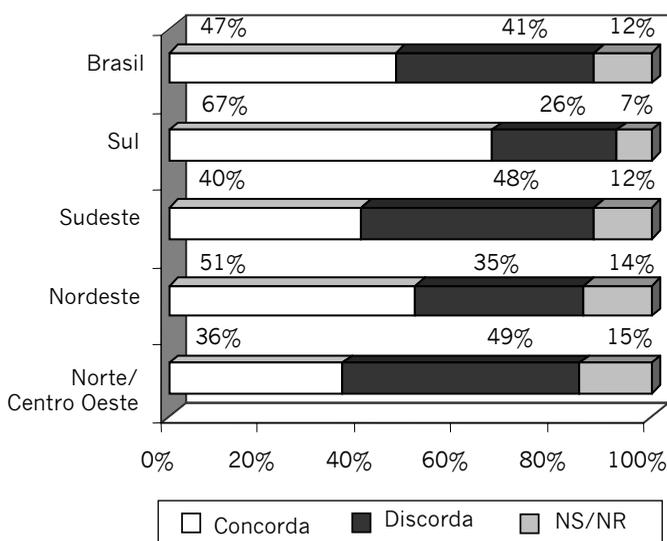
Respostas (em %)	São Paulo	Rio de Janeiro	Belo Horizonte	Porto Alegre	Curitiba	Salvador	Fortaleza	Recife	Belém	Brasília
Contra	76	86	81	63	69	85	76	81	87	91
A favor que se separe com outros estados	9	2	7	25	19	5	9	6	3	4
A favor que se separe sozinho	10	7	6	6	5	8	9	8	6	2
Outras respostas	1	1	1	1	2	0	1	0	0	1
Não sabe	4	4	5	5	6	2	5	5	3	2

Fonte: Datafolha, Maio, 1993

Pergunta: Ultimamente tem se falado em separatismo, isto é, na separação de alguns estados ou regiões do Brasil, que formariam países independentes. Você é a favor ou contra que o/a (...) se separe do Brasil, seja sozinho ou com alguns outros estados, formando um país independente? (Se a favor) Na sua opinião. o/a (...) deveria sozinho se tornar um país. ou esse novo país deveria incluir outros estados vizinhos?

## As idéias sobre o movimento separatista

“O tamanho e as grandes diferenças regionais tornam impossível governar bem o Brasil”

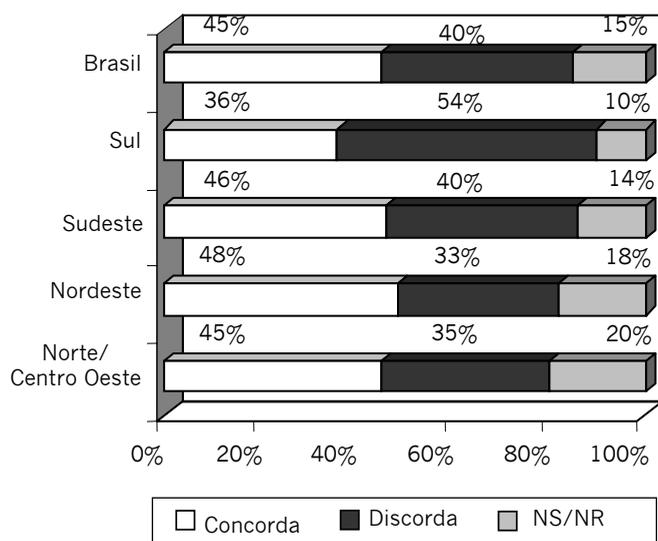


Fonte: IBOPE, Agosto, 1993.

Escolaridade	Concorda (%)	Discorda (%)
Até o primário completo	48	32
Ginásio comp. ou inc.	46	48
Colegial comp. ou inc.	46	52
Superior comp. ou inc.	45	54

Renda familiar	Concorda (%)	Discorda (%)
Mais de 10 salários mínimos	42	54
De 5 a 10 s.m.	45	51
De 2 a 5 s.m.	47	44
De 1 a 2 s.m.	48	39
Até 1 s.m.	51	27

**“No fundo os movimentos separatistas defendem idéias racistas”**

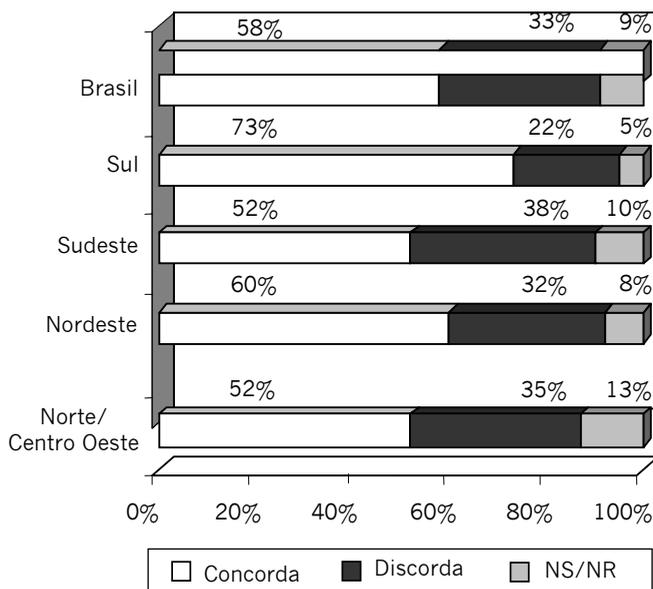


Fonte: IBOPE, Agosto, 1993.

Escolaridade	Concorda (%)	Discorda (%)
Até o primário completo	40	34
Ginásio comp. ou inc.	48	45
Colegial comp. ou inc.	48	48
Superior comp. ou inc.	59	39

Renda familiar	Concorda (%)	Discorda (%)
Mais de 10 salários mínimos	55	42
De 5 a 10 s.m.	50	46
De 2 a 5 s.m.	43	47
De 1 a 2 s.m.	41	38
Até 1 s.m.	44	30

**“É injusto que a população de alguns estados brasileiros trabalhe para sustentar o resto do país”**

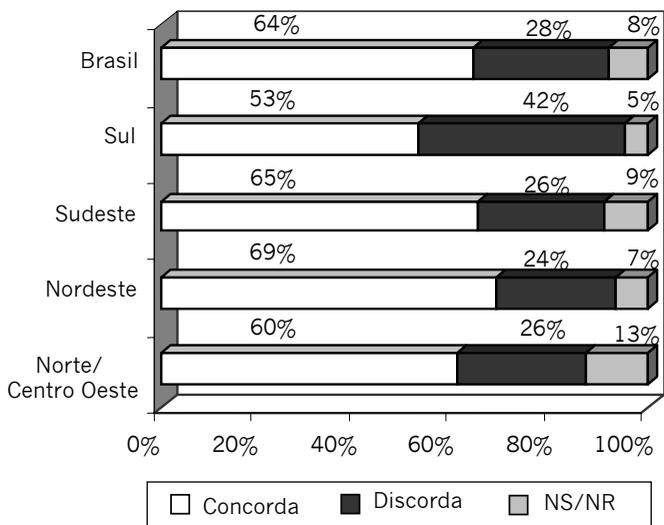


Fonte: IBOPE, Agosto, 1993.

Escolaridade	Concorda (%)	Discorda (%)
Até o primário completo	56	28
Ginásio comp. ou inc.	58	40
Colegial comp. ou inc.	59	40
Superior comp. ou inc.	68	30

Renda familiar	Concorda (%)	Discorda (%)
Mais de 10 salários mínimos	60	37
De 5 a 10 s.m.	57	40
De 2 a 5 s.m.	55	40
De 1 a 2 s.m.	56	32
Até 1 s.m.	61	22

**“É egoísmo querer separar as regiões ricas das regiões pobres de um país”**



Fonte: IBOPE, Agosto, 1993.

Escolaridade	Concorda (%)	Discorda (%)
Até o primário completo	59	26
Ginásio comp. ou inc.	66	31
Colegial comp. ou inc.	71	28
Superior comp. ou inc.	69	29

Renda familiar	Concorda (%)	Discorda (%)
Mais de 10 salários mínimos	74	24
De 5 a 10 s.m.	69	29
De 2 a 5 s.m.	64	32
De 1 a 2 s.m.	58	31
Até 1 s.m.	62	22

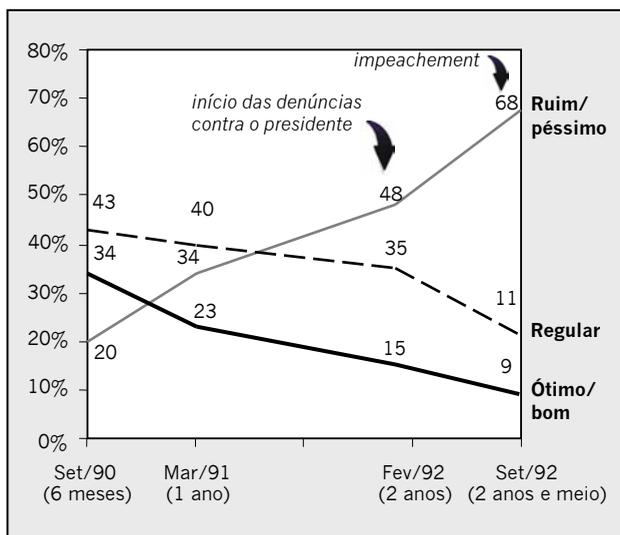
## Presidente da República

Os índices “AVALIAÇÃO” (Datafolha), “CONFIANÇA” (IBOPE), e “POPULARIDADE” (Gallup) mostram como a população avalia o desempenho do presidente da República Itamar Franco ao longo do tempo. A tendência geral é de um decréscimo nos índices mais positivos no período avaliado, da mesma forma como ocorreu com seus antecessores Fernando Collor e José Sarney.

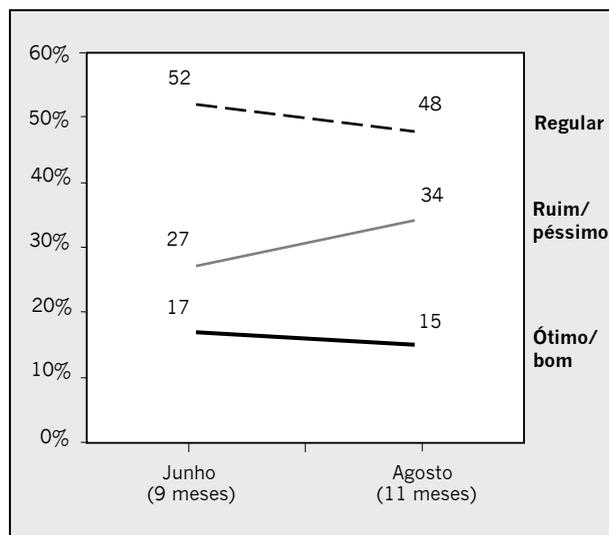
### AVALIAÇÃO

O presidente Itamar Franco completou 10 meses de governo com a maioria da população avaliando-o como regular e cerca de um terço da população reprovando sua atuação. Esta avaliação se aproxima dos índices obtidos pelo ex-presidente Fernando Collor após 1 ano de mandato (março/1991). Porém, a tendência mais negativa do Collor se acentuou a partir de fevereiro de 1992, logo após o desencadeamento do processo que levou ao seu impeachment.

**Fernando Collor**



**Itamar Franco**



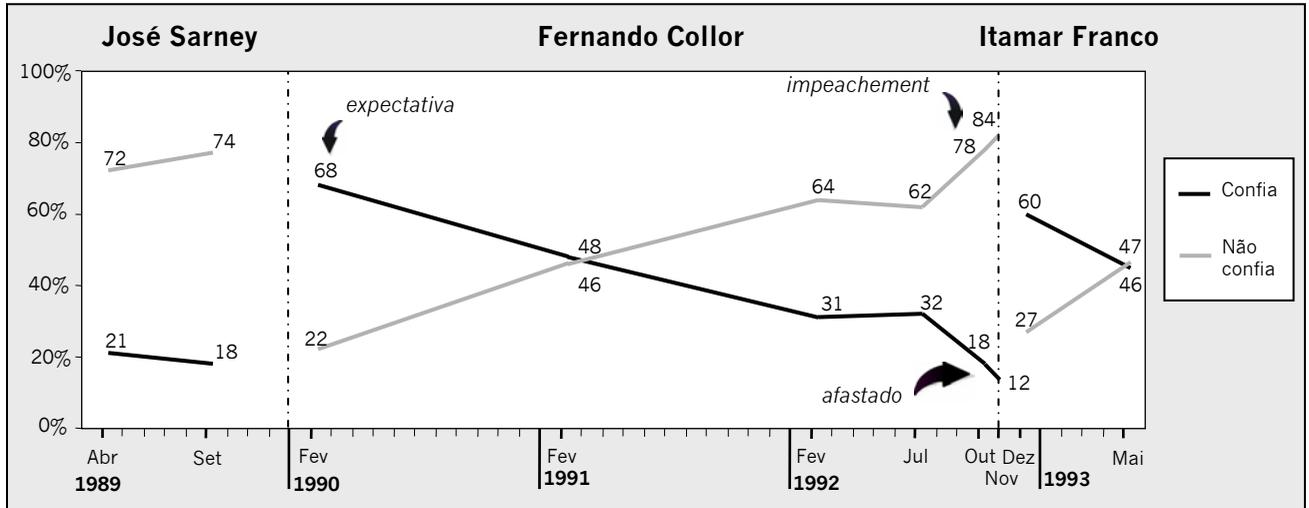
Fonte: Datafolha

Pergunta: O presidente (.....) completou (....) meses de governo. Na sua opinião (.....) está fazendo um governo: ótimo; bom; regular; ruim ou péssimo?

Obs.: A diferença para 100% nas pesquisas corresponde à resposta “não sabe”.

### CONFIANÇA

O decréscimo no grau de confiança da população para com o presidente Itamar Franco coincidem com a avaliação de seu desempenho, e praticamente os índices de “confiança” e “não confiança” se equivalem no final do período avaliado. As pesquisas mostram uma tendência positiva nas expectativas da população quanto ao presidente que assume, revertendo a situação em relação ao antecessor.

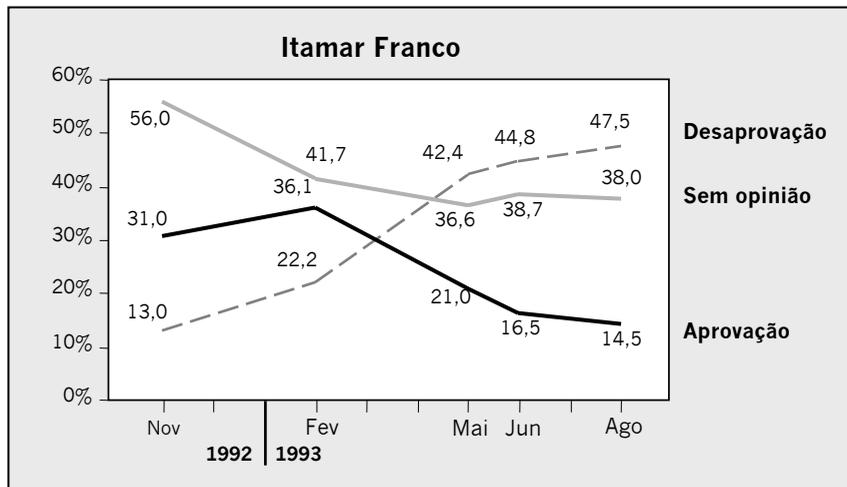


Fonte: IBOPE

Pergunta: Vou ler o nome de alguns órgãos, instituições e pessoas e gostaria que o(a) sr.(a) me dissesse se, de uma maneira geral, confia ou não confia em cada um deles: o presidente...

### POPULARIDADE

Os índices de “aprovação” e “desaprovação” do presidente Itamar Franco são indicadores de sua popularidade junto à população brasileira. Aqui também a tendência geral é de decréscimo, principalmente na região nordeste, onde o índice de desaprovação é maior do que a média nacional.



Fonte: GALLUP

Pergunta: O(a) sr.(a)/você acha que o presidente Itamar Franco está governando bem ou não? (Se bem) muito bem ou não? (Se mal) muito mal ou não?

## POPULARIDADE nas regiões do Brasil – agosto/93

Acham que o presidente Itamar Franco está governando...	Total nacional (%)	Sul (%)	Sudeste (%)	Nordeste (%)	Norte-Oeste (%)
Muito bem	1,2	0,5	1,0	1,4	3,1
Bem <b>(Aprovação)</b>	13,3 <b>(14,5)</b>	15,6 <b>(16,1)</b>	13,3 <b>(14,3)</b>	11,7 <b>(13,1)</b>	12,9 <b>(16,0)</b>
Mal	21,8	20,9	22,3	23,8	16,6
Muito mal <b>(Reprovação)</b>	25,7 <b>(47,5)</b>	24,4 <b>(45,3)</b>	24,8 <b>(47,1)</b>	28,7 <b>(52,5)</b>	25,7 <b>(42,3)</b>
Nem bem nem mal	31,5	34,2	32,6	25,1	35,5
Não sabem dizer <b>(Sem opinião)</b>	6,5 <b>(38,0)</b>	4,4 <b>(38,6)</b>	6,0 <b>(38,6)</b>	9,3 <b>(34,4)</b>	6,2 <b>(41,7)</b>
Total <b>(Bases)</b>	100 <b>(2546)</b>	100 <b>(356)</b>	100 <b>(1369)</b>	100 <b>(543)</b>	100 <b>(278)</b>

Fonte: GALLUP

## AVALIAÇÃO do presidente Fernando Collor

1 ANO Mar/91 (em %)	Total	ESCOLARIDADE			RENDA FAMILIAR			NATUREZA DO MUNICÍPIO	
		Até o 1º grau	2º grau	Superior	Até 5 s.m.	Mais de 5 a 10 s.m.	Mais de 10 s.m.	Capitais e regiões metropolitanas	Interior
Ótimo/bom	23	26	17	18	23	23	23	17	27
Regular	40	37	47	36	40	43	39	41	39
Ruim/péssimo	34	33	35	45	34	33	37	40	31
NS	3	4	1	1	3	1	1	2	3

2 ANOS E MEIO Set/92 (em %)	Total	ESCOLARIDADE			RENDA FAMILIAR			NATUREZA DO MUNICÍPIO	
		Até o 1º grau	2º grau	Superior	Até 5 s.m.	Mais de 5 a 10 s.m.	Mais de 10 s.m.	Capitais e regiões metropolitanas	Interior
Ótimo/bom	9	11	7	5	10	10	7	7	12
Regular	21	20	23	19	22	18	22	16	24
Ruim/péssimo	68	66	70	75	65	70	71	77	61
NS	2	3	0	0	3	1	1	1	2

Fonte: Datafolha

## AVALIAÇÃO do presidente Itamar Franco

9 MESES Jun/93 (em %)	Total	ESCOLARIDADE			RENDA FAMILIAR			NATUREZA DO MUNICÍPIO	
		Até o 1º grau	2º grau	Superior	Até 5 s.m.	Mais de 5 a 10 s.m.	Mais de 10 s.m.	Capitais e regiões metropolitanas	Interior
Ótimo/bom	17	20	14	12	19	13	17	15	18
Regular	52	49	55	55	50	56	54	52	52
Ruim/péssimo	27	26	30	31	27	30	28	30	26
NS	4	5	1	2	4	1	1	2	4

11 MESES Ago/93 (em %)	Total	ESCOLARIDADE			RENDA FAMILIAR			NATUREZA DO MUNICÍPIO	
		Até o 1º grau	2º grau	Superior	Até 5 s.m.	Mais de 5 a 10 s.m.	Mais de 10 s.m.	Capitais e regiões metropolitanas	Interior
Ótimo/bom	15	16	13	9	15	14	11	13	16
Regular	48	45	52	53	46	52	53	50	47
Ruim/péssimo	34	34	34	37	34	33	35	35	33
NS	4	5	1	1	5	1	1	2	5

Fonte: Datafolha

## Governos estaduais

Ao final de dois anos e meio de mandato, em dez estados e no Distrito Federal, apenas cinco governadores estaduais são avaliados com o conceito "ótimo/bom" para a maioria da população destes estados. Os melhores índices foram obtidos pelos governadores *Ciro Gomes (CE)*, *Antônio Carlos Magalhães (BA)*, *Roberto Requião (PR)*, *Pedro Pedrossian (MS)* e *Joaquim Roriz (DF)*.

### AVALIAÇÃO dos governos estaduais - set/93

Respostas (em %)	São Paulo	Rio de Janeiro	Minas Gerais	Santa Catarina	Paraná	Rio Grande do Sul	Bahia	Pernambuco	Ceará	Mato Grosso do Sul	Distrito Federal
	Luiz Fleury (PMDB)	Leonel Brizola (PDT)	Hélio Garcia (PRS)	Vilson Klainubing (PFL)	Roberto Requião (PMDB)	Alceu Collares (PDT)	Antonio C. Magalhães (PFL)	Joaquim Francisco (PFL)	Ciro Gomes (PSDB)	Pedro Pedrossian (PTB)	Joaquim Roriz (PP)
<b>Ótimo/bom</b>	27	15	26	35	60	26	61	23	69	50	50
<b>Regular</b>	43	33	41	44	27	50	23	34	20	33	35
<b>Ruim/péssimo</b>	23	49	23	17	8	22	11	32	6	11	13
<b>Não sabe</b>	7	4	9	4	5	3	5	10	6	6	2
<b>Total (%N)</b>	100 (2000)	100 (1478)	100 (1060)	100 (1060)	100 (1062)	100 (1059)	100 (1060)	100 (1063)	100 (1062)	100 (1062)	100 (1061)

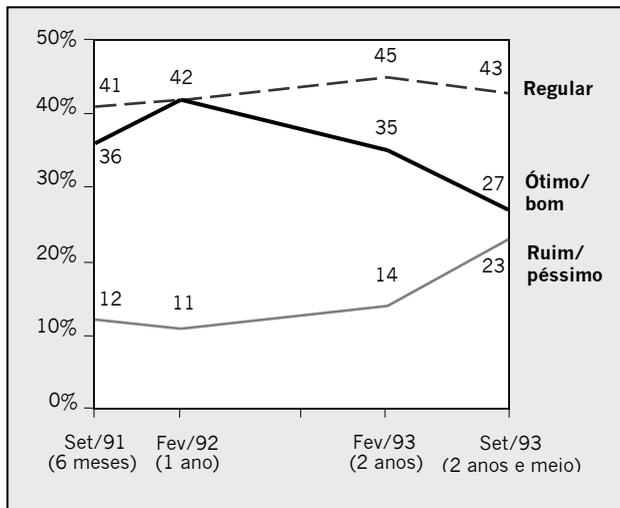
Fonte: Datafolha

Pergunta: No próximo dia 15 o governador (.....) estará completando dois anos e meio de mandato. Na sua opinião ele está fazendo um governo ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo?

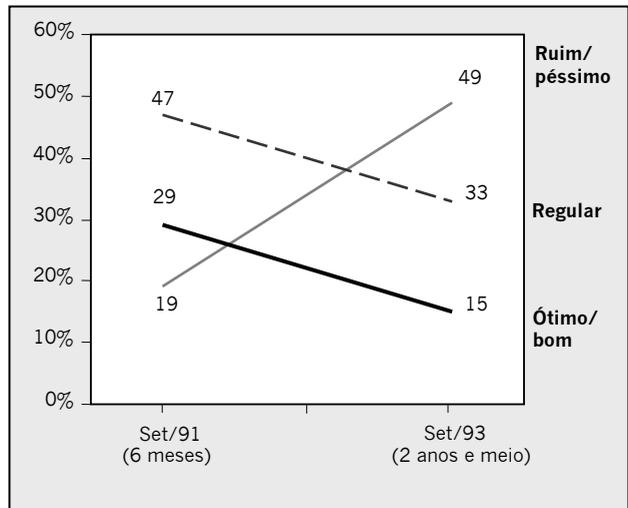
### Evolução dos Governos

#### São Paulo e Rio de Janeiro

**Fleury**



**Brizola**

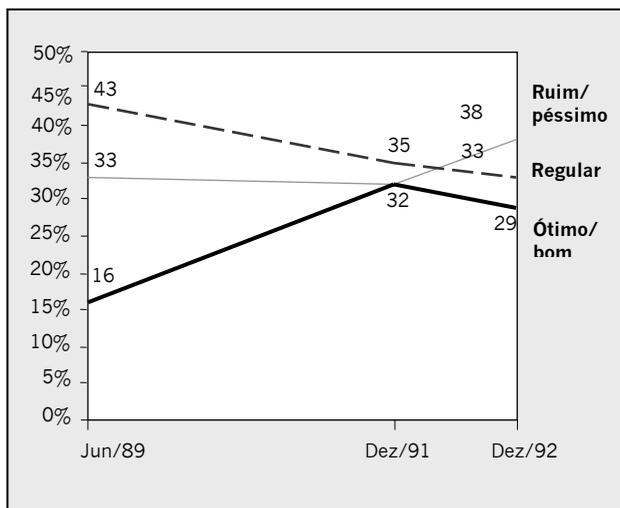


Fonte: Datafolha

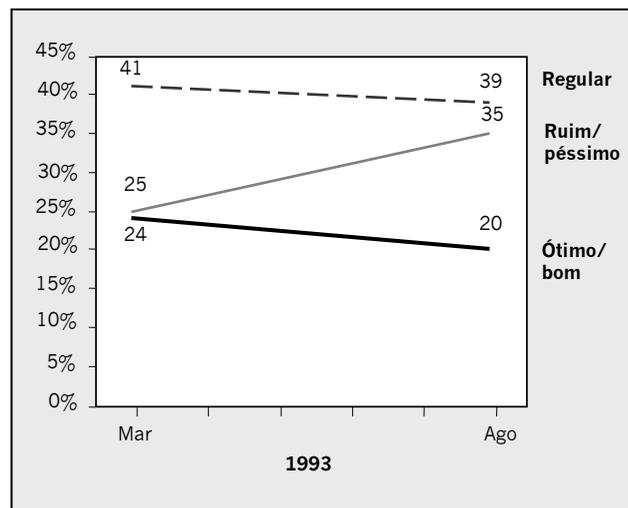
Obs.: a diferença para 100% nas pesquisas corresponde à resposta "não sabe".

#### Prefeitura de São Paulo

**Erundina**



**Maluf**



Fonte: Datafolha

Obs.: a diferença para 100% nas pesquisas corresponde à resposta "não sabe".

# Ficha Técnica

## Seção Meio ambiente (Brasil)

Data	Tamanho da amostra (nº de entrevistas)	Universo	Tipo de amostra
IBOPE (*)			
25 de janeiro a 13 de fevereiro de 1992	3650 entrevistas	Eleitores e jovens com 16 e 17 anos (mesmo sem título) do Brasil – urbano e rural	Amostra representativa da população do Brasil, elaborada por quotas proporcionais segundo variáveis sociais e demográficas.
Janeiro de 1990	3650 entrevistas	Eleitores e jovens com 16 e 17 anos (mesmo sem título) do Brasil – urbano e rural	Amostra representativa da população do Brasil, elaborada por quotas proporcionais segundo variáveis sociais e demográficas.
IDESP			
Junho a julho de 1987	444 entrevistas e amostra expandida para 2550 casos	444 entrevistas e amostra expandida para 2550 casos	Amostra probabilística em três estágios: 1º, setor censitário; 2º, o domicílio; e, 3º, o entrevistado.
Datafolha			
20 a 25 de fevereiro de 1992	População da Grande São Paulo	662 entrevistas	Amostra representativa da população dos municípios estratificada por cotas de sexo e idade.
11 a 17 de junho de 1991	População da Grande São Paulo	1110 entrevistas	Amostra representativa da população dos municípios estratificada por cotas de sexo e idade.

(\*) – Pesquisa Nacional “O que o brasileiro pensa da ecologia”, projeto integrado por: IBOPE; Museu de Astronomia e Ciências Afins/ CNPQ (Coordenadores Gerais: Samyra Crespo e Pedro Leitão); Agência Estado/Jornal da Tarde (jornalista responsável: Liliana John); Secretaria de Ciência e Tecnologia e Secretaria do Meio Ambiente – Presidência da República

## Seção Meio ambiente (Estados Unidos)

Os dados desta seção são provenientes do Banco Informatizado de Dados de Opinião Pública do Roper Center for Public Opinion Research, da Universidade de Connecticut, EUA.

# Ficha Técnica

## Seções Meio ambiente (Europa), Terceiro mundo e Imigração

Subseção	Data	Tamanho da amostra (nº de entrevistas)	Universo	Tipo de amostra
Euro-Barometer				
28 (1)	25 de janeiro a 13 de fevereiro de 1992	957 (Alemanha); 1016 (Espanha); (França); 1032 (Itália); 1308 (Reino Unido – Inglaterra e Irlanda) e 1000 (Portugal)	População dos países da Comunidade Européia	Amostra representativa da população com 15 anos e mais dos países da Comunidade Européia, com desenho amostral em dois estágios: 1º. seleção aleatória de setores em cada país, nas áreas urbana e rurais; 2º – Sorteio do indivíduo entrevistado em cada setor selecionado.
29 (2)		1007 (Alemanha); 1017 (Espanha); 993 (França); 1354 (Reino Unido: Inglaterra e Irlanda); 1021 (Itália); 1000 (Portugal)		
30 (3)	1051 (Alemanha); 1013 (Espanha); 1001 (França); 1323 (Reino Unido: Inglaterra e Irlanda); 1058 (Itália); 1000 (Portugal)			
31 A (4)	1202 (Alemanha); 1003 (Espanha); 1040 (França); 1248 (Reino Unido: Inglaterra e Irlanda); 957 (Inglaterra); 1011 (Itália); 1000 (Portugal)			

(1) Rabier, Jacques-René; Riffault, Helene e Inglehart, Ronald. EURO-BAROMETER – 28: RELATIONS WITH THIRD WORLD COUNTRIES AND ENERGY PROBLEMS, November, 1987. ICPSR ed. Ann Arbor, Mich.: Inter-University Consortium for Political and Social Research, 1989.

(2) Reif, Karlheinz. Melich, Anna. EURO-BAROMETER – 29 : ENVIRONMENTAL PROBLEMS AND CANCER, Março-Abril, 1988. Conduzido por Faits et Opinion, Paris. ICPSR ed. Ann Arbor, Mich.: Inter-University Consortium for Political and Social Research, 1990.

(3) Reif, Karlheinz. Melich, Anna. EURO-BAROMETER – 30: IMMIGRANTS AND OUT-GROUPS IN WESTERN EUROPE, Outubro-Novembro, 1988. Conduzido por Faits et Opinion, Paris. ICPSR ed. Ann Arbor, Mich.: Inter-University Consortium for Political and Social Research, 1991.

(4) Reif, Karlheinz. Melich, Anna. EURO-BAROMETER – 30A: EUROPEAN ELECTION, 1989: POST-ELECTION SURVEY, Junho-Julho, 1989. Conduzido por Faits et Opinion, Paris. ICPSR ed. Ann Arbor, Mich.: Inter-University Consortium for Political and Social Research, 1993.

## Seção Federação e separatismo

Data	Tamanho da amostra (nº de entrevistas)	Universo	Tipo de amostra
IBOPE			
18 a 22 de agosto de 1993	2000 entrevistas	Eleitores e jovens 16 e 17 anos (mesmo sem título) – urbano e rural	2000 entrevistas
DATAFOLHA			
18 de maio de 1993	População de 10 capitais	Entrevistados: 1079 (São Paulo); 648 (Rio de Janeiro); 420 (Belo Horizonte); 419 (Salvador); 419 (Porto Alegre); 420 (Curitiba); 420 (Brasília); 416 (Belém); 417 (Fortaleza); 420 (Recife)	Amostra representativa da população das capitais e estratificada por cotas de sexo e idade.

# Ficha Técnica

## Seção Avaliação de governos

Subseção	Data	Tamanho da amostra (nº de entrevistas)	Universo	Tipo de amostra
Datafolha				
I- Prefeita Erundina	23/06/89 02-06/12/91 16/12/92	Eleitores de São Paulo	1050 1062 1079	Amostra representativa das populações pesquisadas, estratificadas por cotas de sexo e idade.
II- Prefeito Maluf	30/03/93 02-08/93		1080 1079	
III- Governos Estaduais	10/09/93	Eleitores dos estados pesquisados	2000 (SP); 1478 (RJ); 1060 (MG); 1062 (PR); 1060 (SC); 1062 (MS); 1062 (CE); 1063 (PE); 1060 (BA); 1061 (DF); 1059 (RS)	
IV- Presidente Collor	03-04/09/90 04-06/03/91 20-28/02/92 02-03/09/93	Eleitores do Brasil	5250 7882 2500 2558	
V- Presidente Itamar	15/06/93 04/08/92		2500 2500	
IBOPE				
I- Presidente Sarney	Abril/89 Setembro/90	Eleitores do Brasil	2750 2627	Amostra representativa da população do Brasil, elaborada por cotas proporcionais segundo variáveis sociais e demográficas.
II- Presidente Collor	Fevereiro/90 Fevereiro/91 Fevereiro/92		3650 2680 3650	
	Julho/92 Outubro/92 Novembro/92 (afastado)		1217 1217 3650	
	Dezembro/92 Maio/93		1217 2000	
III- Presidente Itamar				
GALLUP				
Presidente Itamar	Novembro/92 Fevereiro/93 Maio/93 Junho/93 Agosto/93	População urbana, adulta do Brasil	2692 2819 2778 2395 2546	Amostra estratificada segundo tamanho da cidade, com capitais automaticamente incluídas, e selecionada em estágios múltiplos. Entrevistas domiciliares.

# *O Brasil na era verde: a consciência ecológica no país segundo pesquisas de opinião*

---

**Samyra Crespo**

Pesquisadora do CNPq (MAST/RJ)

---

## **Resumo**

Este artigo apresenta os resultados do projeto “O quê o brasileiro pensa sobre ecologia?”, elaborado na ocasião da Conferência Rio-92. Baseado em dados quantitativos e qualitativos (survey de 3.650 entrevistas e 72 entrevistas em profundidade com grupos selecionados), mostra os valores e atitudes dos brasileiros quanto ao meio ambiente, ecologia e controle da natalidade.

**Palavras-chave:** ecologia, Conferência Rio-92, Amazônia, controle da natalidade

## **Abstract**

This article presents the results of the research project “What do Brazilians think about ecology?”, elaborated during the Rio-92 Conference. Based on quantitative and qualitative data (3.650 survey interviews and 72 in-depth interviews with selected groups), it shows the Brazilians values and attitudes toward environment, ecology and birth control.

**Keywords:** ecology, Rio-92 Conference, Amazon, birth control

## **Breve histórico do projeto**

Quando formulamos o projeto *O quê o brasileiro pensa da ecologia*, com a meta explícita de participar ativamente dos debates sobre meio ambiente por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como *RIO-92*, tínhamos em mente dois objetivos: superarmos uma fase impressionista na coleta de dados na pesquisa sobre a consciência ecológica do brasileiro e refletirmos, pensando a realidade do Brasil, sobre algumas teses colocadas pelos analistas do desenvolvimento do ambientalismo no chamado primeiro mundo.

### *Superando o impressionismo*

Chamamos impressionismo ao fato de os dados de natureza quantitativa e qualitativa relativos ao movimento ambiental brasileiro e seus mecanismos de institucionalização terem sido quase sempre coletados, até as vésperas da conferência, por intelectuais militantes, no âmbito de pesquisas de pequeno porte, sem escopo nacional. O melhor trabalho nessa linha é sem dúvida, o do cientista político Eduardo José Viola que alia à tarefa descritiva do estado do ambientalismo no Brasil um esforço teórico bastante interessante, e que houvessem por bem adotar, por ser o mais completo encontrado na literatura especializada sobre a dinâmica de incorporação pela sociedade brasileira da problemática ambiental.

A questão básica para nós, formuladores e coordenadores do projeto, era mapear a base material constitutiva da organização da cultura, que estaria dando suporte a um certo tipo de pensamento e ativismo ecológico no Brasil. Com esse fim, uma série de iniciativas foram então levadas a cabo, desenhando um projeto ambicioso que ainda está em desenvolvimento: levantamento da produção editorial e universitária brasileira sobre o assunto nos últimos dez anos; constituição de uma base de dados sobre “imprensa e meio ambiente” que pudesse informar sobre a circulação de temáticas em 5 jornais e revistas brasileiras considerados formadores da opinião nacional; levantamento do perfil médio das entidades ambientalistas que se multiplicaram nos últimos sete ou oito anos com base nas respostas a mil questionários enviados as cinco regiões do País; e, finalmente, um registro do que seria a opinião pública brasileira sobre a temática ecológica, a partir de dois materiais: uma pesquisa nacional de opinião pública realizada com suporte técnico de um instituto especializado e uma pesquisa qualitativa com formadores de opinião.

*O desafio de utilizar a pesquisa de opinião como instrumento acadêmico*

Pelo menos três são as ordens do desafio a serem enfrentados quando se pensa em utilizar as pesquisas de opinião pública em projetos de cunho acadêmico: a primeira refere-se à natureza mesma da pesquisa de opinião, ou seja, à idéia de que o registro obtido nesse tipo de prospecção é excessivamente conjuntural e muitas vezes “viciado” por questionários “chapados” aplicados indiscriminadamente a todos os segmentos populacionais, sem levar em conta as culturas regionais, os universos vocabulares que separam as classes e grupos sociais, sem mencionar as barreiras que existem entre o que seriam “duas culturas”, a acadêmica com os seus imperativos de rigor e tempo próprio de produção e a dos institutos de opinião com sua base técnica standardizada, movida por e para uma lógica de mercado. A segunda diz respeito ao alto custo de uma pesquisa desse tipo, razão pela qual raramente pesquisas universitárias no Brasil, com a sua pobreza habitual de recursos, lançam mão desse instrumento. De um modo geral, o custo médio de uma pesquisa de opinião de âmbito nacional é de U\$50.000 e equivale ao orçamento de todo um projeto de porte médio na área das ciências humanas. Há ainda o agravante de que cada vez menos agências de financiamento mais tradicionais da pesquisa brasileira, como a FINEP e o CNPQ, aprovam projetos em ciências sociais que impliquem recursos dessa monta e ainda relativos à contratação de institutos de pesquisa; e aí chegamos à terceira ordem que, naturalmente, se imbrica nas demais: trata-se do preconceito, da falta de tradição de embasar trabalhos de interpretação com dados quantitativos e por consequência a insuficiência de formação dos profissionais de ciências sociais da área acadêmica, na qual me incluo, para trabalhar com dados gerados por esse tipo de pesquisa. Passado um certo entusiasmo pelo que seria uma sociologia de cunho quantitativista, que empolgou a muitos nos anos sessenta, rapidamente voltou-se à prática da investigação qualitativa e hoje pode-se dizer que, fora da ciência política, poucas são as pesquisas de opinião de espectro mais amplo que prospectam a forma de ser e de pensar do brasileiro sobre variados temas, que não sejam orientadas por e para lógicas de mercado.

*Estes e outros desafios na prática*

O Museu de Astronomia e Ciências Afins, instituto de pesquisa do sistema CNPQ, onde o projeto *O quê o brasileiro pensa da ecologia* foi sediado, já possuía uma tímida experiência em trabalhar com pesquisa de opinião, ao ter realizado em 1987, com a intenção de subsidiar as discussões que então se davam no Congresso Nacional, por época da Constituinte, o trabalho intitulado “O quê o brasileiro pensa da ciência da tecnologia”, encomendado na ocasião ao Instituto de Pesquisa Gallup. O relatório dessa pesquisa foi publicado e causou bastante repercussão ao mostrar à comunidade científica o quanto o fazer científico e tecnológico estava distante das demandas e do conhecimento da população brasileira, e o quanto era preciso, em termos de esforço de informação e comunicação, para mostrar à sociedade a necessidade de incluir o investimento em educação e pesquisa no leque das ditas prioridades nacionais. Embora apresentasse resultados bem interessantes naquele momento, o banco de dados dessa pesquisa jamais foi trabalhado ou submetido a um esforço de processamento estatístico que procurasse refinar os dados e superasse os registros das tabelas simples e dos poucos cruzamentos de variáveis então apresentados.

Neste segundo trabalho institucional, com equipe diferente e com uma consultoria especial, nossa intenção era dar um passo além e não só interagir mais com o instituto contratado, no caso o IBOPE (que demonstrou particular interesse em realizar a pesquisa e para tanto baixou razoavelmente os custos) e trabalharmos mais os resultados a partir das nossas próprias hipóteses e objetivos.

Em todos os sentidos, o projeto *O quê o brasileiro pensa da ecologia*, desde o seu início, representou uma maneira ousada, ou pelo menos não convencional de se fazer pesquisa no Brasil. Após percorrermos os caminhos tradicionais em busca de financiamento e esbarrarmos em preconceitos por parte de algumas agências, falta de recursos em outras e em pouco tempo hábil para o *funding raising* internacional, resolvemos viabilizá-lo com um *pool* de recursos conseguidos, na seqüência, junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia, à Secretaria Nacional do Meio Ambiente, então sob a direção do ecologista José Lutzemberger e de fontes privadas como o Jornal da Tarde e a Agência Estado de Notícias, que se interessaram em divulgar os resultados da pesquisa, além do apoio de uma organização não governamental do Rio de Janeiro, ISER. Esta última começava a fazer um trabalho voltado ao tema da ecologia para a RIO 92 e também a implementar – no seu núcleo de pesquisa – uma forma combinada de utilização de técnicas quantitativas e qualitativas na investigação de temas sociais.

Resolvido o problema financeiro, era enfrentar os desafios de ordem teórica e metodológica.

*Equacionando a questão metodológica*

Vários intelectuais e pesquisadores da arena ambiental, com quem discutimos inicialmente o projeto, levantavam dois problemas que uma vez não equacionados, poderiam comprometer todo o esforço. O primeiro deles referia-se à idéia de que já era possível prever de antemão os resultados gerais da pesquisa. Segundo eles, ela iria apenas confirmar o que todo mundo já sabia: que a maior parte dos brasileiros, pelo baixo grau de instrução e informação, já indicados em outras pesquisas sobre outros temas, não entende nada do que seria “a complexa questão ambiental” e que diante das mazelas do país (recessão econômica, falência do Estado, aumento da violência, etc.) poucos haviam de se importar com assunto tão moderno e tão “classe média” como o tema da ecologia e do equilíbrio ambiental. O segundo referia-se à suposta necessidade de constituir-se séries históricas para se tirar algum dado conclusivo de tais pesquisas, ou seja, repetir-se a prospecção, com a mesma bateria de perguntas, em intervalos de tempo não menores que dois e não maiores que cinco anos, a fim de verificar-se quais questões foram afetadas por fatos apenas conjunturais e quais permaneceram. A dificuldade de se fazer séries históricas em pesquisa de opinião esbarra, como era de se esperar, na escassez de recursos e no limite de tempo dos projetos. Örjan Olsén, conceituado profissional da área de pesquisas de opinião, na época à frente do IBOPE, consultado antes mesmo de resolvermos levar o projeto adiante, mostrou-nos uma série de pesquisas eleitorais (encomendadas por candidatos) onde os chamados problemas ambientais como poluição, saneamento, inundação, etc., eram pouco mencionados, numa lista de prioridades, pela população que devia indicar as áreas merecedoras de maior atenção e investimento por parte do poder público. Segundo ele, a variável “instrução” era tão definitiva na determinação de uma certa “consciência ecológica” que seria mais produtiva uma pesquisa centrada nos grupos de perfil educacional mais alto. Não negava, contudo, que a nossa pesquisa se propunha como a mais completa até então realizada no Brasil e que uma prospecção temática sobre ecologia podia estabelecer alguns dados de comparabilidade com outras pesquisas realizadas internacionalmente (algumas incluindo o Brasil numa grade ampla de países do primeiro, segundo e terceiro mundos, que iremos comentar mais à frente).

Era nossa hipótese teórica, no entanto, que estávamos longe de saber, de antemão, tudo o que o brasileiro médio, cidadão comum, pensava a respeito da temática ambiental e que o problema estava na matriz teórica com que tais pesquisas eram feitas, perguntando à população questões atreladas a certa maneira pré-concebida de entender o desenvolvimento da consciência ambiental no primeiro mundo. Como bem colocou no relatório final de nossa pesquisa, o cientista político Pedro Wilson Leitão Filho, também coordenador do programa, partíamos de duas idéias relativamente novas:

*"Nos países periféricos (como o Brasil) verifica-se uma dupla dinâmica cultural, onde misturam-se elementos modernos, quase sempre identificados pela ótica econômica ao desenvolvimento capitalista, com elementos arcaicos, ou pré-modernos, identificados com as idiosincrasias culturais locais, criando nichos de resistência e atraso. Tidas como estágios inferiores da consciência e da cultura, frente ao padrão euro-americano das nações desenvolvidas, esse universo permaneceu desconsiderado até pouco tempo. A crise ambiental, dentre outras coisas, ao colocar em xeque o padrão civilizatório adotado pelo Norte e ao indagar sobre modelos alternativos do homem lidar com a natureza e de produzir uma cultura menos predatória, revaloriza essa cultura de base não européia mais tradicional e esses modos de organização social e econômica que revelam uma maior interação entre o homem e sua base natural ou de recursos.*

*Esse olhar alternativo sobre as sociedades tidas como subdesenvolvidas ou em vias de desenvolvimento, a partir portanto de um ângulo menos preconceituoso, abre a possibilidade de abordar as culturas latino-americanas, e a brasileira em particular, com questões de outra natureza, diferente daquelas colocadas habitualmente pelo paradigma economicista desenvolvido/subdesenvolvido. Trata-se então de fugir ao determinismo sociológico de que, se mais da metade da população recebe menos que um salário mínimo e se não tem acesso aos níveis mais altos da educação, então ela nada tem a dizer sobre ecologia."*

Com esse conjunto de premissas, propusemo-nos a dialogar criticamente com a matriz que estabelece ser a consciência ecológica produto de sociedades desenvolvidas, que já superaram a fase de prover as condições básicas de sobrevivência e que, portanto, podem dar-se ao luxo de reformar o seu sistema de produção de bens e recursos, com base em valores éticos, valores esses, como sugere o famoso trabalho de Inglehart, "pós-materialistas".

Na linha de raciocínio de que uma série de "pós" (pós-moderno, pós-industrial, pós-materialista, etc.) favorece a emergência de novos valores nas sociedades industriais ricas, partimos da hipótese de que em sociedades periféricas, semi-industrializadas, ou dinamizadas por uma cultura mais tradicional, a prevalência ou simplesmente a presença de alguns valores mais ligados a experiências arcaicas ou pré-capitalistas da interação homem-natureza pudessem

indicar um "solo fértil", por assim dizer à emergência de uma consciência ecológica, sem necessariamente passar por uma fase da cultura correspondente ao que se pode chamar de industrial avançada ou pós-industrial. Na verdade, aventamos a possibilidade de que mesmo que o ambientalismo seja um movimento histórico que nasce nas sociedades do Norte, e tenha por base a condição muito clara da crise ambiental com efeitos globais, mais de uma modalidade de consciência ecológica pode ser constituída. E mais, que não só o conhecimento racional, científico e tecnológico pode mobilizar as pessoas em favor de uma atitude menos predatória em relação à natureza e ao meio ambiente. Entendemos que valores éticos, culturais, religiosos, etc. desempenham um importante papel na constituição de posições e atitudes de indivíduos e grupos sociais.

Tal postura levou-nos à decisão metodológica de procurar combinar em um mesmo questionário a ser aplicado à população, questões de ordem mais valorativa, a respeito de hábitos, costumes, sentimentos, com outras de cunho mais opinativo estrito senso, tentando prospectar adesões a uma série de teses consagradas na área ambiental e que servem para medir o grau da consciência ecológica.

Deste modo, tanto na pesquisa quantitativa, quanto na qualitativa com formadores de opinião, que teremos ocasião de comentar no decorrer deste artigo, houvermos por bem formular blocos temáticos que tinham por fim cobrir estes dois eixos e que foram os seguintes:

Bloco 1: Conhecimento e adesão a valores ambientais

Bloco 2: Conceitos e definições sobre meio ambiente e ecologia

Bloco 3: Relações entre meio ambiente, pobreza e desenvolvimento

Bloco 4: Identificação de problemas ambientais, agentes agressores e defensores do meio ambiente

Bloco 5: Conhecimento e opiniões sobre a RIO-92

Bloco 6: Via de solução para problemas ambientais

Bloco 7: Meios de informação sobre meio ambiente e ecologia

*Inventar a roda ou o drama do material disperso*

Um dos maiores problemas que se apresenta para quem faz pesquisa no Brasil é a reunião de materiais já produzidos na especialidade ou temática que se trabalha. Realizado antes da constituição do CESOP que, sem dúvida alguma, virá prestar um inestimável serviço à comunidade acadêmica (mas não só), uma das maiores dificuldades foi reunir pesquisas de opinião anteriormente realizadas, nacionais e internacionais. Infelizmente, grande parte do material existente estava sob sigilo (pesquisas encomendadas por clientes que não liberaram sua divulgação) ou então dispersa, sendo de difícil localização. Duas pesquisas internacionais, uma das quais comentaremos, tinham terminado a parte da prospecção brasileira, porém seus resultados não estavam disponíveis. Em poucas palavras, quanto mais nos chegavam às mãos pequenas pesquisas sobre meio ambiente, mais nos convencíamos sobre a pertinência do nosso trabalho e do objetivo de constituirmos uma base de dados a mais completa possível que pudesse servir de um divisor de águas no que diz respeito à tomada de opinião sobre meio ambiente.

*O drama do questionário ou a linguagem do povo e das elites*

Quanto mais limitado e insuficiente o material produzido antes da nossa pesquisa, mais se colocava o desafio de formularmos um questionário adequado e mais abrangente. Foram contínuas sessões com os profissionais do IBOPE, não só para darmos o *briefing* correto, como para chegarmos aos conteúdos fraseológicos que nos interessavam. Entendendo desde o início que a pesquisa, por seu âmbito e escopo, era uma oportunidade que não se podia desperdiçar, convidamos vários representantes de organismos governamentais e não-governamentais para criticar/sugerir modificações no questionário. Foi um trabalho coletivo, exaustivo e frustrante. Isto porque, depois de muito trabalho, pesando cada palavra numa frase, cada conteúdo, testamos o questionário. Duas vezes testado, uma vez junto à população da periferia de São Paulo (o questionário inteiro), outra junto a amostras de duas grandes cidades (Rio e São Paulo, apenas a parte do questionário considerada problemática), a conclusão era a mesma: as formulações eram excessivamente complexas, os termos sofisticados, por duas vezes a palavra "desenvolvimento" não fora sequer entendida. Estava se confirmando o fato de que o baixo perfil educacional da população brasileira podia decidir os destinos da pesquisa. Ocorreu então uma experiência que achamos fundamental registrar: abrir mão de certos rigores academicistas e ouvir mais os técnicos do instituto que se

contrata, tentar com empenho, e com bom senso, um diálogo possível e desejado entre "técnicos" e "acadêmicos"; com muita freqüência suas "dicas" e reparos são mais do que cacoetes do ofício e significam uma grande economia de tempo para nós. Cremos, contudo, que o estabelecimento de laços de confiança e de cooperação entre o que chamamos de "duas culturas" serão conquistados com a prática cada vez mais valorizada de combinar esforços e técnicas gerados em diferentes áreas, entre diferentes competências.

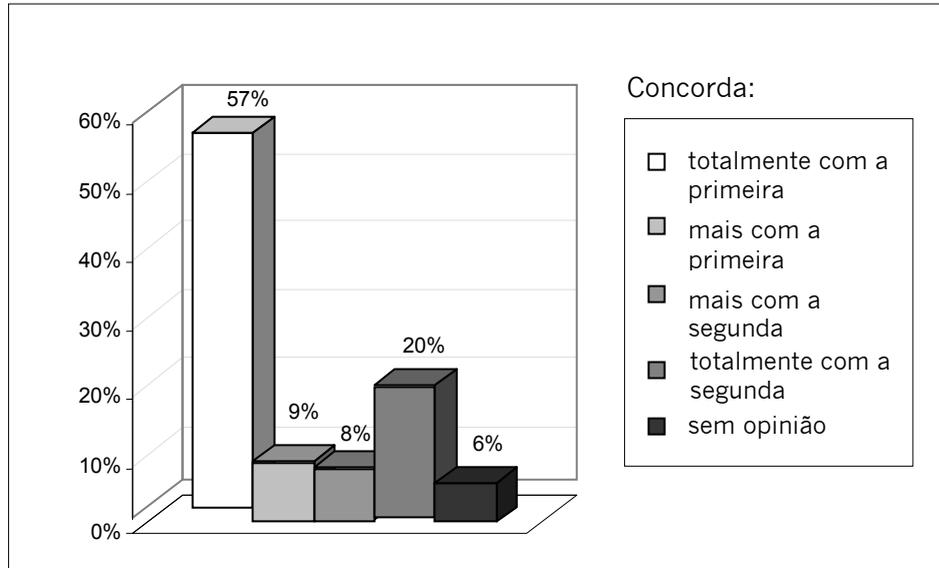
Após três versões exaustivamente discutidas, chegamos ao questionário final, quase setenta itens de perguntas, implicando uma entrevista superior a meia hora de duração, o que, segundo os técnicos, "cansava" o entrevistado levando-o a responder "qualquer coisa". Insistimos em algumas questões abertas, principalmente nos casos em que a intenção era distinguir modalidades de motivação. Isto foi feito, por exemplo, na pergunta "por que você acha importante cuidar do meio ambiente?". Evidentemente, se fechássemos essa questão, oferecendo as alternativas que seriam razoáveis, tais como "por causa de nossa saúde", "porque a natureza é sagrada", ou outras tantas possibilidades, não teríamos o *verbatim* que ofereceu um material de análise bem mais rico e que por sua natureza – espontânea – permitiu-nos a seguinte inferência: de modo semelhante ao que ocorre em países onde a consciência ecológica da população é tida como bastante desenvolvida, coexistem na mentalidade dos brasileiros duas principais percepções: uma utilitária, por assim dizer, onde cuidar do meio ambiente e ter atitudes de preservação significa estar cuidando do próprio bem estar, e outra de cunho mais "ecocêntrico", na qual está expressa a idéia de que a natureza tem um valor em si mesma, não tendo o ser humano o direito de destruí-la ou degradá-la (vide Quadro 1). Claro está que esse "ecocentrismo" não equivale ao "biocentrismo" euro-americano, pois enquanto o primeiro tem raiz em uma mentalidade de tipo tradicional, onde a visão de mundo é atravessada por uma racionalidade sacralizadora, onde o ruralismo e folclorismo ainda são ideologias bastante encarnadas, o segundo já se constitui como um registro moderno da tendência à "ressacralização" e se trata de um movimento essencialmente urbano (embora não-urbanista). No rol das diferenças está ainda o fato de que o biocentrismo se consolida cada vez mais como uma facção político-filosófica no interior do movimento ambientalista mundial, enquanto o ecocentrismo aqui apontado (ou suposto) não passa de um estado de consciência sem qualquer caráter de uma maior organização ou expressão política.

### Quadro 1

#### Antropocentrismo vs. visão sacralizada da natureza:

1ª: A natureza é sagrada e o homem não deve interferir nela.

2ª: O homem deve ter o controle sobre a natureza, pois não está mexendo com algo sagrado.



#### *Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: definições e recortes*

Ao mesmo tempo em que resolvíamos o questionário da pesquisa quantitativa, enfrentávamos o desafio de definirmos uma abordagem para a pesquisa qualitativa – com base na técnica das entrevistas em profundidade. Embora já haja uma certa cultura consolidada desse tipo de análise em institutos como IBOPE, GALLUP, etc., só para citar os mais conhecidos, decidimos assumir integralmente a concepção e execução da pesquisa. Com esse fim foram contratados seis pesquisadores pós-graduados e um técnico em pesquisa qualitativa de uma pequena empresa paulista. Tentamos então, com sucesso, uma combinação entre nossas demandas (roteiros mais complexos, rigor na transcrição dos textos e na seleção dos elementos de análise) com os instrumentos de coleta e agregação dos dados desenvolvidos pela chamada "pesquisa para o mercado". Enquanto trabalhávamos mais os aspectos teóricos do nosso trabalho, o técnico treinava a equipe na arte de entrevistar, de usar e recuperar a informação.

Quase não há dissenso nesse tipo de pesquisa sobre que grupos compõem a fração da população tida como formadora de opinião. Na quase totalidade dos trabalhos existentes são entrevistados os empresários, políticos, técnicos governamentais (envolvidos na formulação/execução de políticas públicas), jornalistas,

lideranças de associações profissionais ou de "organizações da sociedade civil", professores, padres, intelectuais e artistas, e ainda uma gama variada de "personalidades públicas", indivíduos-síntese. Encarna com perfeição esta última categoria o sociólogo Herbert de Souza, chamado pública e carinhosamente de "Betinho", que no momento tem sua visibilidade atrelada ao movimento cívico intitulado "Campanha de combate à miséria e à fome, e pela vida".

No caso da nossa pesquisa, porém, havíamos adotado um modelo teórico de entendimento acerca de como se dava a dinâmica de incorporação da questão ambiental na sociedade brasileira que demandava recortes menos genéricos. Esse modelo foi elaborado pelo cientista político Eduardo José Viola, acima citado, e se acha descrito no artigo "A emergência do ambientalismo complexo-multissetorial no Brasil dos anos 80", uma vez que não há possibilidade de se fazer comparação direta entre dados obtidos numa pesquisa de opinião nacional de tipo quantitativa, com dados coletados em pesquisa de tipo setorial e qualitativa, o nosso objetivo foi direcionar toda a prospecção desta última no sentido de verificar a veracidade e a operacionalidade do modelo sugerido por Viola. Além disso, os dois materiais significavam, de um lado, a opinião do brasileiro médio, do cidadão comum, de outro, a opinião das chamadas elites dirigentes. Até que ponto havia convergência de opinião/percepção entre esses dois segmentos era uma coisa a ver.

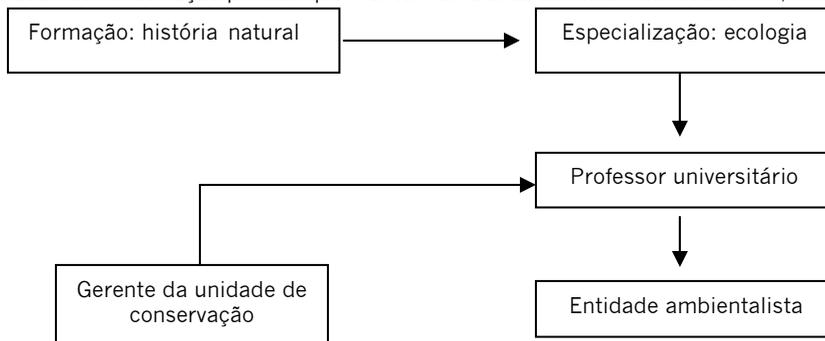
Inspirou o modelo de Viola a tese de que o movimento ambientalista no Brasil apresenta duas fases distintas: uma *fundacional* (1971-1986) e outra de *transição* (1986-199\_). Na primeira fase teria predominado o *bissetorialismo*. Isto é, uma ação de setores não-governamentais (associações livres de caráter profissional/comunitário) e o setor governamental. Já a fase de *transição* poderia ser caracterizada por uma ação *multissetorial*, com diversos segmentos sociais e profissionais incorporando a preocupação com o meio ambiente, complexificando (e ampliando) as políticas públicas e o debate nacional em tomo da temática.

A idéia do *multissetorialismo*, no entanto, não significa que todos os setores que se abrem à questão ambiental o fazem de um mesmo modo e segundo uma mesma lógica. Em outras palavras, não são todos os setores, nem ao mesmo tempo. Daí que, além de termos de eleger os setores-chave para entendermos o modelo multissetorial proposto, tínhamos que ter roteiros de entrevistas que permitissem captar essas diferentes lógicas e ritmos.

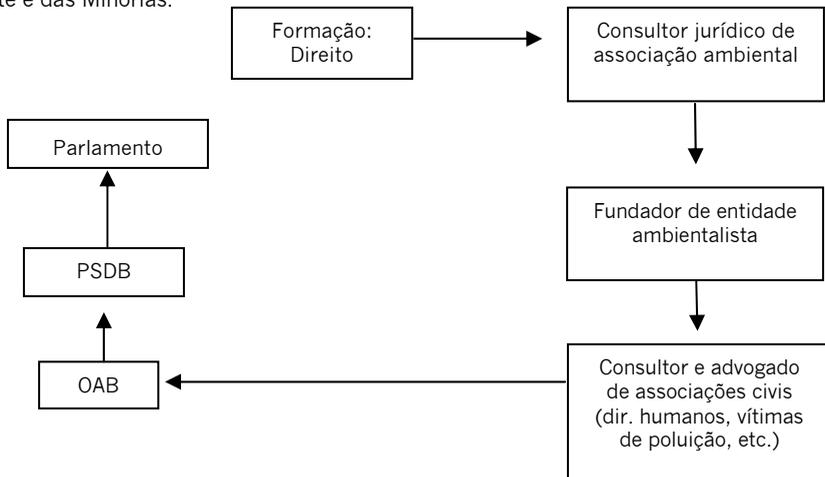
Após consulta ao próprio Viola, que foi incorporado à pesquisa como consultor, resolvemos entrevistar somente indivíduos reconhecidamente interessados e/ou envolvidos com a problemática ambiental. Indivíduos localizados naqueles setores considerados chave na formação de um núcleo mais orgânico e mais conseqüente de opinião pró-ambientalista. Os setores eleitos foram seis: empresários, parlamentares, técnicos governamentais, cientistas, militantes do movimento social ambientalizado e ambientalistas pertencentes ao movimento ecologista organizado estrito senso.

Duas categorias também consideradas chaves e que aparentemente não se acham contempladas com o recorte acima – a dos jornalistas e professores/educadores ambientais foram incluídas de modo não convencional. Explica-se: através da nossa percepção de que na verdade muitos indivíduos atuam em mais de um setor, elegemos para a entrevista, sempre que possível, pessoas que tinham comprovada influência na formação de opinião em mais de um setor. Dois exemplos colhidos da nossa amostra ilustram o que desejamos assinalar:

- Ambientalista transetorial: ao especializar-se em ecologia, começou a ministrar aulas na matéria. Foi presidente com cinco mandatos consecutivos de importante entidade ambientalista catarinense, que fundou "por influência do Dr. Paulo Nogueira Netto". Atualmente combina as atividades de vice-presidente da entidade, membro do Conselho Estadual de Meio Ambiente, professor universitário e gerente geral do Parque Ecológico Artex, uma unidade de conservação privada que mantém uma área de Mata Atlântica com 5,3 mil hectares.



- Parlamentar transetorial: formado advogado, começou a prestar consultoria jurídica numa associação ambientalista. Com o tempo, aprofundou-se na temática e fundou uma entidade que presidiu até entrar no PSDB e ser eleito Deputado Federal. Também atuou como advogado em várias associações civis, como a formada pelas Vítimas da Poluição de Cubatão e a Comissão de Direitos Humanos que ajudou a criar no âmbito da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). No parlamento, preside a Comissão dos Direitos do Consumidor, do Meio Ambiente e das Minorias.



Esse fenômeno, por nós intitulado de "trans-setorialismo", permitiu que alguns setores fossem agregados, ainda que perifericamente.

Foram então realizadas 90 (noventa) entrevistas, portanto 15 (quinze) por setor e posteriormente selecionadas 72 (setenta e duas) para análise. As três tabelas abaixo caracterizam a amostra:

**Tabela 1**  
**Características dos setores**

SETOR	COMPOSIÇÃO	ENTREVISTA
AMBIENTALISTAS	Presidente/vice-presidente, fundadores, coordenadores, conselheiros, etc., destas entidades: ACAPRENA, ADEA, AME, APANDE, APREMAVI, ASPAN, BIODIVERSITAS, Brigada Ecológica e União dos Ecologistas de Alagoas, Centro Norte Fluminense de Conservação da Natureza, GAMBÁ e ADFG/AT	12
TÉCNICOS GOVERNAMENTAIS	Esfera federal	5
	Esfera estadual	5
	Esfera municipal	2
CIENTISTAS	Biólogos	3
	Físicos	2
	Economistas	2
	Geógrafos	2
	Engenheiro agrônomo	1
	Historiador	1
	Zoólogo	1
MOVIMENTOS SOCIAIS	Movimento sindical	3
	Movimento de mulheres	2
	Movimento indígena	2
	Igreja católica e presbiteriana	2
	Movimento de negros	1
	Moradores atingidos por barragens	1
	Entidade de assessoria e movimentos populares	1
EMPRESÁRIOS	Líderes de associações empresariais	2
	Empresas distribuidoras de petróleo	2
	Química e petroquímica	2
	Papel/celulose	2
	Comunicação	2
	Construção civil	1
	Metalurgia	1
POLÍTICOS	Deputados federais (PSDB, PT, PSD, PC, PC do B)	5
	Deputados estaduais (PPS, PFL)	3
	Vereador (PT, PSB)	3
	Ex-deputado estadual (PV)*	1

\* As siglas correspondem às seguintes agremiações: Partido da Social Democracia Brasileira; Partido dos Trabalhadores; Partido Verde; Partido Socialista Brasileiro; Partido Comunista Brasileiro; Partido Popular Socialista; Partido da Frente Liberal.

**Tabela 2**  
**Composição sócio-demográfica da amostra**  
**(sexo, região, idade média, nível de instrução)**

	TOTAL (72)		AMBIENTA- LISTAS	TÉCNICOS GOVERNA- MENTAIS	CIENTISTAS	MOVIMENTOS SOCIAIS	EMPRE- SÁRIOS	POLÍTICOS
	na	%	12	12	12	12	12	12
<b>SEXO</b>								
Masculino	58	81	8	10	10	9	11	12
Feminino	14	19	4	2	2	3	1	10
<b>REGIÃO</b>								
Sudeste	57	79	5	9	10	11	11	11
Sul	8	11	3	3	-	1	1	-
Nordeste	4	6	3	-	-	-	-	1
Centro-oeste	2	3	1	-	1	-	-	-
Norte	1	1	-	-	1	-	-	-
<b>IDADE MÉDIA</b>			(45)	(45)	(55)	(45)	(45)	(45)
<b>NÍVEL DE INSTRUÇÃO</b>								
Superior	60	83	10	12	12	5	11	10
Não tem curso superior	3	4	1	-	-	2	-	-
Não discrimi- nam / só profissão	9	13	1	-	-	5	1	2

**Tabela 3**  
**Composição sócio-demográfica da amostra (instrução/área de formação)**

	TOTAL (72)		AMBIEN- TALISTAS	TÉCNICOS GOVERNA- MENTAIS	CIENTIS- TAS	MOVIMEN- TOS SOCIAIS	EMPRESÁ- RIOS	POLÍTICOS
	na	%						
			12	12	12	12	12	12
Nível superior	60	83	10	12	12	5	11	10
Engenheiros (civil, hidráulico, agrônomo, eletricista)	13	18	1	3	1	-	8	-
Biólogos	10	14	6	1	3	-	-	-
Cientistas sociais (sociólogos, cientista político, antropólogo)	5	7	-	3	-	2	-	-
Advogados	5	7	-	1	-	1	-	3
Historiadores	4	5	1	-	1	-	-	2
Geógrafos	4	5	-	1	2	-	1	-
Médicos	3	4	-	1	-	-	-	2
Economistas	3	4	-	-	2	-	-	1
Arquitetos	2	3	-	1	-	-	1	-
Físicos	2	3	-	-	2	-	-	-
Professores línguas	2	3	-	-	-	1	-	-
Outros (pedagogos, agrônomo, psicólo- gos, químicos, admi- nistradores de em- presas, advogados e administradores)	7	10	1	-	1	1	1	2
Não tem curso superior	3	4	1	-	-	2	-	-
Não discriminam/ só profissão (jornalistas, fotógrafos, outros)	9	13	1	-	-	5	1	2

*Sincronizando tempos e falas*

Uma vez presumido que os setores tinham ritmos e lógicas próprias e, o mais importante, questões específicas, desenvolvemos um roteiro básico de entrevistas, com temas que nos interessavam tratar de um modo geral, e acoplamos a esse roteiro seis outros com temas considerados de interesse específico de cada setor. Por exemplo, as perguntas sob o bloco temático “percepções acerca do RIO-92” foram feitas a todos os setores, mas as perguntas relacionadas à lógica da pesquisa científica, à contribuição específica do setor científico, pertencentes ao bloco “ciência e meio-ambiente” foram feitas aos cientistas e técnicos. Esta dupla orientação das entrevistas, uma parte voltada para uma tomada de opinião mais geral sobre determinados temas, e outra para temas particularizados, trouxe uma complexidade imensa para a análise, exigindo dois tipos de planilhamento de cada entrevista e depois de agregação dos dados gerais e por setor. Como resultado positivo permitiu-nos recuperar com clareza a lógica de cada setor e o grau de convicção/consciência que cada um apresenta, tomando como base as falas/idéias/teses de seus representantes.

A fim de medirmos, ainda que de maneira um tanto especulativa, o grau diferenciado de "consciência ecológica" que os setores deveriam possuir, arbitramos alguns gradientes e imaginamos um "continuum" onde os setores se posicionariam a partir de um sinal negativo (menos orgânico), em direção à positividade plena (mais orgânico). A relativização desses gradientes foi definida em função de um ideário ecologista, constituído de idéias-força e teses pinçadas da literatura de cunho militante existente, tanto no eixo que poderíamos chamar de técnico-científica, quanto no de caráter mais político. Seguem o ideário identificado e o gráfico que pudemos idealizar a partir da análise dos setores:

a) O ideário ecologista

- crença na "lei da entropia" e na unidade sistêmica do planeta Terra;
- crença nas teses de que a expansão biológica do ser humano (explosão demográfica), ocorrida sobretudo neste último século, levará inexoravelmente a uma maior diminuição dos recursos naturais, ainda que os problemas políticos relativos ao consumo desigual entre os povos e as nações sejam equacionados;
- crença na necessidade de se rever os padrões da interação homem-meio natural e postura radical contra uma "leitura" economicista/utilitarista do mundo e das relações entre os homens e entre estes e o meio biótico;

- crença na possibilidade de extinção da vida (pelo menos na forma em que a conhecemos) no planeta Terra e na necessidade de se forjar uma nova ética que tenha por valor fundamental a idéia de uma vida plena e integrada de todos os seres;
- crença na insustentabilidade do atual "modelo de desenvolvimento" adotado no ocidente, baseado na intensificação da produção e do consumo de bens que têm como matéria-prima recursos naturais;
- crença na idéia de que a chave do fracasso ou do sucesso da espécie humana estão em recuperar o "equilíbrio ecológico" através da "sustentabilidade" – significando isso a imediata redução das atividades agressivas/predatórias e a adoção de "processos limpos", mais econômicos em termos do consumo de energia e dos recursos não renováveis;
- crença na emergência de uma "sociedade planetária", na possibilidade, portanto, de se articular consensos entre sociedades ricas e centrais e sociedades pobres e periféricas, a fim de dar solução à crise ecológica que é vista como global;
- crença na idéia de que a "crise de civilização" por que passamos engendra necessariamente uma nova sensibilidade e/ou subjetividade que localiza no campo da cultura a força motriz da futura sociedade "orientada por e para os valores ecológicos";

b) Consciência ecológica/posição dos setores

**Quadro 2**

Políticos	Empresários	Mov. sociais	Cientistas	Técnicos	Ambientalistas
Gradientes: - demonstrou um maior nível de informação sobre meio ambiente; - repertório mais amplo de problemas ambientais; - idéias/ concepções mais orgânicas; - visão de mundo orientada					

## **Resultados gerais das duas pesquisas**

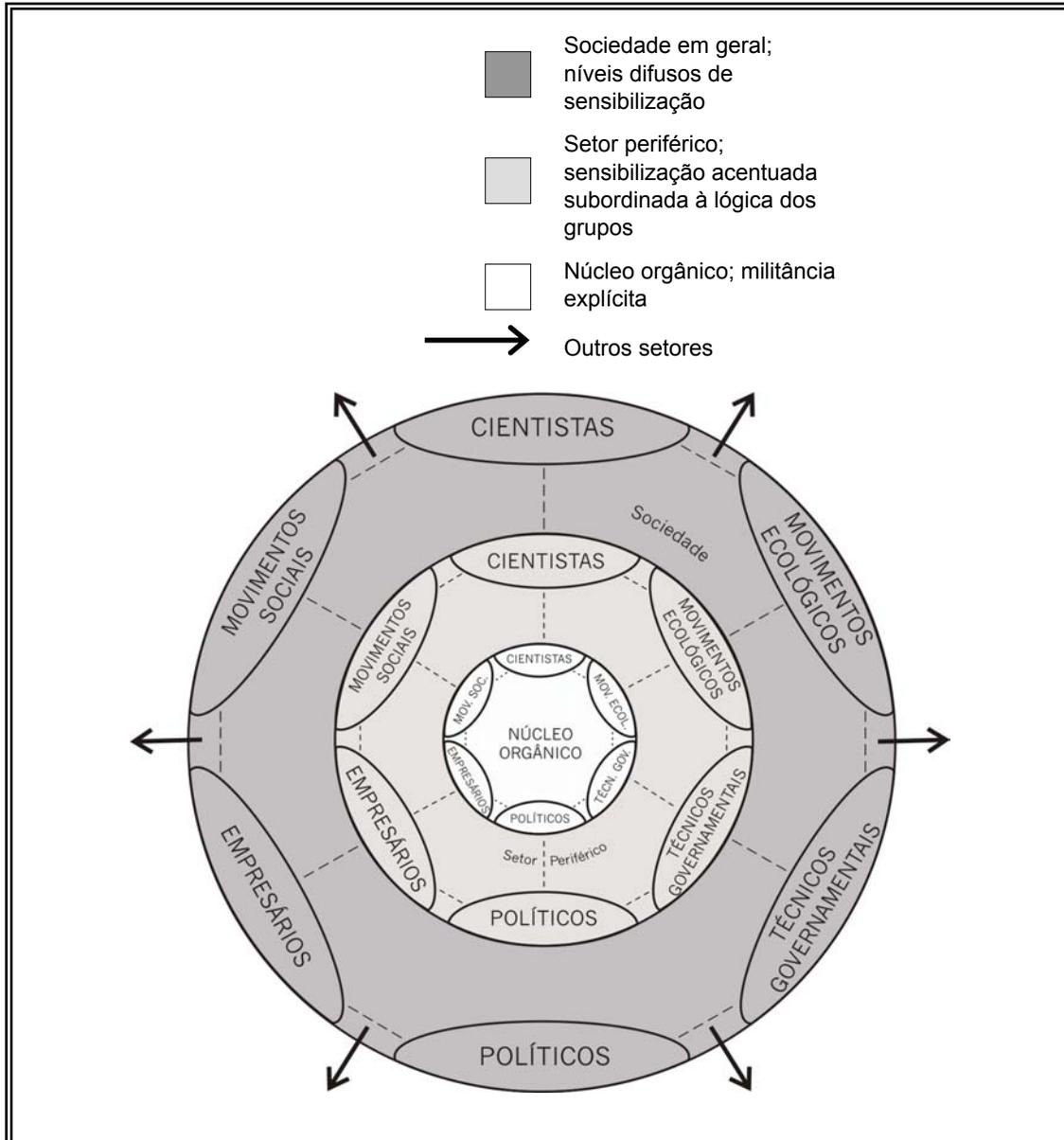
### ***1 - Da pesquisa qualitativa***

#### *Surge uma comunidade ambiental no Brasil*

Em termos mais teóricos, a pesquisa indicou que a convocação da Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, feita em 1987, logo após a publicação do Relatório Brundtland, intitulado "Nosso Futuro Comum", provocou a intensificação no Brasil, como no restante do mundo, dos debates e do interesse em torno dos problemas ambientais. A perspectiva da Conferência realizar-se no Rio – o que afinal aconteceu – acelerou o processo de incorporação da problemática no país, fazendo com que todos os setores prospectados realizassem maciços investimentos a fim de qualificar sua intervenção no debate que então se armava. A intensificação dos contatos entre os setores, com a realização de inúmeros seminários, encontros, tentativas de elaborar fóruns e documentos coletivos e até mesmo organismos de caráter associativo, imprimiu extraordinário dinamismo ao multissetorialismo, dando-lhe uma nova qualidade. Aumentou o número dos indivíduos trans-setoriais, capazes de fazer "pontes" entre os distintos setores, capazes de traduzir uma lógica na outra, de procurar consensos em discursos diferentes sobre o mesmo objeto e área de interesse. Tais fatos, relevantes, se pensados os seus impactos, nos permitiu concluir que ao multissetorialismo complexo começa a suceder uma "comunidade ambiental", ainda em estágio incipiente de formação. Esta comunidade, como sugere o quadro abaixo, é constituída, em primeiro lugar, de um "núcleo orgânico", formado por ambientalistas estrito senso, indivíduos dotados de alto grau de convicção e originários de todos os setores; e de um estrato periférico, também congregando indivíduos de todos os setores considerados na pesquisa.

Distinguir na amostra os que são "ambientalistas" dos "ambientalizados" foi fundamental para gradualizar o nível de interesse e domínio demonstrado entre os entrevistados pela problemática ambiental, além de permitir concluir que, à exceção dos setores "ambientalistas" e "técnicos governamentais", os indivíduos em processo de ambientalização, isto é, em fase de familiarização com o universo mental do ambientalismo (enquanto uma ideologia) são, em todos os setores, numericamente superiores aos ambientalistas. Indicou ainda, claramente, o seguinte fato: quanto menos ambientalizado o indivíduo é, mais seu discurso aparece atrelado à lógica do setor a que pertence: no raciocínio inverso, quanto mais convicto, menos o seu discurso aparece como setorial.

Quadro 3



Mas a conclusão de que já existe no país uma comunidade ambiental, ainda que incipiente, não se funda somente na identificação de indivíduos semelhantes e objetivos comuns. Também foi detectado pela pesquisa que essa comunidade ambiental constrói seus alicerces a partir de alguns fatores internos e externos à sua própria dinâmica.

Na qualidade de fatores externos, apontamos: a) legitimidade que a problemática ambiental vem alcançando nas sociedades desenvolvidas do ocidente e naquelas sob sua influência; b) um "caldeirão" cultural que proporciona uma conjuntura político-ideológica bastante favorável ao surgimento de novas utopias e projetos sociais; c) a ação concreta de organismos internacionais, no campo governamental (como a própria ONU), e não-governamental (como a GREENPEACE, a WWF e o WORLD WATCH INSTITUTE, por exemplo) que promovem uma discussão ampla sobre meio ambiente e desenvolvimento, resultando na convocação da "Earth Summit", com efeitos multiplicadores.

Como fatores internos, destacamos a difícil mensuração se tomado somente o curto prazo: a) competência técnica acumulada num período pouco superior a 20 anos do nosso ambientalismo "bissetorial", para usarmos a expressão cunhada por Viola (entidades ambientalistas e técnicos governamentais) que não deixou de se articular com alguns outros nichos localizados na universidade e em outros setores; b) a demanda criada pelas oportunidades profissionais e de militância que se abriram com a evolução da legislação e das regulamentações à atividade produtiva, no que se refere à "proteção ao meio ambiente"; c) a ampliação da qualificação político-ideológica (maior consistência, maior poder de influência) à medida que se generaliza o fenômeno acima mencionado do "transetorialismo". O "transetorialismo" é, em síntese, um maior contato entre os setores, operado por indivíduos/militantes transsetoriais, que a partir de sua dupla, às vezes tripla ou quádrupla inserção dinamizam objetivos comuns, apontam/realizam complementariedades e "costuram" alianças entre grupos e setores. Em nossa pesquisa, dos 72 (setenta e dois) entrevistados, 41 (quarenta e um) foram identificados como sendo ecologistas. Destes 41 (quarenta e um), 26 (vinte e seis) apresentavam a característica de serem indivíduos trans-setoriais.

#### *Perfil do ecologista brasileiro*

Ecologista ou ambientalista? Embora os dois termos sejam empregados como intercambiáveis pelos próprios ecologistas, alguns poucos entrevistados reagiram ao serem identificados como "ecologistas". Para eles, a palavra ecologista tem um sentido estigmatizante, vinculado à idéia de uma militância do tipo "xiita" (radical). No geral, contudo, ambientalismo/ecologismo, ambientalista/ecologista são usados como sinônimos.

Os ecologistas pertencentes ao núcleo orgânico da recém-constituída “comunidade ambiental” são das classes média e média-alta, nasceram e são moradores de centros urbanos, a maior parte está no sudeste do país. Eles têm entre 25 e 35 anos, cursaram um ou mais cursos superiores (é bastante comum a formação multidisciplinar) e militam pelo menos há dez anos no movimento ambiental brasileiro. Exercem um amplo leque de profissões liberais, porém destaca-se um amplo contingente de profissionais formados na área das chamadas ciências biológicas. Definem-se, no geral, como sócio-ambientalistas. O termo “sócio-ambientalismo”, na literatura especializada, serve para designar o fenômeno da ambientalização, entendida como uma sensibilização para com a problemática ambiental, dos movimentos sociais. Aqui, porém, e por menção espontânea dos próprios integrantes do movimento, e da comunidade, “sócio-ambientalismo” quer dizer que nossos ecologistas reconhecem a indissociabilidade entre o que seria a problemática social e a ambiental. Em termos das trajetórias individuais, os ecologistas mais velhos (mais de 50 anos), admitem terem “evoluído” de uma postura mais “conservacionista”, isto é, mais vinculada à defesa da fauna e flora, para outra que integra a preocupação com o desenvolvimento humano e que é nomeada “eco-desenvolvimentista” .

Não existe, pelo menos hoje, uma oposição clara entre “direita” e “esquerda” no interior do movimento da comunidade ambiental brasileira. O contraste básico entre as facções não é político no sentido tradicional, que separava capitalistas de socialistas. A diferença mais marcante está entre conservacionistas e ecodesenvolvimentistas (ou sócio-ambientalistas), demarcando fronteiras entre posições mais “naturistas” e mais “sociais”. Há um consenso generalizado de que o biocentrismo não é ecologicamente correto e que o ambientalismo deve superar a tentativa de ser uma ideologia de grupo, para propor-se como um amplo movimento de reforma social que tem por ambição contemplar/englobar todas as dimensões da realidade (natural, histórica, social e espiritual).

#### *Três gerações de militantes*

Aspectos culturais/geracionais dividem a militância ecológica brasileira em três grupos: os “ecodinossauros”, os “revolucionários” e os “holísticos”.

Os “ecodinossauros” têm mais de 55 anos, formaram-se no ambientalismo clássico (defesa de fauna e flora) e na cultura de entidades pioneiras. Embora a maioria tenha se atualizado e continue ativa – detendo, por seu lastro, grande poder no seio da comunidade – encontra dificuldade de partilhar da perspectiva holística e mais utópica das gerações mais jovens. Dois “ecodinossauros” típicos são os professores paulistas Paulo Nogueira Neto e Aziz Ab'Saber, dois “medalhões” do ambientalismo brasileiro situados no setor científico, mas com ampla atuação trans-setorial.

Os “revolucionários” têm idade entre 45 e 55 anos. São os forjadores de um “ambientalismo social”, quer numa vertente mais técnica ou política. A cultura do seu tempo levou-os a entender o ambientalismo como uma forma de questionamento, de espaço político para reivindicar justiça social e afirmar a cidadania. Referências clássicas do marxismo orientam o discurso/militância desse grupo que teve grande prestígio, no Brasil, no processo de redemocratização do país e de resistência à ditadura militar. Dois exemplos típicos desse grupo são o jornalista paulista Randau Marques e o sociólogo carioca Roberto Pereira Guimarães.

Os “holísticos” têm idade entre 35 e 45 anos e constituem, atualmente, o grupo que mais recruta adeptos, exercendo notável influência nos estratos mais jovens do movimento ambientalista. São herdeiros de uma cultura do desencanto, da “revolução epistemológica” provocada pela visão sistêmica e interacionista havida nas ciências da vida. Combinam, no seu discurso, várias tradições, às vezes contraditórias entre si, como fica expresso no fato de que o “holismo” que professam (a crença de que tudo está integrado, que o todo interage com as partes, e que isso ocorre seja na escala de um único ser, seja na escala do universo) tanto se fundamenta em teses científicas quanto em proposições de fé do tipo religiosa. Dois perfis típicos das hostes holísticas são o cientista social carioca José Augusto Pádua, atualmente militante de tempo integral no movimento internacional Greenpeace, recém aportado no Brasil, e o deputado federal de origem paulista, Fabio Feldmann.

## ***2 - Da pesquisa quantitativa***

Como o encarte especial publicado neste número de Opinião Pública traz o conjunto dos resultados destacáveis da pesquisa que fizemos com o IBOPE, nos deteremos somente em acentuar certas surpresas que a prospecção junto à população nos trouxe e alguns dados que implicam em rever, ou ver com mais cuidado, algumas teses acerca da consciência ambiental do brasileiro médio.

*Para o brasileiro, ecologia é sinônimo de natureza e o desmatamento é o principal problema ambiental*

Foi apresentada aos 3.650 entrevistados da pesquisa uma lista de 15 elementos que compõem o meio ambiente. Metade dos entrevistados incluiu no máximo 06 itens. Somente 8%, pertencentes aos estratos de perfil educacional mais alto, citaram todos os elementos. Menos de 20% demonstraram ter noção de que as cidades, favelas etc., são meio ambiente também. Isso tem consequências

evidentes se pensarmos que mais de 70% da população brasileira vive nas cidades, e que grande parte das políticas públicas de preservação referem-se à proteção ambiental em meios urbanos. Também o fato de 40% dos entrevistados terem apontado o desmatamento como o principal problema ambiental, revela a dominância de uma consciência ecológica de cunho “naturista”, até certo ponto ingênua, uma vez que a falta de esgotamento sanitário e de água potável, segundo os técnicos e cientistas, se constitui hoje no principal problema ambiental brasileiro. De acordo com estes mesmos técnicos, somente 8% da população usufruem hoje dos benefícios do saneamento básico.

*A população não conhece os ambientalistas e não faz distinção entre governo e “sociedade civil”*

Somente 8% dos entrevistados foram capazes de citar um nome de entidade ambientalista. Ainda assim, poucos fizeram distinção entre agências governamentais de proteção e fiscalização, tipo IBAMA (a mais citada), SEMAs, etc., e as chamadas entidades da sociedade civil. Destas últimas, a maior parte das menções foi para as estrangeiras, GREENPEACE e WWF, em particular graças talvez ao marketing e a mídia televisiva que dá suporte às suas campanhas. Estes dados, obtidos às vésperas da RIO-92 (a prospecção foi realizada em janeiro) são inquietantes, pois a cobertura da mídia em cima da temática ambiental foi intensa no período. Além disso, indicam que será necessário às ONGs ambientalistas um esforço de comunicação com a sociedade maior, no sentido de legitimar sua ação e obter as adesões necessárias à ampliação de sua influência.

*Os brasileiros vêm com simpatia a cooperação de estrangeiros*

Enquanto a pesquisa qualitativa com os formadores de opinião revelou que nossas elites vêm com desconfiança o interesse do mundo desenvolvido pela Amazônia e recusam qualquer tipo de ingerência externa no tratamento de nossos problemas ambientais, a maior parte da população, ao contrário, é simpática à idéia de um gerenciamento internacional de áreas consideradas de interesse da humanidade, com 91% dos entrevistados posicionando-se a favor desse gerenciamento e 78% aprovando a criação de um tribunal internacional com o fim de punir crimes ecológicos. Essa predisposição demonstrada pela população em aceitar discutir e até mesmo concordar com um monitoramento internacional, em se tratando de questões ambientais, entra em perfeita sintonia com a tese

ambientalista de que a crise ambiental é planetária, tem efeitos globais e que, portanto, não pode ser tratada nos moldes em que os estados nacionais costumavam tratar, zelando por um conceito de soberania já defasado, incapaz de responder à realidade histórica e política de nossos dias. Mostra ainda que esse "gap" entre o que a população pensa e a ação de nossas elites pode significar uma considerável falta de base política a certas políticas ditas públicas, porém de fato gestadas em gabinetes onde opinam somente os lobistas dos setores dirigentes.

*Brasileiros são a favor do controle da natalidade*

Três perguntas do questionário, formuladas com proposições alternativas, tentaram prospectar a opinião do brasileiro com respeito ao controle de natalidade /planejamento familiar. O interesse da pesquisa nessa temática prendeu-se ao fato de que o crescimento populacional é considerado, entre os ecologistas de um modo geral, como uma das grandes ameaças que pesa sobre o equilíbrio ecológico do planeta. Enquanto nos anos sessenta/setenta o crescimento populacional foi tratado sob a ótica de se conseguir a estabilidade política e a prosperidade econômica (criação de empregos, maiores oportunidades de educação e de qualificação para o trabalho, necessidade de planejar os investimentos públicos), neste final de século e no próximo, a preocupação é deter o avanço de contingentes populacionais sobre as últimas reservas de recursos existentes. Essa discussão causa paixão e controvérsias entre uma posição que seria típica do norte (mundo desenvolvido) e outra do sul, na qual o Brasil estaria incluído.

Contudo, enquanto os gestores de políticas públicas ligadas ao controle populacional (que nunca foi explicitamente assumido pelo Estado brasileiro) pensa que o Brasil já passa por uma transição demográfica e os grupos ligados aos direitos reprodutivos mostram os números do sucesso da política tolerada de esterilização de mulheres no país, o que pensa nossa população? Do total dos consultados, 68% aprovam a criação de incentivos para limitar o número de filhos. Em cada 10 pessoas ouvidas, 7 concordam em que se deve planejar o número de filhos, não só considerando a própria situação de vida mas também o problema da superpopulação da Terra. Esta opinião é mais acentuada entre as mulheres que trabalham e na faixa etária que vai de 26 a 40 anos. Surpreendentemente, enquanto a maioria de nossa população seja considerada católica, o índice mais relevante de desaprovação no que se refere à limitação de filhos está entre os que se declararam protestantes, nos grupos mais idosos e entre os moradores de área rural.

*Disposição para sacrifícios*

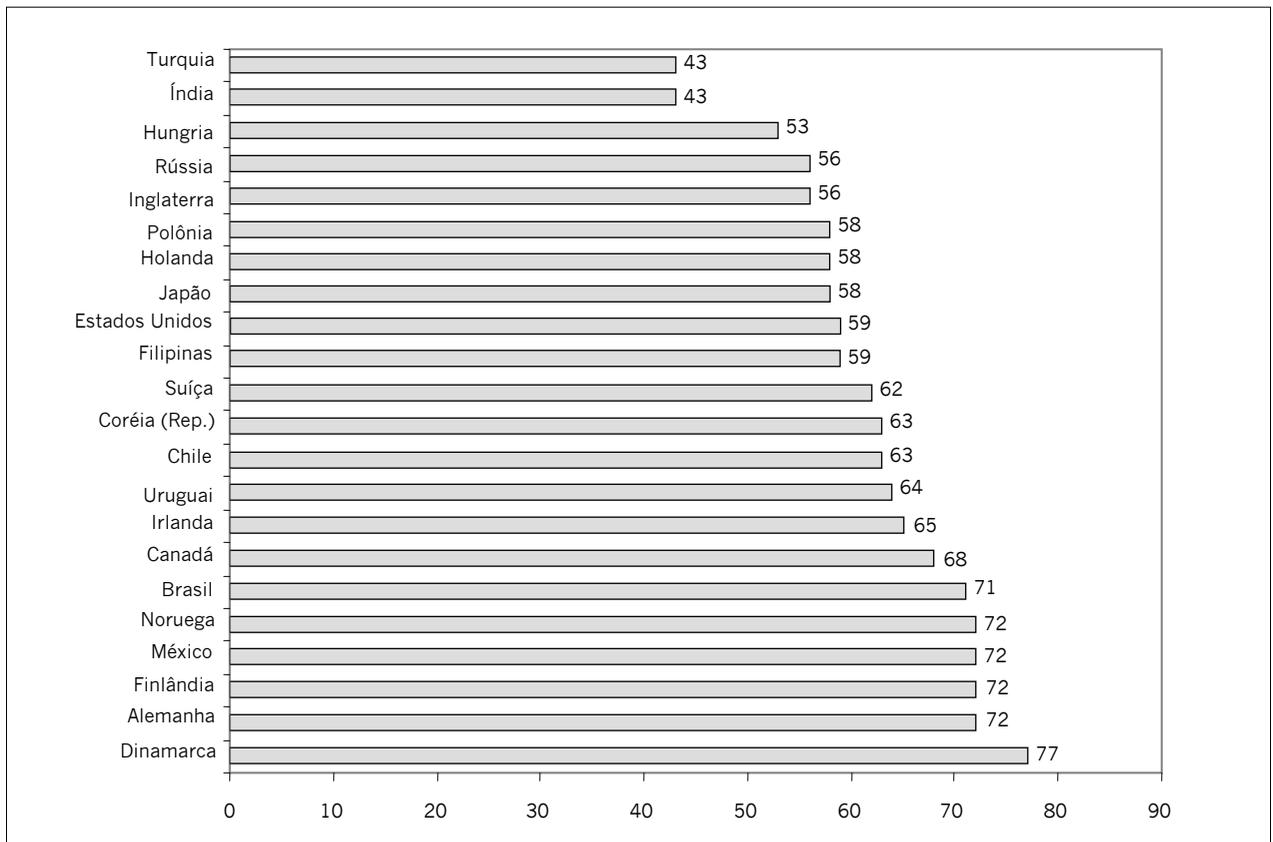
Quando perguntados sobre seu interesse no tema e sobre as motivações que os levaram a declarar-se a favor de um maior rigor na aplicação de penalidades aos poluidores, degradadores do meio ambiente de um modo geral, os entrevistados demonstraram, principalmente entre os estratos populacionais mais instruídos, um bom nível de informação acerca dos chamados problemas ambientais, sabendo identificá-los e relacioná-los às questões de saúde e qualidade de vida. Em termos da aferição de uma consciência ecológica mais consistente, porém, é muito importante verificar até que ponto as intenções tendem a virar ação concreta. Deste modo, um item fundamental em pesquisas deste tipo refere-se à disposição que os indivíduos demonstram para fazer sacrifícios que tanto podem estar ao nível da mudança de hábitos, quanto em pagar/gastar mais, a fim de apoiar certas iniciativas e/ou políticas. Foi mostrado aos entrevistados um repertório de alternativas que podiam ser adotadas em favor da melhora do meio ambiente e solicitado que escolhessem três, por ordem de importância. A primeira foi “coleta seletiva de lixo”, reunindo 59% das opções, seguida da “escolha de produtos industriais que não prejudicam o meio ambiente” – 55%. “Redução no consumo de energia” e “participação de mutirão” e ações como a de reflorestar encostas, etc., obtiveram, cada uma, 38% das escolhas. Uma coisa aparentemente simples como “regular o motor do carro” e “pagar uma taxa extra para saneamento” tiveram, respectivamente 19% e 17%. Deixar de usar o carro uma vez por semana, apareceu com o percentual de apenas 14%.

Pesquisas internacionais mostram que a disposição para sacrifícios, ainda mais quando os mesmos significam maior comprometimento do orçamento familiar, tende a diminuir em épocas de recessão econômica, e que o interesse pela temática ambiental é secundarizado no leque das prioridades. Este padrão, no entanto, é confirmado contraditoriamente em pesquisas feitas em países do terceiro mundo onde, sabidamente, os problemas econômicos são graves e a pobreza cresce em vez de diminuir. Quando colocados numa grade maior de problemas como inflação, desemprego, violência, etc., os de ordem ambiental ficam bastante relativizados, atingindo *scores* baixos.

Contudo, perguntas como as que implicam escolher entre crescimento econômico mais lento e menos degradação ambiental, têm obtido respostas surpreendentes em países como o Brasil, México, Turquia, Índia, etc. Pesquisa realizada em 22 países pelo Gallup International Institute (Health Planet Survey) realizada praticamente no mesmo período da nossa, revelam diferenças desprezíveis entre o que seria uma resposta-padrão de países do norte e a do sul. (Quadro 4)

**Quadro 4**  
**Meio ambiente vs crescimento econômico**

Porcentagem dos que escolheram proteger o meio ambiente contra o crescimento econômico



*Os brasileiros acreditam nos meios de comunicação e é a televisão quem faz a sua cabeça*

Finalizando esta exposição dos dados mais genéricos da pesquisa, foi surpreendente constatar que, mesmo entre os estratos de perfil educacional mais altos, independentemente do sexo e da idade, e até mesmo de localização regional, o brasileiro informa-se mesmo pela televisão: 35% das menções no grupo sem instrução formal e 82% no segmento de nível superior. De um modo geral, a população crê no que a mídia (televisiva, radiofônica ou escrita) divulga, pois 43% dos entrevistados declararam que “os meios de comunicação noticiam mais verdades que mentiras” e 14% “só verdades”. Ainda assim, 28% do estrato que se

situa no patamar educacional mais baixo (primário incompleto e completo) não souberam citar, quando perguntados, nenhum meio de informação. Estes dados sobre a influência da mídia na divulgação da temática ambiental colocam como uma questão chave para o pesquisador da consciência ecológica do cidadão um levantamento de como a imprensa e os meios de comunicação têm, de um modo geral, tratado do assunto. Dever-se-ia essa visão “naturalizada” do meio ambiente ao tipo de enfoque que é dado pela mídia? Têm os meios de comunicação pautado os problemas brasileiros ou privilegiado os ditos “grandes problemas”, de ordem mais abstrata ou complexa para o cidadão comum, como os que se relacionam à diminuição da camada de ozônio, às alterações climáticas, etc.? No mínimo, os dados obtidos mostram a imensa responsabilidade da imprensa eletrônica na formação de uma opinião acerca dos problemas ambientais e da necessidade de outros meios aumentarem a eficácia de suas ações. Os problemas do desmatamento e das queimadas, por exemplo, explodiram na mídia brasileira somente após “acontecer no New York Times”.

### **Comentários finais**

*A quem os formadores de opinião estão formando?*

Ainda que não haja comparabilidade direta entre as duas pesquisas (quantitativa e qualitativa), é possível contrastá-las e perceber como indicador mais relevante a distância, o quase divórcio existente entre o pensamento de nossas elites e o do cidadão comum. Por exemplo, enquanto nossos formadores revelam com suas opiniões um vínculo forte com ideologias que estão sendo hoje contestadas mundialmente (o nacionalismo, o desenvolvimentismo, etc.), o brasileiro médio apresenta uma clara disposição para enfrentar estes assuntos de outro modo. De maneira alguma parecem compartilhar das teses informadas por uma “visão conspirativa” de que os interesses internacionais estão “mexendo os seus pauzinhos” para dominar a Amazônia e expropriar os brasileiros de suas reservas de recursos, idéia expressa em muitos artigos nos jornais e também defendida por uma parte significativa da amostra de formadores considerada em nossa pesquisa.

Não é difícil imaginar a surpresa de governantes e gestores de políticas públicas, caso fosse necessário, em algum futuro próximo, recorrer à prática plebiscitária, para resolver determinados problemas em relação à Amazônia. Mas essa distância a que nos referimos, não se revelou somente neste assunto. Há uma desintonia clara entre o povo e as elites, se assim quisermos generalizar, entre

temas tão importantes como controle populacional, quem é responsável pela proteção do meio ambiente, percepção dos problemas ambientais mais graves, sobre a maneira de tratá-los, concepção de meio ambiente, etc. Evidentemente, pode-se afirmar que os cidadãos brasileiros não têm informação suficiente e, portanto, têm opiniões equivocadas ou “ingênuas”. Ainda assim o problema permanece, pois o cidadão comum vota e vive uma vida concreta, exercendo uma “política do cotidiano”, no que respeita à sua relação com o meio ambiente.

*O necessário diálogo entre as várias pesquisas*

Conquanto as pesquisas geradas pelo projeto *O quê o brasileiro pensa da ecologia* componham o material mais completo até agora produzido em termos de opinião no Brasil sobre meio ambiente, uma série de outras pesquisas surgiu, por época da Rio-92 e muitas das questões se superpõem, criando a necessidade de se comparar resultados. Pensamos especialmente em duas pesquisas realizadas pelo Gallup, a primeira internacional, já mencionada, e a segunda nacional, levada a cabo em julho de 1992, posterior ao levantamento de dados e mais próxima à Conferência. Com amostragem diferente da nossa, pois só prospectou meios urbanos, esta última pesquisa reafirma uma série de dados por nós obtidos, trazendo uma série de índices muito próximos aos que nossa pesquisa apresenta. Isto se deu especialmente em três questões cobertas por ambas as pesquisas. Nas duas ficou patente que o brasileiro é bastante simpático à idéia da criação de um organismo internacional de controle do meio ambiente e que inclusive monitorasse/ submetesse o governo de nosso país. O mesmo se dá na redução/utilização de parte da dívida externa para projetos de proteção ambiental. Também se auto avaliando, nas duas pesquisas o brasileiro se considera pouco informado sobre as questões ambientais. E, finalmente, nas duas pesquisas é superior a 50% o índice de entrevistados que se declararam dispostos a abrir mão de conforto e até mesmo de emprego se isso significar melhoria da qualidade de vida ambiental. São indicadores por si só curiosos, instigantes e que já apresentam acúmulo suficiente no sentido de sustentar análises mais ambiciosas.

*Foram atingidos os objetivos das pesquisas?*

Se pensarmos que as pesquisas empreendidas (qualitativa e quantitativa) são apenas um dos suportes, em termos de material empírico, para se proceder uma análise sobre o estágio da consciência ambiental brasileira, sobre o seu conteúdo e perspectiva, é mais do que evidente que seus objetivos foram cumpridos. Pois em nenhum momento, como a própria configuração do programa o demonstra, as pesquisas funcionam como o único material sobre o qual as conclusões serão tiradas. cremos, contudo, e aí pode residir a grande funcionalidade das pesquisas desse tipo, que além dos objetivos acadêmicos que venham a ser cumpridos no médio e longo prazos – pois os bancos de dados ficam disponíveis e podem gerar um número indefinido de outras pesquisas – as mesmas, abstraídos os aspectos absolutamente conjunturais, apresentam quadros da realidade social que podem ser apropriados por variadas agências. Só para exemplificar, embora possivelmente o Partido Verde não tenha encomendado nenhuma pesquisa de opinião, e talvez lhe falte até recursos financeiros para isso, as duas pesquisas realizadas pelo programa *O quê o brasileiro pensa da ecologia* fornecem dados suficientes para subsidiar diagnósticos e futuras estratégias de ampliação de sua influência. cremos, igualmente, que os dados acerca de como os cidadãos brasileiros das camadas de nossas elites, ou das camadas médias da população, vêem o papel/desempenho do Estado/Governo são suficientes para, no mínimo, gerar uma boa discussão seja naquele setor, seja no âmbito da sociedade civil. Enfim, além dos estritos subsídios de ordem acadêmica, além da configuração temática, as pesquisas estão aí e têm muito a dizer aos interlocutores inteligentes sobre um Brasil que vai se desvendando cada vez mais: que vai, como dizia o músico/poeta Cazusa, “mostrando a sua cara”.

# *Desenvolvimento, meio ambiente e políticas públicas*

---

**Leila da Costa Ferreira**  
Universidade Estadual de Campinas

---

## **Resumo**

Este artigo resume alguns dos processos sociais e econômicos que caracterizam a importância da questão ambiental no Brasil.

**Palavras-chave:** meio ambiente, urbanização, políticas públicas

## **Abstract**

This article summarizes some of the social and economic processes that mark the importance of the environmental issue in Brazil.

**Keywords:** environment, urbanization, public policy

Apoiado num conjunto bastante amplo de trabalhos realizados nos últimos dez anos, Hirschman (1986) apontou que, no bojo da recente situação de profunda crise da América Latina, “deveria ser de fato uma revelação surpreendente para a maioria dos leitores dos relatórios correntes sobre o continente, o fato deste ter tido (depois da II Guerra) seus ‘anos gloriosos’”, ou seja, um período relativamente longo de elevadas taxas de urbanização e industrialização sem precedentes, de mudanças nas estruturas demográficas, sociais e ocupacionais e, inclusive, de melhorias no desempenho de alguns indicadores sociais globais, cuja contrapartida foi, em muitos dos países da área, o crescente endividamento externo e a ocorrência de ciclos autoritários.

Como mostram diversos trabalhos na área, o Brasil – com reservas, especificidades e perversidades do caso – não constitui uma exceção (FARIA, 1983, 1988 e 1991). Entre 1945 e 1980, a sociedade brasileira conheceu taxas bastante elevadas de crescimento econômico e sofreu profundas transformações estruturais. Ficou para trás a sociedade predominantemente rural, cujo dinamismo fundava-se na exportação de produtos primários de base agrícola, e emergiu uma complexa e intrigante sociedade urbano-industrial.

### **Urbanização e desenvolvimento**

Essas transformações e esse dinamismo, bem como suas peculiaridades perversas, manifestaram-se de forma notável na estruturação do espaço urbano.

Do ponto de vista ecológico e demográfico, os dados disponíveis atestam a velocidade, extensão e profundidade dessas mudanças no que se refere ao processo de urbanização. Alimentadas, pelo menos até o final da década de 1960, por elevadas taxas de crescimento vegetativo e durante todo o período por crescentes fluxos migratórios do campo para a cidade, a população urbana que em 1950 mal atingia a cifra de 18 milhões de habitantes – 36% da população total –, em 1980 atinge 80 milhões – mais de 50% da população total (IBGE, 1980).

O processo de urbanização brasileiro apresenta, segundo Faria (1991), uma dupla caracterização: por um lado, concentra grandes contingentes populacionais – em termos de tamanho absoluto – em um número reduzido de áreas metropolitanas e grandes cidades, como Rio de Janeiro, São Paulo e outras áreas metropolitanas, e capitais regionais; por outro lado, alimenta o crescimento da população urbana de um grande e crescente número de cidades de diferentes tamanhos, que se integram num complexo padrão de divisão territorial do trabalho social entre o campo e a cidade, e entre as cidades.

Disso vem resultando um sistema urbano dinâmico e crescentemente integrado sob o comando funcional das áreas metropolitanas nacionais de São Paulo e Rio de Janeiro. Neste sistema, em trinta anos, surgiram 386 novas cidades com mais de 20.000 habitantes.

Essas características deixam entrever a complexidade dos processos subjacentes à transformação social e ambiental. Os processos ocupacionais e sociais que tiveram lugar associados a essa urbanização vigorosa deixam de confirmar tanto as hipóteses da *overurbanization*, como aquelas da teoria da modernização e dos estágios lineares de desenvolvimento.

Segundo trabalhos realizados (KOWARICK, 1974; SINGER, 1978; OLIVEIRA, 1984), esses processos produziram resultados contraditórios sobre a dinâmica da estrutura ocupacional urbana.

Com as variações cíclicas que lhe são intrínsecas, a expansão capitalista no Brasil – ao contrário do que fora previsto pela hipótese da *overurbanization* – teve força dinâmica suficiente para criar um volume considerável de novos empregos na indústria de transformação, nos transportes, na produção de energia e em outras atividades correlatas, na construção civil, nas telecomunicações e no comércio moderno, nos serviços de intermediação financeira e de apoio às atividades produtivas, desenvolvendo as ocupações modernas e diferenciando a estrutura social urbana.

Contudo, esse dinamismo foi aliado às características do modelo de desenvolvimento com exclusão, que expandiu-se e acentuou no mundo urbano brasileiro o contingente de subempregados, expostos às incertezas de um mercado de trabalho dinâmico e instável.

Desse duplo processo resultou uma estrutura social urbana, ao mesmo tempo diferenciada e segmentada, qual seja, estratos ocupacionais de rendas muito elevadas, que embora numericamente reduzidos dispõem de grande poder de compra e influência política e social, e a massa de subempregados pobres.

No final dos anos 1980, o sistema urbano e as cidades brasileiras, do ponto de vista de sua organização espacial, expressam esse processo contraditório. Dentro das cidades – e quanto mais complexa for sua estrutura ocupacional e social – acentuou-se a segregação espacial e generalizou-se a existência de periferias urbanas, antes triste privilégio dos grandes centros.

Todo esse processo não poderia ter ocorrido sem que grandes deslocamentos espaciais de população tivessem acontecido e sem que houvesse importante mobilidade estrutural. Houve deslocamento do campo para a cidade, das cidades pequenas para as cidades grandes e de todos os lados para as áreas metropolitanas de maior porte.

Em resumo, a sociedade urbana brasileira resultante do processo de crescimento, urbanização e mudança dos últimos 30 anos apresenta-se estrutural-

mente como uma sociedade complexa, espacial, ocupacional e socialmente diversificada, unificada mas heterogênea, segmentada e, sobretudo, profundamente desigual.

Também no Brasil, o desenvolvimento do mercado de consumo individual e da oferta de bens e serviços de consumo coletivo constitui a outra face da sociedade urbana. A expansão desse mercado esteve na base do processo de crescimento da economia brasileira, disseminando-se os padrões ideais de comportamentos típicos da classe média consumidora. Nesse processo vem desempenhando papel importante a notável expansão dos meios de comunicação de massa (ORTIZ, 1988) – em especial, do rádio e da TV, que têm influenciado decisivamente na transformação do universo cultural nessa direção.

No que diz respeito ao consumo coletivo, desenvolveu-se a oferta desses bens por parte do Estado, em seus diferentes níveis de governo. Essa expansão, contudo, não só se deu de forma bastante desigual entre os vários setores como produziu-se através de formas muito diferentes, dependendo de modalidades várias de financiamento e de articulações diversas entre o setor público e o setor privado.

Além disso, o esquema adotado de articulação entre os setores público e privado produziu, em alguns casos, grandes distorções na oferta dos serviços, permitidas pela falta de controle democrático. No setor saúde, por exemplo, incentivou-se a expansão dos serviços de medicina curativa, com propensão ao uso de alta tecnologia e da medicina hospitalar, em detrimento das ações básicas de medicina preventiva. No setor previdenciário, o clientelismo político e a ineficiência administrativa prevaleceram. Na educação, houve expansão quantitativa com queda de qualidade. Na habitação, no transporte coletivo de massa e no saneamento básico, os avanços foram ainda menos significativos (FARIA, 1988; JACOBI, 1989).

### **Desenvolvimento, urbanização e meio ambiente**

Neste sentido, as cidades brasileiras sofrem simultaneamente os problemas dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Isso é mais especificamente perceptível no caso da maior metrópole, São Paulo (HOGAN, 1992): industrialização dispersa, poluição do ar e da água, agravamento dos problemas respiratórios e intestinais. Com o descompasso entre o crescimento da cidade e a infra-estrutura sanitária, os problemas seculares de saúde não foram resolvidos. Ao contrário, eles encontraram novas fontes de propagação no meio urbano industrial. De fato, os problemas ambientais das cidades modernas são combinados com aqueles do subdesenvolvimento. A partir do relatório Meadows (1973) foi possível reconhecer que o desperdício e a poluição deixaram de representar apenas um problema referente às condições de vida e de consumo das populações humanas, mas que diz respeito à própria base de reprodução da esfera produtiva.

Sem qualquer penetração junto ao Estado, ao empresariado, no âmbito de outros movimentos sociais, outros foros de participação política ou instâncias significativas de decisão, os ecologistas radicais apontavam como alternativa para a saturação ecossistêmica global um tipo de ação política capaz de responder a simultâneas orientações, no sentido da apropriação dos recursos naturais, das tecnologias brandas, buscando a autonomia no eixo da economia, da ciência e da vida cotidiana (ILICH, 1976; GORZ, 1976; DUPUY, 1980; ROSZAK, 1985)

Somente a partir do Relatório Brundtland (WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT, 1987) o debate em torno do campo de relações estabelecidas entre estilos de desenvolvimento e qualidade dos sistemas naturais demonstra alguns sinais de que alcançou um novo patamar. Independente de seu conteúdo ou dos posicionamentos políticos que coloca, o esforço da Comissão Mundial de Meio Ambiente das Nações Unidas expressa o resultado de uma nova tendência. Depois de vinte anos de discussões e mobilização política, a questão ambiental é introduzida nos debates sobre política econômica, relações internacionais e outros circuitos de difícil penetração.

No que diz respeito à América Latina e ao Caribe, essa tendência se repete. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em conjunto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) trouxeram o debate internacional para a perspectiva regional, apontando as peculiaridades e dificuldades de compatibilização das políticas ambientais e dos programas de desenvolvimento em países do Terceiro Mundo. Diz o documento:

"O desafio é elaborar uma estratégia de desenvolvimento que leve em consideração o vínculo entre pobreza e desenvolvimento. Na nossa região (...) a pobreza é causa e efeito da deterioração ambiental. Os anos 80 representaram para a região uma 'década perdida', pois em um número considerável de nossos países a receita se reduziu a níveis de uma, duas e até três décadas atrás. Nesse contexto, a recuperação do crescimento e do desenvolvimento é uma condição necessária que deve ser atendida para fazer frente a problemas ambientais prementes" (PNUD; BID, 1991).

Os parâmetros do debate ambiental brasileiro mudaram em 1990; já não se fala mais de proteção ambiental independente do desenvolvimento econômico, sendo o eixo estruturador do debate a preocupação em como atingir um novo estilo de desenvolvimento que interiorize a proteção ambiental.

Independente do fato de que alguns setores (majoritários) usem a expressão *desenvolvimento sustentável* e outros rejeitem-na, todos concordam que o Brasil precisa crescer. Desse modo, esboça-se uma outra perspectiva no debate, sobre quais atores seriam os principais responsáveis pela busca de um estilo de desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente sustentável: os atores estatais, a sociedade civil, o mercado?

No contexto nacional deve-se levar em conta a defasagem entre os níveis do discurso, dos comportamentos individuais e institucionais e o da política pública.

A importância da questão ambiental, em sua diversidade de aspectos e opiniões, está hoje bem estabelecida ao nível do discurso, nos formadores de opinião e no conjunto da população que se considera bem informada; onde se destaca que a grande maioria é favorável a uma relação equilibrada entre desenvolvimento e meio ambiente (CIMA, 1991).

A pesquisa nacional "O que o brasileiro pensa da ecologia" realizada pelo IBOPE (ver encarte *Tendências* deste número), demonstra que 59% dos entrevistados discorda totalmente de estarem dispostos a conviver com poluição, mesmo se isto trazer mais empregos. Além disso, 57% dos entrevistados discordam totalmente que o conforto que o progresso traz para as pessoas seja mais importante do que preservar a natureza. Salienta-se ainda que mais de 50% dos entrevistados não acreditam que a questão ambiental seja uma moda passageira.

Entretanto, mais de 50% dos entrevistados acreditam que não podem fazer muito para ajudar a preservar o meio ambiente, demonstrando que a questão ambiental no Brasil ainda encontra-se defasada entre a retórica e a nossa realidade cotidiana.

A importância discursiva da questão ambiental traduziu-se numa legislação comparativamente avançada, porém os comportamentos individuais estão muito aquém da consciência ambiental presente no discurso.

De certa forma, o mesmo acontece com muitas das entidades do ambientalismo, que em sua prática organizativa não revelam abertura e capacidade suficientes para viabilizar os compromissos assumidos discursivamente, como critérios de eficiência energética, reciclagem de materiais, redução do consumo suntuoso e participação em tarefas de limpeza ambiental (VIOLA, 1992).

As políticas públicas estão hoje a meio caminho entre um discurso atualizado e um comportamento social bastante predatório, onde, por um lado, as políticas públicas têm contribuído para o estabelecimento de um sistema de proteção ambiental no país mas, por outro, o poder público é incapaz de fazer cumprir aos indivíduos e às empresas uma proporção importante da legislação ambiental (FERREIRA, 1992).

Há, no Brasil, uma grande diferença entre a realidade e a retórica traduzida numa legislação ambiental que acompanha a experiência internacional e possui novos instrumentos extremamente sofisticados. Entretanto, as condições de real aplicação são ainda extremamente restritas.

As características da conjuntura internacional (a supervisão da ordem internacional por parte dos países centrais, através de severas políticas de regulação e homogeneização) não permitem imaginar saídas para o impasse do modelo de desenvolvimento fora de propostas de grande legitimidade internacional (FERREIRA, 1993).

Diante do processo de globalização da economia (IANNI, 1992) e mundialização da cultura (ORTIZ, 1992), a aplicação de modelos de desenvolvimento baseados em indicadores agregados e homogeneizantes representa uma perspectiva inquietante, se levarmos em conta os limites físicos da biosfera. Somente novas categorias analíticas ajustadas a um novo acordo social permitiriam visualizar saídas para o impasse atual.

Paeheke (1989) ressalta a importância do ambientalismo como uma alternativa ao neoconservadorismo e às políticas tradicionais de esquerda.

Este enfoque dá ênfase ao ambientalismo como movimento histórico (PAEHEKE, 1989; MACCORMICK, 1989; LESTER, 1989; TOURAINE, 1984) e parte da contextualização de que as organizações não governamentais dedicadas à proteção ambiental são parte de um movimento mais amplo que inclui outros movimentos sociais caracterizados por outros objetivos, mas que incorporam a dimensão ambiental: setores do empresariado cujos sistemas produtivos preenchem em medida significativa o critério da sustentabilidade; setores da estrutura estatal (particularmente das agências de meio ambiente) que consideram a proteção ambiental como uma dimensão fundamental da ação de governo; agências intergovernamentais orientadas pela sustentabilidade; e grupos e instituições científicas cujo esforço de pesquisa coloca-se no rumo da sustentabilidade.

Neste sentido, um parágrafo apenas seria suficiente para conter o campo hipotético que norteou o presente artigo.

Apesar das políticas ambientais formuladas e implementadas no país restringirem-se, na maior parte das vezes, aos aspectos preservacionistas da questão ambiental, localizarem-se nas áreas mais degradadas do país, e estarem totalmente desvinculadas das demais políticas governamentais, estes atores estatais serão fundamentais para as possibilidades de implementação de um novo estilo de desenvolvimento.

Entretanto, a incerteza quanto ao resultado das disputas dos diversos atores em duelo na cena ambiental complementa-se em seu oposto: a convicção que ainda estamos construindo uma sociedade democrática.

Um contexto político como o brasileiro recomenda muito cuidado com "as certezas", mas é possível identificar sinais de preocupação com a cena ambiental.

O campo de interesse pró-ambiental adquiriu uma enorme complexidade nos últimos anos e exige uma combinação capaz de tornar produtiva a coexistência de conservacionistas, movimentos sociais e outros atores envolvidos com a problemática, de maneira que potenciais aliados não se anulem na prática ou sejam compelidos a ações meramente corporativistas.

O primeiro desafio seria atrair a capacidade militante dos ecologistas para a compreensão de que a mobilização política agora é mais ampla e abrange escolhas políticas e sociais para o país. Sua participação neste sentido é fundamental porque traz para os movimentos sociais clássicos, questionamentos que caminharam juntos com o crescimento do ambientalismo e que significam, na essência, um pleito de mudança no estilo de desenvolvimento e uma semente de práticas políticas alternativas.

O segundo desafio seria para alguns setores dos movimentos sociais, aceitar uma ampliação de horizontes e parceiros na busca de equidade e justiça, o que significa abrir-se realmente, para debater novos conceitos, abordagens, metodologias e discursos.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

CIMA. *Subsídios técnicos ao relatório oficial do Brasil à CNUMAD*. Brasília, 1991.

DUPUY, J. P. *Introdução à crítica da ecologia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

FARIA, V. E. Desenvolvimento, urbanização e mudança da estrutura de emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos. In: ALMEIDA; SORJ (org.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

\_\_\_\_\_. *Políticas sociais e consolidação democrática no Brasil*. Trabalho apresentado no seminário de políticas públicas. Recife, 1988.

\_\_\_\_\_. Cinquenta anos de urbanização no Brasil. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 29, 1991.

FERREIRA, L. C. *Estado e ecologia: novos dilemas e desafios*. Tese de Doutorado, IFCH – UNICAMP, Campinas, 1992.

\_\_\_\_\_. *Os fantasmas do vale. Ambiente e cidadania*. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.

GORZ, A. *Ecologia e política*. Lisboa: Ed. Notícias, 1976.

HIRSCHMAN, A. *The political economy of latin american development*. Work paper presented at the XIII Congress of the Latin American Studies Association. Boston, 1986.

HOGAN, D. J. The impact of population growth on the physical environment. *European journal of population*, v. 8, n. 2, p.109-123, 1992.

IANNI, O. *A sociedade global*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

IBGE. Censo Demográfico, 1980.

ILICH, I. *A convivencialidade*. Lisboa: Publicações Europa/América, 1976.

JACOBI, P. *Movimentos sociais e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1989.

KOWARICK, L. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

LESTER, J. (ed.). *Environmental politics and policy. Theories and evidence*. Durham: Duke University Press, 1989.

MACCORMICK, J. *Reclaiming paradise. The global environmental movement*. Bloomington: Indiana University Press, 1989.

MEADOWS, D. *Limites do crescimento*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

OLIVEIRA, F. *A economia de dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

ORTIZ, R. *Moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

\_\_\_\_\_. *Cultura e modernidade*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

PAEHEKE, R. *Environmentalism and the future of progressive politics*. New Haven: Yale University Press, 1989.

PNUD; BID. *Nossa própria agenda*. São Paulo: Linha Gráfica, 1991.

ROSZAK, T. *Hacia un nuevo paradigma ecológico*. Barcelona: Ed. Kairos, 1985.

SINGER, P. *A economia política da urbanização*. São Paulo: Vozes, 1978.

TOURAINÉ, A. *Le retour de l'acteur*. Paris: Fayard, 1984.

VIOLA, E. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991. In: HOGAN, D. (org.). *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*. Campinas: Unicamp, 1992.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. *Our common future*. Oxford: Oxford University Press, 1987.

